

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS – CECEN
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO MARANHÃO

MARIA LAURICE SOUZA

**CLUBES, PARTIDOS E IMPRENSA:
influência do liberalismo e positivismo na construção da República lenta na Província
do Maranhão (1870-1895)**

São Luís
2005

MARIA LAURICE SOUZA

**CLUBES, PARTIDOS E IMPRENSA:
influência do liberalismo e positivismo na construção da República lenta na Província do
Maranhão (1870-1895)**

Monografia apresentada ao Curso de
Especialização em História do Maranhão da
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA
para obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Prof^a. Ms. Julia Constança Camelo

São Luís
2005

Souza, Maria Laurice

Clubes, partidos e imprensa: influência do liberalismo e positivismo na construção da República lenta na província do Maranhão (1870-1895) / Maria Laurice Souza. — São Luís, 2005.

111.f.

Monografia (Especialização em História do Maranhão) –
Universidade Estadual do Maranhão, 2005.

1. História do Maranhão 2. Monarquia – República I. Título

CDU: 94(812.1).069

MARIA LAURICE SOUZA

**CLUBES, PARTIDOS E IMPRENSA:
influência do liberalismo e positivismo na construção da República lenta na Província
do Maranhão (1870-1895)**

Monografia apresentada ao Curso de
Especialização em História do Maranhão da
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA
para obtenção do título de Especialista.

Aprovada em: 17/01/2006

BANCA EXAMINADORA

Julia Constança Pereira Camelo

Prof.^ª Ms. Julia Constança Camelo (Orientadora)

Luiz Alberto Feres

Paulo Feres

A meus pais pelo amor e carinho a mim dedicados e pelo incentivo dado para a continuidade da minha formação acadêmica, meu muito obrigada.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, A Deus, Pai Onipotente, pela inteligência a mim concedida e pela força e coragem readquirida no momento de desânimo.

A Professora Orientadora, Júlia Constança Camelo, que me incentivou desde a inscrição do Curso de Especialização, até a finalização, conduzindo-me à uma orientação consciente e de acordo com sua formação acadêmica.

Ao Professor Luiz Alberto Ferreira pelas críticas e sugestões nos textos do primeiro e segundo capítulos da monografia, oportunizada pela 1ª Banca de Qualificação do Curso de História – UEMA.

Às minhas irmãs naturais e adotivas Creus e Solange, pelo incentivo incansável.

Aos colegas do Curso de Especialização pelo convívio acadêmico amigável, durante todo o decorrer do Curso.

A todos os meus colegas de serviço, àqueles que me incentivaram, especialmente, à Professora Eliene, pelo espaço concedido à minha ausência para a conclusão da pesquisa.

À Laene, que me atendeu nos momentos mais difíceis para conclusão da normalização desta pesquisa.

À Professora Maria das Neves, pela atenção na correção lingüística deste trabalho.

À minha família, pela compreensão da minha ausência em inúmeros instantes das nossas vidas.

À Alba Maria e Coracy Pinheiro que me ajudaram a dar os primeiros passos da minha vida escolar.

Às bibliotecárias da Biblioteca Pública “Benedito Leite”, pela contribuição na pesquisa nas fontes primárias para este trabalho.

Enfim, a todos os que direta ou indiretamente contribuíram para a efetivação de mais esta caminhada em minha vida.

“Uma palavra, para resumir, domina e ilumina nossos estudos: compreender. Não digamos que o historiador é alheio às paixões; ao menos, ele tem esta. Palavra, não dissimulemos, carregada de dificuldades, mas também de esperança. Compreender, no entanto, nada tem de uma atitude de passividade. Para fazer uma ciência, será sempre preciso duas coisas: uma realidade, mas também um homem.”

Marc Bloch

RESUMO

A influência das ideologias positivistas e liberais nos partidos, clubes e imprensa do Brasil e Maranhão na transição do sistema monárquico para a República, princípios estes importados da Europa e instalados numa sociedade conservadora e aristocrática, interessada na manutenção do poder existente, o monárquico.

Palavras-chave: História do Maranhão. Maranhão – Monarquia. Maranhão – República.

ABSTRACT

The influence of the positivists and liberal ideologies in the parties, clubs and the press of Brazil and Maranhão in the transition of the monarchic system for the Republic, principles these mattering of the Europe and installed in a society aristocratic conservative and, interested in the maintenance of the existing power, the monarchist.

Keywords: Maranhão' history. Maranhão – Monarchy. Maranhão – Republic.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 PANORAMA POLÍTICO DO BRASIL: os primórdios das idéias liberais	12
2.1 Liberalismo maranhense através dos jornais no primeiro reinado – fragmentos	24
3 CLUBES E PARTIDOS POLÍTICOS ENTRAM EM AÇÃO	36
3.1 O “teatro” dos jornais de São Luís	48
4 O CENÁRIO DA REPÚBLICA	55
4.1 Os liberais do sertão	58
4.2 “A dança das Juntas Governamentais”	63
4.3 Benedito Leite – O Articulador	67
4.4 Positivismo e liberalismo fragmentados, mas, operante na construção da República lenta	72
4.5 “O Norte e a República solapada”	81
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	91
ANEXOS	95

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa em foco procurou investigar a influência dos princípios liberais e positivistas nos momentos que antecedem à Proclamação da República e a frustração dos principais interlocutores republicanos históricos frente a ação do governo ditatorial implantado no Brasil. O recorte temporal corresponde de 1870-1895, considerado de instabilidade política no Plano Nacional e local, causando embates ideológicos entre as elites, nas instituições, partidos, clubes e o meio de comunicação em profusão, laureadas de intrigas e falácias da imprensa local e nacional.

A análise abrange particularmente o sertão de Barra do Corda e as adjacências como principal fomentador das idéias republicanas nas distantes paragens de São Luís.

Ainda sobre o tema, foram consultadas fontes de documentação primária (os jornais) e secundárias que contribuíram para a construção dos capítulos. A seleção dos autores nos permitiu a interdisciplinaridade das correntes de pensamento europeu, nacional e local no campo da filosofia, sociologia e história.

Nos autores europeus procurou-se investigar a origem e a disseminação do positivismo e liberalismo no Brasil, no período que antecede a República, conseqüentemente nos autores nacionais e locais que estariam sob a influência dos princípios liberais compartilhados na imprensa, partidos e clubes republicanos, pois a maioria dessa intelectualidade brasileira e maranhense na primeira metade do século XIX se formavam nas academias de Lisboa, partindo daí os focos de disseminação republicana frente a monarquia brasileira no segundo reinado.

A estruturação desta pesquisa encontra-se moldada em três capítulos, numa tentativa de mostrar o pensamento liberal e positivista na construção da República lenta.

A primeira discussão estará inserida no Panorama político do Brasil e os primórdios das idéias liberais, justificadas através de autores positivistas como Vicente

Lícínio Cardoso. Articulando a essência da teoria liberal no Brasil e os entraves da prática destes princípios num sistema hierárquico constitucional e escravista, do ponto de vista de Emília Viotti. Dando continuidade a esta proposta de enfoque no pensamento liberal, mostramos fragmentos das idéias construídas nos jornais maranhenses na primeira metade do século XIX, dando pinceladas na concepção de João Lisboa sobre o liberalismo político “não” construído na ação dos partidos maranhenses, sinalizados teoricamente na imprensa.

No segundo momento, estaremos apresentando a origem dos clubes republicanos como agremiações políticas e a dança partidária no plano político nacional, cujas conciliações só tornariam mais amenas as rupturas que obviamente seriam impostas ao sistema vigente, o monárquico. Compondo ainda esta análise, expomos o “teatro” dos jornais ludovicenses teorizando inicialmente o positivismo e as intrigas partidárias criticadas veementemente por João Lisboa.

E, na última etapa, um estudo da trajetória da proclamação da República no centro administrativo do país e a ressonância da República no Maranhão e do sertões, daremos maior visibilidade aos liberais no sertão; a dança das juntas governamentais do pós-república e a recomposição partidária do articulador Benedito leite; discussão sociológica do positivismo de Augusto Comte e o liberalismo político na recém-nascida República.

Ressaltamos ainda, as reivindicações solitárias da imprensa do sertão maranhense, especificamente em “O Norte”, o qual mostra, em seus editoriais, frustração diante da República deodorista e florianista, sinônimo de autoritarismo.

2 PANORAMA POLÍTICO DO BRASIL: os primórdios das idéias liberais

O propósito deste capítulo é apresentar um panorama do pensamento liberal republicano, antes da Proclamação da República, mostrando as expectativas de mudanças significativas do poder político, cujos interesses eram adjacentes à elite que se dizia porta-voz da sociedade civil.

A elite e o povo estavam diante de ideais de “igualdade, liberdade e fraternidade”¹, mas a existência constitucional de um monarca, cuja liderança estava desgastada, na visão dos políticos e intelectuais da época, provocava o atraso social. Politicamente, e no entender dos idealistas republicanos, D. Pedro II seria um homem impróprio para ser o “sujeito” que implementaria as “rupturas” naquela conjuntura imperial, cujas mudanças estariam institucionalizadas dentro dos limites do “novo” regime, prontamente de interesses da aristocracia rural e do exército de liberais.

Também discutiremos como os jornais maranhenses viram e expressaram as idéias liberais, ao longo do percurso que precedeu a República no Maranhão.

O recorte temporal da análise que faremos das ideologias² e das correntes políticas da província do Maranhão está situada entre 1870 e 1895, período compreendido como de instabilidade política no plano nacional e local, discussão esta, travada por estudiosos da

¹ Símbolos representativos de cidadania da Revolução Francesa.

² Segundo Chauí (1980, p. 86): “Na concepção Marxista de ideologia, em termos do materialismo histórico e dialético, é impossível compreender a luta de classes, pois a ideologia é um dos instrumentos da dominação de classes e uma das formas da luta de classes. A ideologia é um dos meios usados pelos dominantes para exercer a dominação, fazendo com que esta não seja percebida como tal, pelos dominados”.

Löwy (1985, p. 12): “Para Karl Mannheim em seu livro ‘Ideologia e Utopia’, na sua distinção entre utopia e ideologia, esta última é o conjunto das concepções, idéias, representações, teorias, que se orientam para a estabilização, ou legitimação, ou reprodução, da ordem estabelecida”.

Eagleton (1997, p. 15) indica uma variedade de significados para a ideologia atualmente em circulação. Assim, ideologia “[...] é o processo de produção de significados, signos e valores na vida social; um corpo de idéias características de um determinado grupo ou classe social; idéias que ajudam a legitimar um poder político dominante; comunicação sistematicamente distorcida; formas de pensamento motivadas por interesses sociais; ilusão socialmente necessária; a conjuntura de discurso e poder; o meio pelo qual os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social”.

Percebe-se que as ideologias estão intrinsecamente na realidade humana, acreditando nos discursos como uma verdade inigualável.

historiografia clássica como Jerônimo de Viveiros, Dunshee de Abranches e dos novos historiadores maranhenses Flávio Reis, Luis Alberto Ferreira, entre outros citados, como pesquisadores das universidades do Estado do Maranhão.

O tempo delimitado corresponde à análise que faremos dos documentos. Neste capítulo, para contextualizar o tema, recuaremos a períodos da História anteriores a 1870 e avançaremos até momentos pós proclamação da República, pois a riqueza das fontes são amplas para que se possa analisar objetos de estudo em visões contextuais do período.

Ao longo da trajetória política imperial brasileira, as tensões entre os grupos políticos, eram evidenciadas nos partidos políticos nas agremiações políticas (grêmios, clubes), nos intelectuais (jornalistas, escritores), que travavam discussões sobre as idéias de República pelo principal meio de comunicação da época; os jornais, folhetins, pasquins.

Redesenhar o trajeto percorrido pelas idéias liberais, no Brasil, remonta anteriormente às tentativas dos levantes regionais ainda no período colonial, em que o autor positivista do início do século XX, Licínio Cardoso, destaca em sua obra “A Margem da história da República”, o movimento ocorrido em 1710, desafio de cidades irreconciliáveis na sua vizinhança, Olinda e Recife, como das mais antigas cidades italianas, guerra de nobres e mercadores, pés-rapados e mascates” (CARDOSO, 1981). Eram comparações referentes à riqueza veneziana. O líder do movimento, capitão-mor Bernardo de Vieira de Melo,

[...] propõe que se declarem nobres em república ad instar dos venezianos. Outro capitão-mor sustenta que se governem a si mesmos e alcança oitros votos a proposta republicana intrépidos votos de heróis decididos a tudo, para que queremos o rei? Estes questionadores do poder da coroa portuguesa vergaram o peso das cadeias lusitanas. (CARDOSO, op. cit., p. 33)

Reconstruindo ainda a trajetória da busca dessa “liberdade política”, lembramos que em 1720 um grupo subleva-se em Vila Rica contra as cobranças abusivas dos impostos municipais “contra as demasias do fisco e do foro, a violência dos ministros, os privilégios outorgados aos contratantes dos dízimos” (CARDOSO, op. cit., p. 33) das Companhias reais.

Mas veio a repressão, o líder Felipe dos Santos foi “julgado” e esquartejado, diante dos olhos do povo, a mando do Conde de Assumar, que ao dirigir cartas reais ao governador Geral explicava “[...] o desígnio maior dos cabeças era a formação de uma República” (CARDOSO, op. cit. , p. 33)

Ainda segundo Cardoso, quem também se distingue entre espíritos republicanos de rebeldia dos tempos coloniais é o maranhense Manuel Beckman, que perante a crise econômica maranhense, agravada pelo recrudescimento dos conflitos existentes entre colonos e jesuítas, a propósito da escravidão dos indígenas e pela concessão do monopólio do comércio de todo o Estado do Maranhão e Grão-Pará, pelo espaço de 20 anos a uma companhia de comércio.

O movimento foi deflagrado por Beckman, em fevereiro de 1684, quando na ausência do Governador Francisco de Menezes. Os revoltosos tomaram o poder, e aprisionaram o capitão-mor de São Luís, Baltazar Fernandes. Vale ressaltar que esse movimento priorizou uma memória de proprietários de engenhos.

Quando tomaram o poder foi eleita uma junta governamentiva organizada com representações do clero, da nobreza e do povo, ficou conhecida como junta dos três estados. O objetivo dessa rebeldia seria o fim do monopólio da Companhia do Comércio, a liberação para escravizar os índios, a expulsão dos jesuítas, o livre comércio do Maranhão com outras nações, e a deposição do governador Sá de Menezes que residia em Belém.

Este movimento representou para o Maranhão práticas de reivindicações por uma minoria de donos de engenhos frente ao império português, e culminou na prisão de todos os seus membros.

Embora as tentativas de conspiração tenham cunho político, os aspectos econômicos dessa sociedade, elite ou não, estão à frente da problemática entre a coroa portuguesa e suas ordens diretas à colônia brasileira.

Mapeando os movimentos sedentos da “revolução” para a liberdade, todos relevantes para justificar o objeto de pesquisa das idéias de república “a coisa pública”, ainda, destacamos a Inconfidência Mineira, de 1789, como o exame do:

[...] interrogatório feito aos conjurados que a República teria leis favoráveis ao povo, diversos parlamentos sujeitos a um poder central, serviço militar obrigatório em tempo de guerra, circulação do papel moeda lastreada a ouro, universidades em Vila Rica, fábrica de tecidos e pólvora, não usando senão governadores estofos nacionais, patriarcal na sua liberalidade, o Estado premiaria as mulheres fecundas. (CARDOSO, op. cit., p. 35)

Para o pesquisador Cardoso (op. cit., p. 36) adotaram no inquérito contra os inconfidentes o sistema de negação, excluindo um só, Tiradentes, entusiasta e corajoso até à loucura o alferes e seus doutrinários eram místicos. Isto eximiu membros das camadas mais ricas, e a condenação recaiu a um soldado desclassificado. Essa interpretação também desprestigiava as idéias, pois, quem deveria seguir o pensamento de um louco?

A ressonância desses marcos históricos pode ser encontrada nos romantizados livros didáticos, utilizados nas escolas e distantes da realidade do passado remoto, mas que são permanências na construção da sociedade brasileira e do ideal de República.

O mesmo ideal, buscava os revolucionários de 1817 uma pré-Confederação do Equador em 1824 de “sacerdotes e soldados” e “desfechada pelo nativismo”, de Manoel de Carvalho Paes de Andrade, cujos rebeldes bradavam ao governo provisório “República e só República, e morra para sempre a tirania real”. Segundo Licínio Cardoso, são princípios que o Padre João Ribeiro Pessoa concerne em sua fala na defesa dos implicados das revoltas:

Pela cultura enciclopédia, pela nobreza moral, talento que florescia as conquistas do pensamento europeu e americano, que é a luz do espírito de Condorcet³, responsáveis por espelhar os objetivos do novo poder. [...] “governo pelas representações de classes, independência da magistratura, emancipação ordeira e progressiva do elemento servil, tolerância religiosa, liberdade de opinião, plena capacidade política de estrangeiros naturalizados. (CARDOSO, op. cit., p. 37)

³ Condorcet, Saint Simon e August Comte foram os primeiros positivistas. O positivismo surgiu revolucionário por Saint Simon e Condorcet estavam preocupados em destruir o passado e criar uma nova sociedade, tratava-se de grandes interesses por trás do mesmo.

Condorcet e Saint Simon tinham que construir idéias para mostrar que a sociedade não avançava, não crescia porque a Igreja e o Clero não deixavam, o objetivo era tirar o poder da Igreja, ter uma sociedade mais visionária de como era realmente o mundo.

Qual foi o destino dos algozes republicanos? Alguns foram levados à Bahia e arcabuzados⁴ no Campo da Pólvora: Domingos José Martins, o padre Roma, O padre Miguelinho, José Luiz de Mendonça; outros conduzidos para Pernambuco, enforcados no campo da Honra, Domingos Teotônio Jorge, José de Barros Simas, Padre Tenório Antonio Henrique Rabelo, Amaro Gomes Coutinho, Ignácio Leopoldo, Padre Antonio Pereira, José Peregrino e o tenente coronel Francisco José da Silva, que após “o suplício da forca, a tirania decepa aos mártires a cabeça e as mãos, sendo os troncos arrastados na lama das ruas, sanguinolentos e presos à cauda de cavalos relinchantes, até o cemitério da matriz de Santo Antonio”, todos emitem gritos de coragem perante a morte e o perdão a seus carrascos com frases imortais. (CARDOSO, *op. cit.*)

O objetivo principal dos liberais, nesse momento, era “libertar a colônia da Metrópole”, na fala de Emília Viotti em sua obra da “Monarquia à República, momentos decisivos”. O segundo objetivo era “assegurar que o controle da nação permanecesse nas mãos das elites liberais”. O grupo dos liberais via o Brasil colonial como uma economia periférica do mercado internacional que percebia o sistema de clientela e patronagem, e a mão-de-obra escrava como um atraso diante da Revolução Industrial. (COSTA, 1999, p. 134)

A importação de idealismos europeus, especificamente o liberalismo, ideologia da burguesia, que estava “vinculada ao desenvolvimento do capitalismo e à crise do mundo senhorial”, levava esta elite a romantizar sobre essa “liberdade”, “os privilégios do clero e da nobreza” no que diz respeito às classes mais favorecidas dentro do sistema político mais amplo: “os monopólios que inibiram a produção” a circulação, “o comércio e o trabalho livre” (COSTA, *op. cit.*, p. 133). Mas, o liberalismo foi perdendo sua vertente inicial durante o século XIX, quando suas práticas tornaram-se distorcidas. A guilhotina francesa é um exemplo, da contradição do discurso, pois guilhotinaram a nobreza exacerbadamente frente às

⁴ Arcabuzados – prisioneiros que sofriam com tiro de uma arma de fogo (antiga espingarda, espécie de bacamarte); espingardear.

ideologias democráticas e o liberalismo.

No Brasil a teoria e a prática foram transformadas, pois “os direitos retoricamente definidos como universais na prática, tornaram-se privilégios de uma minoria detentora de propriedades, e de poder” (COSTA, op. cit., p. 133). O “liberalismo heróico” teve como “principais adeptos, homens cujos interesses se relacionavam com a “economia de exportação”, ideal para manter as estruturas tradicionais de produção” e, principalmente o desvirtuamento do “jugo de Portugal e das restrições que este impunha ao livre-comércio”.

A percepção do contexto historiográfico revela as contradições entre os liberais. Seus pressupostos econômicos, e a manutenção dos privilégios são notáveis, diante da indiferença política do que era denominado “povo brasileiro”. Sua face “antidemocrática” e conservadora revelaram-se durante as regências; denominaram-se de regressistas e outras dissidências se formavam: os radicais liberais mantinham jornais que representavam idéias de “cunho liberal-democrático”, entre eles “Nova Luz Brasileira/1829”.

O que expressavam os artigos da Nova Luz Brasileira?⁵ As mudanças ocorridas em relação aos atores sociais envolvidos, “representantes da pequena burguesia e das camadas populares urbanas, indignada com o crescente monopólio do comércio com os ingleses” que favoreciam a “indústrias estrangeiras” (COSTA, op. cit., p. 149) deixando de lado a produção nacional.

O combate dos jornais de cunho liberal era veemente. O “Nova Luz” criticava a “aristocracia”, apoiava a “divisão de terras” “cadastro de terras” “profusão de fé republicana”, ansiava por “uma federação democrática”, defendiam o “seqüestro de bens de proprietários de terras e dos conselheiros do Estado”. Os aristocratas eram apontados como defensores do absolutismo. (COSTA, op. cit., p. 150)

⁵ Nova Luz Brasileira – periódico contundente aparecido em 9 de dezembro de 1829 de propriedade de Ezequiel Correia dos Santos e João Batista Queiroz, o jornal expressava as aspirações de artesãos, comerciantes, farmacêuticos, soldados, ourives, representantes da pequena burguesia e das camadas populares urbanas, indignadas com o crescente monopólio do comércio pelos ingleses. (VIOTTI, 1999, p. 149)

O radicalismo liberal condenava o Conservadorismo de “Feijó e Evaristo da Veiga” pela “orientação moderada e conservadora que assumiram” (COSTA, op. cit., p. 150) na forma de conduzir o período de transição imperial. Isto acabou permitindo uma brecha para as reivindicações populares, não só do Rio de Janeiro, mas das demais províncias.

Desde 1835 a idéia de antecipar a maioria já havia surgido no cenário político da corte. Proprietários de escravos e de terras estavam assustados com a experiência de descentralização ocorrida durante o governo das regências, que resultara em revoltas sociais, como Balaiada e Cabanagem. O restabelecimento da autoridade monárquica era visto como solução para a crise política, a ser “resolvida” no segundo reinado.

Ainda no período de transição política das regências para o Segundo Império brasileiro, foram criados os “Códigos de Processos” e o “Ato Adicional”. Primeiramente, aconteceu a “vitória” dos liberais, mas o “clima de desordem” em diversas províncias aconteceu nas eleições de 1836, o marco que ficou denominado de “regresso”. (COSTA, op. cit., p. 154)

Enquanto se procurava uma saída para os poderes aprovados pelos liberais, a “base parlamentar dos conservadores, fortalecida economicamente pelas plantações de café no Rio de Janeiro, aliava-se aos proprietários de engenho de açúcar do nordeste”. Assim, conseguiram “assumir o controle do governo central”. (Id., *ibid.*, p. 155)

O restabelecimento do “Conselho de Estado e do Poder Moderador”, seria um “retrocesso” em relação ao Código de Processos e ao Ato Adicional, pois, conferia as elites nacionais e ao governo central” poderes jamais adquiridos no Brasil.

Com o golpe da maioria⁶ de D. Pedro II em 1840, “contrariamente às expectativas das elites”, o país não foi pacificado. Por mais de dez anos, “a nação foi abalada por levantes em diferentes regiões” do país, entre diferentes classes sociais “brancos e pretos”

⁶ A campanha da maioria ficou conhecida como “áulicos” grupo liderado por Aureliano Coutinho, ou clube da Joana, ou os “Palacianos” que exerciam grande influência na família real.

“brasileiros e estrangeiros” (Id., *ibid.*, p. 156). A densidade dos movimentos foram relevantes e preocupavam o poder central, que combateu com armas, prisões, e até a morte dos dissidentes contrários à ordem imperial.

Nas distantes paragens das províncias “uma onda revolucionária varreu o norte e o nordeste entre 1837 a 1848 (Sabinada, Balaiada, Cabanagem, Praieira)”. Em outra província, a do Rio Grande do Sul, uma “devastadora guerra civil” (Farrapos) “revoluções em Minas Gerais e em São Paulo, em 1842” (Id. *ibid.*). O governo teria que superar essas tendências separatistas e restabelecer a paz imperial.

Como afirma Costa (*op. cit.*, p. 156), “o discurso liberal continuava a expressar aspirações diversas e por vezes contraditórias. No entanto, a maioria, das pessoas que aderiram aos movimentos revolucionários não agia movida por razões ideológicas”, mas, porque as elites locais perderam seus poderes e reclamavam dos impostos e das intervenções do governo central nas eleições locais.

Com relação ao cunho ideológico dos revolucionários, é bom não banalizar e nem generalizar, por razões óbvias, pois a região norte do país não possuía em sua territorialidade, os mesmos aspectos sociais, econômicos e políticos do restante do país. O nordeste brasileiro, ainda, estava em ebulição com as negociatas de escravos; do tráfico externo e interno, pois mão-de-obra escrava era determinante para a produção local, enquanto as populações mais pobres e livres rebelaram-se contra o recrutamento militar forçado, as tensões eram permanentes.

O local e a motivação das revoltas são importantes para descobrir o que os instigou: foi o confronto entre as elites locais? Ou foram estimuladas através de idéias liberais, propagadas desde o início do século XIX em diversas províncias brasileiras? Os grupos, em evidência identificaram-se como pessoas, como classe social, subjugada pela conjuntura do poder local, e tentaram reverter a situação de desiguais. Assim, se as

convicções dos revolucionários não vingaram definitivamente, podemos generalizar o fracasso político da sociedade civil brasileira?

Para tentarmos responder a estes pontos divergentes, nos deparamos com as ideologias que moldam a visão do mundo de um povo, e que o estudioso marxista Terry Eagleton conceitua em sua obra “Ideologia”, como idéias falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante. (EAGLETON, 1997, p. 15)

E os que defendiam ideologicamente os partidos políticos do império? “os liberais eram federalistas; favoreciam a autonomia local; abolição do Poder moderador e conselho de Estado; contra o senado Vitalício; a não intervenção do governo na economia; comércio livre, liberdade de expressão e de culto”. O princípio era “o rei reina, mas não governa”, enquanto que os conservadores eram favoráveis “a centralização; o Poder Moderador; Conselho de Estado, a religião católica como religião de Estado, e o princípio era de que o rei reina e governa”. (COSTA, op. cit., p. 157)

Na década seguinte (1853-1857), houve uma calmaria política no Império. Segundo Faoro (1995, p. 446):

[...] os próprios partidos entram em recesso, calados e reverentes, freados pela Conciliação [...], os ódios antigos favoreciam mortos, as revoluções foram sepultadas, extintos os protestos pela usurpação da soberania popular na coroa.

A quietude é justificada pelas idéias liberais ainda não apresentarem efeitos concretos, por causa da patronagem dos componentes partidários.

Os liberais cada vez mais conservadores rompem o período de conciliação, que para Viotti (1999), o desenvolvimento econômico e as mudanças sociais que mesclaram os anos 50, tornaram impossível alianças partidárias mas nos anos 60 do século XIX:

Um número crescente de políticos abandonou o partido conservador para aderir ao partido liberal, esse foi o caso de Araújo Lima, Marques de Olinda, Nabuco de Araújo, Zacaria de Góes e Vasconcelos, Marques de Paranaguá, Sinimbu e Saraiva, no lugar do Partido Liberal, fundavam a Liga Progressista em 64 e comprometeram-se com programas de reformas. (COSTA, op. cit., p. 162)

Nos discursos políticos desses liberais retóricos apareciam frequentemente as expressões “povo”, “progresso”, “razão”, “ciência”, ou seja, “o velho”, as idéias liberais voltaram, cujo principal objetivo era munir o poder das oligarquias tradicionais.

No período entre 1870-1930 a característica ideológica do positivismo, enquanto teoria reformistas do fim do império, era uma fonte de inspiração pois, “os desiludidos da prática liberal no Brasil só surgiram após a proclamação da República” (COSTA, op. cit., p. 167).

A representação partidária dos liberais buscou em Comte “[...] as justificativas ideológicas para por em prática um programa que visava reduzir o Estado a mero guardião da ordem social, e, ao mesmo tempo, conciliar a ordem com o progresso”. (Id., ibid., p. 167)

Essa conciliação e ordem também eram aliadas do “respeito de Comte pelas liberdades civis, sua defesa de liberdade de culto, de associação, de opinião, apoio à livre iniciativa, seu respeito pela hierarquia social”. Estas características de cidadania de uma sociedade civil livre, com exceção dos escravos, “exerciam uma grande atuação entre aqueles que endossaram o programa liberal, em 1868, e o republicano em 1870”. (Id. Ibid., p. 167)

A crítica de Comte às elites tradicionais tornava suas idéias ainda mais atraentes aos olhos das novas gerações. A família, considerada a unidade básica da sociedade, em consonância às noções sobre o papel da mulher agradava o homem de uma sociedade em que a ideologia patriarcal predominava entre as elites. (Id., ibid., p. 167)

A construção do positivismo como ideologia republicana para o historiador José Murilo de Carvalho na obra intitulada, “A formação das almas” traz a simbologia feminina inspirada na República francesa, a mais popular alegoria, esta busca de um passado remoto a “antiguidade grega e romana, em que as divindades femininas representavam idéias, valores, sentimentos”. (CARVALHO, 1990, p. 14)

A figura feminina é o símbolo da ortodoxia comtista que será enxertada na República brasileira “pretendendo ser uma concepção laica, fundia o religioso com o cívico”,

ou melhor, “o cívico se tornava religioso” e daí então “os santos da nova religião eram os grandes homens da humanidade, os rituais eram as festas cívicas, a teologia era sua filosofia e política, os novos sacerdotes eram positivistas” (Id., *ibid.*, p. 130). De certa forma, o pensamento de Comte não estava relacionado somente ao cientificismo.

No Brasil, esse pensamento ideológico encontrou a redenção nos ilustrados, os republicanos insurgentes, que ainda não haviam sepultado as instituições monárquicas. Os interesses individuais e o desejo de adaptação às idéias europeias fizeram a elite intelectual do império acolher as idéias positivistas de República.

Associar o liberalismo político frente ao positivismo como ideologias compatíveis e praticadas na chamada República brasileira. A indicação dos seus significados em sua variedade ideológica é “o processo de produção de significados, signos e valores na vida social”, os valores humanos de cidadania não eram, nem passaram a ser depois da proclamação da República, “um corpo de idéias características de um determinado grupo ou classe social” (EAGLETON, *op. cit.*, p. 15), são ideologias montadas para manter determinado poder.

Estabelecer um conceito definitivo para ideologia de acordo com Eagleton, que escreve sobre a face do Marxismo, defini-la completamente é um erro, mas, é possível aproveitá-la ou descartá-la na sua validação, e ainda expõe sobre ideologia política das massas, como sendo idéias falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante; formas de pensamento motivadas por interesses sociais; conjunto de crenças orientadas para a ação. Ainda segundo Eagleton a ideologia se refere a uma consciência deformada da realidade e esta se dá através da ideologia dominante, pois as idéias das classes dominantes são as ideologias dominantes na sociedade.

Como aplicar os termos conceituais de ideologia à construção do modelo republicano brasileiro?

Para Roque Spencer de Barros a “ilustração brasileira”, foi o período caracterizado por um movimento intelectual, grosso modo entre 1870 e 1914, em que houve o predomínio de três tipos de mentalidades: católica – conservadora, a liberal e a cientificista, ou seja, o movimento ilustrado desempenhou um papel semelhante ao do iluminismo na Europa do séc. XVIII. E dizia ainda, que essa ilustração “guardou a crença absoluta no poder das idéias; a confiança total na ciência e a certeza de que a educação intelectual é o único caminho legítimo para melhorar os homens, para dar-lhes inclusive o valor moral. (ROCHA, 2004, p. 9)

O mesmo autor é expressivo quando diz que a inspiração dessa nova ordem social é a ideologia liberal clássica não sintonizada, citando como exemplo a Reforma Eleitoral de 1881.

Diante da nova consagração da Lei eleitoral de 1881, Marlos Bessa Mendes da Rocha discorre:

A introdução de um novo elemento de discriminação: a exigência de luzes para o exercício da representação. Até então se tinha a seleção dos eleitores por renda, introduzida pela Constituição de 1824, fundada no suposto de que a participação eleitoral só deverá ser exercida por aqueles que pudessem manifestar autonomia nas suas escolhas. Ora introduziu-se agora uma nova exigência: a de que era preciso ler e escrever. Sabe-se o que resultou do novo critério: a redução do corpo eleitoral de 13% da população livre (1872) para 0,8% (1886). A República ratifica esse condicionamento eleitoral, mantendo a exigência de ler e escrever aos eleitores. A despeito de revogar o limite de renda, ainda assim mantém-se baixo índice eleitoral, subindo para apenas 2,2% na eleição de 1894. (ROCHA, 2004, p. 61)

Mostrar novos requisitos para compor a representatividade de um povo através da leitura e da escrita é defendida também por Roque Spencer de Barros⁷ que observou a contradição entre o poder das idéias dos sábios sobre os não letrados.

⁷ Roque Spencer de Barros, constantemente citado na obra de Lúcia Lippi Oliveira “A questão nacional da Primeira República”, é autor de “A ilustração brasileira e a idéia de universidade”. São Paulo, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, 1959; “A evolução do pensamento de Pereira Barreto. São Paulo: Grijalbo/USP, 1967; “A significação educativa do romantismo brasileiro: Gonçalves de Magalhães”. São Paulo: Grijalbo/USP, 1973.

A constatação de que a prática liberal associada ao positivismo montada como bases da República, foram fictícias, inócuas e efêmeras para a sociedade civil, pouco citada, na historiografia dos autores clássicos, com participativa no processo político, somente assistindo e obedecendo aos mandos e desmandos do poder.

Na execução da lei eleitoral alguns críticos se mostraram contrários à eliminação dos analfabetos. “José Bonifácio chama de erro, era criar uma oração política sem sujeito ou governo representativo sem povo”. Seguiram seus passos Joaquim Nabuco e Candido Mendes. A idéia de exclusão dos analfabetos foi defendida por Rui Barbosa:

[...] não tem qualquer dúvida em excluir os analfabetos do direito de votar, o cerne de suas razões é de que o princípio de toda ciência, de toda a liberdade, de toda inteligência, de toda energia, reside na molécula humana no indivíduo vigoroso, instruído e livre. (BESSA apud HOLANDA, 1972, p. 219)

Recairia na intelectualidade o poder de decisão para abarcar o novo poder, o Republicano.

A historiadora Lúcia Lippi Oliveira em “**A questão nacional na primeira República**”, afirma que o sentimento nacional foi acordado, pois estava meio adormecido, mesmo com o fim das agitações revolucionárias conseqüentes à independência; seguida “das lutas no prata”, “a questão do elemento servil”, e “a questão religiosa” em que a igreja pretendia autonomia, contra as regalias do Estado monárquico.

O seguimento Republicano foi estimulado pela curiosidade despertada pelo convívio com outra civilização e cultura, a Européia. Alguns movimentos externos como “feitos da guerra do Paraguai” a “Revolução Espanhola em 1868”, e o advento da “República Espanhola”, citando a queda do “Império Napoleônico” e da “Proclamação da República na França em 1870” (OLIVEIRA, 1990, p. 80), eram exemplos que o Brasil seguiu na construção da República lenta.

A partir desses veículos revolucionários da Europa, a imprensa brasileira intensificou a propaganda republicana. A semelhança do liberalismo europeu com o do Brasil no final do século XIX seria o repúdio à escravidão e à monarquia. Isso não significa dizer que todos eram contra trabalho escravo e poder monárquico. Havia distinção entre os liberais:

Os liberais ilustrados, se dividiam em monarquistas constitucionais e republicanos. Esta distinção, porém, fazia-se em relação aos meios, mas não em relação aos fins políticos. Ambos defendiam a descentralização do governo, o funcionamento de um sistema representativo e a reforma eleitoral. Os liberais republicanos, entretanto, rejeitavam a monarquia constitucional, devido à impossibilidade de se conciliar a monarquia hereditária (o poder pela graça de Deus) com a soberania nacional (o poder pela vontade livre e soberana de todos os cidadãos). (BARROS apud OLIVEIRA, 1990, p. 50)

Entre os liberais destacavam-se os positivistas e os cientificistas. O primeiro

[...] destacava a identidade entre nacional e universal, dentro dessa perspectiva universalista, por conseguinte, a nação era vista como uma singularidade. Não abrangia um nativismo exacerbado, numa luta pela organização partidária ou pela democracia representativa. (OLIVEIRA, op. cit., p. 85)

Enquanto os cientificistas seguidores de Comte:

[...] em sua lei dos três estados, ou inspirados em Spencer na passagem do homogêneo ao heterogêneo, estavam imbuídos de uma filosofia do progresso. Se o monismo substituiu o ecletismo, se o naturalismo ultrapassa o romantismo, a República tomará o lugar da monarquia. (BARROS, apud OLIVEIRA, op. cit., p. 84)

Oliveira (op. cit.) destaca de forma esclarecedora que se construiu todo um movimento intelectual republicano guiado pelo progresso. Homens da geração de 1870, críticos de sua época, difundiam que a ordem era condenar a sociedade fossilizada e pregar grandes reformas redentoras, “a abolição, a República e a democracia”.

A autora denomina esses literatos como “mosqueteiros – intelectuais”, que acabaram sendo afastados do prestígio político pela atuação das oligarquias que passaram a dominar a vida republicana e por leitores que os prestigiavam, os privilegiados alfabetizados.

Os Republicanos paulistas em 1870 defendiam o federalismo, condenando a falsidade, os privilégios da Igreja Católica, a violação das liberdades públicas, contrários a revolução armada para a implantação da República.

A partir do Manifesto do Congresso do Partido Republicano Paulista em 1873, o partido decidiu-se pela emancipação da escravidão nas províncias. Na cidade de Itu, em sua convenção, foi proposto elaborar um projeto da Constituição Republicana para São Paulo, mantida a ideologia da República norte-americana em seu texto. Já na Constituição pós-republicana de 1891, foram incluídos o presidencialismo, sufrágio universal tanto para senadores e deputados, como para o próprio presidente da República.

De acordo com as idéias de Oliveira (op. cit.), os propagandistas do Partido Republicano viam o novo regime como uma “atualização” do Brasil no século civilizado, contribuíram com mudança de mentalidades, não na ordem republicana, mas na existente, a imperial.

Intelectuais como Silva Jardim, eram positivistas e desejavam a aplicação dessas idéias no Brasil; era essencial a preservação da nacionalidade. República para eles era a salvação da pátria, seria o governo da opinião pública, deveria ser o governo de trabalhadores rurais e negros.

Assim como Silva Jardim, Raul Pompéia e Lopes Trovão fizeram parte do grupo que participaram com idéias populares do movimento pela República, mas foram marginalizados após a Proclamação. O primeiro derrotado na Assembléia Constituinte no Rio de Janeiro, Silva Jardim, acabou morrendo durante o Vesúvio, na Itália, em 1891, o segundo, se suicidou em 1895, provavelmente desgostoso da Nova República. Assim, como os outros, Lopes Trovão foi renegado ao esquecimento do poder político, enquanto os militares se tornaram os “verdadeiros” republicanos.

Enquanto Lúcia Lippi Oliveira enquadra os publicistas intelectuais como

propagandistas republicanos, Lincoln de Abreu Pena em “República Brasileira”, mostra Silva Jardim e Rangel Pestana como propagandistas exaltados ou radicais que se esmeraram em dar caráter ideológico para o significado de República.

O Autor Penna identificou como positivistas ortodoxos Miguel Lemos e Silva Jardim, que idealizavam uma Revolução para a República, enquanto Quintino Bocaiúva pretendia uma reforma nas práticas políticas sem tocar na questão social; Já Lopes Trovão era inspirado e partidário das idéias socialistas, uma defesa muito mais retórica do que real dos princípios do socialismo. (PENNA, 1999, p. 40)

Outro ortodoxo positivista, o maranhense Raimundo Teixeira Mendes, tradutor da obra de Comte, “O rumo cronológico da evolução do positivismo no Brasil” sobre a República dizia:

Apenas lamentamos que a mesma convicção não exista da parte do chefe de estado, visto com muitos males seriam poupados à nossa pátria e à Humanidade, si elle nos izentasse ao republicanismo democrático. Qualquer, porem, que seja a sua conduta, estamos certos também que esse republicanismo ha de ser varrido da sua politica para dar lugar à ditadura Republicana e isto em futuro tanto, mais próximo quanto mais cedo igual transformação operar-se em França. A sorte do mundo depende de Paris! (MENDES, 1892, p. 7)

Suas idéias eram sedimentadas em Augusto Comte que proclamava a mulher como representante da religião do ponto de vista “viver para outrem”; para o homem na política, Ordem e Progresso e a submissão como a base para o aperfeiçoamento. (MENDES, op. cit.), seria a defesa da religião positivista cotidiana.

Ainda sobre Teixeira Mendes, Penna (op. cit.) concerne a este como:

Coerente na postura positivista como ortodoxo, uma vez que essa doutrina surgira na França da década de 1830-1840 em favor do progresso e da ordem, no contexto do acirramento das lutas sociais, mesmo cenário que viera a produzir o socialismo revolucionário de Marx. Para este, a revolução era o único meio capaz de permitir o progresso social, através da destruição da ordem burguesa. (PENNA, op. cit., p. 40)

Elementos presentes na tradição brasileira, como as práticas conservadoras com relação à mulher, a questão da submissão e da fragilidade da figura feminina estiveram

presentes na representação da República. Na questão da “ordem”, a palavra, em si, remete a repressão de um poder dominante contra os dissidentes, os que pensaram a República como uma política “democrática”, isto estimulou as defesas do império para possíveis confrontos armados, a mais provável e comum forma de repressão do período.

Como podemos observar essa falta de definição de um ideário político positivista para a República favoreceu sua fragilidade e a inconsistência da propaganda. Porém, enquanto pensamento ele entranhou-se na sociedade, pois atendia a anseios da sociedade principalmente, das elites.

2.1 Liberalismo maranhense através dos jornais no primeiro reinado – fragmentos

Destacamos que nossa pretensão neste item é demonstrar através dos jornais do século XIX, debates e rebates políticos, mas procurando analisar o pensamento liberal e conservador nas manchetes, como querelas ou uma sincera discussão propondo mudanças na sociedade da província.

A par da contextualização histórica do Brasil, nos períodos citados, no Maranhão vigorava desde a década de 20 do século XIX na formação partidária as idéias liberais. Isso nos leva a pensar sobre a democracia ao longo da existência do Brasil, mas, em que contexto histórico a democracia é relevante para a sociedade? E o que os partidos políticos representam para as organizações sociais?

Para compreender e questionar a trajetória do liberalismo no Brasil e no Maranhão e seus efêmeros resultados na formação da cidadania das classes sociais não organizadas politicamente, no seu campo de ação, cuja participação aconteceu através do voto, é substancial a discussão sobre as ideologias partidárias mostradas nos jornais maranhenses.

A democracia reside em princípios públicos, em que o povo, independente do meio em que vive e da classe social a que pertence, busca seus direitos políticos. A

representação política dessas classes é escolhida através do sufrágio universal, o voto, e mantido ideologicamente por sistemas partidários, estes, que são os principais responsáveis pelo levantamento dos problemas sociais, econômicos e políticos de um território, de uma nação, da sociedade civil, e as “possíveis” soluções dos mesmos através da administração idônea de recursos públicos. Esta discussão sobre democracia se refere ao passado recente e ao presente.

Mas, e o passado remoto? Como as idéias democráticas e liberais eram tratadas na imprensa escrita? A doutrina liberal enfatiza a importância da individualidade e a composição de uma sociedade estável?

Já no século XVIII a doutrina liberal agregou o pensamento de Adam Smith “Onde a idéia é de cada um, buscando o melhor para si, estará promovendo o progresso da coletividade”. Reduziu assim o paradigma liberal “Laissez-faire, laissez-passer ou (deixe fazer, deixe passar)” tão utilizada como ideologia pela classe burguesa comercial.

A elucidação de um objeto de pesquisa é relevante frente as fontes, e a imprensa esteve presente nos debates, intrigas e “fuxicos”, desde a instalação dos primeiros jornais na imprensa do Maranhão.

No artigo intitulado “A pequena Imprensa e o Poder Político”, Marcelo Cheche Galves analisa a dependência dos jornais diante do poder político quando diz: “Se um jornal representa o grupo que detém o poder político, do qual depende num certo momento, concluir sobre o seu apoio às administrações municipais significa incorrer no óbvio”. (GALVES, 2005, p. 3)

Concorda-se que a imprensa brasileira teve um papel importante na sociedade desde o primeiro quartel do século XIX. É o que tentaremos mostrar a seguir.

A ideologia Liberal foi agregada aos debates políticos nos jornais maranhenses, mesmo no primeiro reinado. Exemplo desse embate, nem sempre ético e despojado de boa

conduta, mas, certo em difamar ou laurear representações políticas são os registros manuscritos e impressos. Podemos verificar esta afirmação no que foi noticiado no primeiro jornal do Maranhão, “O Conciliador do Maranhão”, que circulou em São Luís de 15 de Abril 1821 a 16 de Julho de 1823. Vejamos sua abordagem em seu primeiro número:

Por hum jornal conhecem os povos, os passos, que os governos seguem para regêllos e estes se instruem sobre os sentimentos com que aquelles olhão as suas deliberações. Que evidente e inegável utilidade para hum paiz, onde são admissíveis as idéias Liberaes! (O CONCILIADOR DO MARANHÃO, 1821, p. 1)

A redação de Antonio Marques Costa Soares e José Antonio Ferreira mostra com timidez o desejo de que as idéias liberais fossem adotadas no país, bem como nos indica que a tendência do jornal era defender essas idéias.

Outro editorial do mesmo jornal, também, evidenciava a importância documental dos momentos políticos nacionais e locais para a posteridade.

Os grandes acontecimentos políticos das nações, devendo algum dia entrar nas páginas da história precisam ser minutadas por testemunhas contemporâneas, e desinteressadas, a fim de que a posteridade possa avaliar o mérito, ou demérito dos seus cooperadores, aproveitando de huns lições de Virtude, e Heroísmo para limitallos, e conhecendo os crimes e vilezas de outros para detestallos [...] eis hum dos fins dos jornais [...] outro ainda mais essencial he o de servirem de mediadores entre os Governos e os Povos, máxime nas extraordinárias crises que sempre originão as alterações do Systema Político de hum Estado. (Id. Ibid., p. 1)

Vemos, ainda, a preocupação que seus editores têm de tornar o jornal o porta-voz não só da “população”, mas, principalmente dos governantes.

No primeiro jornal a ser publicado em forma de manuscrito, os seus redatores pedem ao público que tragam as notícias da cidade para publicá-las com imparcialidade, verdade e franqueza, para que as idéias tendam ao bem nacional, pois as notícias serão publicadas fielmente para serem transmitidas ao público. A preocupação com o “público leitor” é relevante para sua credibilidade.

Ao verificarmos que o jornal manifesta seu interesse em divulgar as idéias do seu leitor, levantamos a hipótese de que tanto o veículo de comunicação quanto seus leitores poderiam ser liberais, que eram os proprietários dos jornais, pois, naquele período, somente a elite tinha acesso a jornais.

O fragmento, também, revela a posição do jornal ao destacar os grandes acontecimentos, o heroísmo.

Outro material impresso, os “Argos da Lei”, publicado sob responsabilidade de Odorico Mendes trazia a epígrafe de Ferreira “Boas são as Leis, melhor o uso bom delas”. (FUNDAÇÃO CULTURAL DO MARANHÃO, 1981)

Novamente, temos em evidência as idéias de antagonismo entre “portugueses e brasileiros”.

O “Argos” faz acusações a outro Jornal “O Censor” “de ralhar com os brasileiros e exaltar os portuguezes este facto não mostra que ha entre nós um partido de portuguezes obrando em sentido contrario dos Brasileiros” (JORNAL ARGOS DA LEI, 1825, p. 34), mas, evidencia a rivalidade existente entre ambos.

A República era comentada pelo Jornal Argos da Lei (op. cit., p. 1),

Para se poder affirmar que existião republicanos era necessario apresentar-se algum facto donde se pudesse colher, a sua existencia; mas nem um so facto tem apresentado quer seja o Censor. [...] portanto ninguem de boa fe pode ja duvidar da falsidade de similhante accusação [...] mas não acontece do mesma forma pelo que toca à facção portugueza, e vejam as idéias impressas neste jornal mostra a indignação dos brasileiros contra os portuguezes, um sentimento emerge no pensamento dos nascidos nesta terra, o nacionalismo, o amor pela pátria e ainda o desejo de mudança no sistema político brasileiro se o comprovamos.

Aqui vemos as desavenças entre brasileiros e portuguezes que acabavam reforçando o interesse pela implantação da República enquanto saída para problemas de cunho político, econômico e social. Consta nessas reivindicações sentimentos nacionalistas, pois o poder era ocupado em maioria pelos portuguezes.

A resposta a estas provocações está no “Censor” nº 04 de 26 fevereiro de 1825, através de seu redator João Garcia de Abranches que dizia ironicamente:

Viva Deus! Prosiga, prosiga; e muito embora reverberem no Argos aereas queixas de alguns politicos noviços impertinentissimos que dezejão entupir os bellos espaços do eximio periodico com correspondencias inutilissimas ao bem geral concordia: huma, couza he saber jogar [...] e outra couza he saber falar e escrever em politica. (JORNAL O CENSOR, 1825, p. 56)

Nos editoriais das publicações locais, estão as respostas dadas às provocações de um ou de outro jornal, geralmente inimigo político ou mesmo pessoal.

Com a chegada da primeira Tipografia do Maranhão, em outubro de 1821, os números de jornais locais aumentaram consideravelmente. Até a década de 40 do século XIX eram mais de 40 títulos jornalísticos, que tratavam de política, economia, religião, fofocas da cidade de São Luís e do restante da província maranhense.

A contribuição de João Francisco Lisboa nos jornais da época é inegável. Encontramos sua análise em três publicações diferentes. A política por ele defendida era a liberal, o primeiro jornal para o qual contribuiu foi o “Brasileiro”, entre 1830 a 1832. Era um homem notadamente liberal.

Sobre a “Cigarra”, folha de má reputação, fundado em novembro de 1829, que por muitas vezes eram só insultos e difamações, tinha como redator Antonio Joaquim de PicaLuga.

Alguns fragmentos sobre os jornais locais, cujos debates entre seus redatores é diagnosticado como pretende ser liberal ou nas afirmações contidas nos conteúdos apresentados em suas manchetes, a partir dos jornais “O Brasileiro”, “A Cigarra”, “O Farol Maranhense”, “Semanário Oficial”, percebe-se que as concepções políticas dão visibilidade a embates partidários.

Do “Brasileiro” sobre a “Cigarra” —, “jornal escripto em sentido liberal, tem seguido um caminho bem diverso do que lhe cumpria trilhar, tem insultado de quasi nenhum

proveito hesido a cauza da Liberdade, que requer outro estilo e outros assumptos”. (JORNAL O BRASILEIRO, 1830, p. 6)

Assim, a “Cigarra”, apesar de cunho Liberal, era acusada pelos outros jornais impressos como somente noticioso e não alimentava as idéias liberais, objeto principal das intrigas jornalísticas.

Todos os jornais foram citados na Obra “Jornais Maranhenses”, organizada por Celeste Amância Aranha e Silva. O “Farol” teve sua fundação em maio de 1829 por José Candido de Moraes e Silva. Após a sua morte, as publicações foram retomadas por João Francisco Lisboa, que pregava a reação Liberal, cujo desfecho foi o movimento popular da Setembrada como observou Viveiros de Castro, no jornal O Farol: “O jornal Maranhense de maior repercussão no espírito da Massa”. As discussões entre os jornais eram debates políticos entre respeitados redatores como:

Do “Brasileiro” para o “Farol Maranhense”:

O Mais antigo d’elles todos he bem redigido: tem-se excedido algumas vezes mas ha bastante tempo que conserva a dignidade liberal: é discipulo dos mais livres periodicos do Brasil e de muita utilidade tem sido à Província do Maranhão. (JORNAL O BRASILEIRO, 1830, p. 6)

Percebe-se que na análise do “Brasileiro”, o Jornal é liberal, apesar desse pouco entusiasmo, as idéias de dignidade do homem estavam sendo discutidas.

Do “Brasileiro” para o “Brasileiro”:

Dirão os outros senhores o que lhes parecer. Eis exactamente meu sentimento sobre cada um dos nossos jornaes: Não me importa que á alguém haja desagradado”
Falarei agora em geral sobre os bens que tem espelhado na minha provincia. Os corcundas⁸ querem que seja mui pouco, e desejarião que a maldita liberdade de escrever findasse por uma vez. Estou que elles tem sua razão, lucrão mais com o silencio e com as trevas da ignorancia do que com e livre exercicio das facultades intellectuaes mas não tem o direito de impedir a propagação das ideas, por que esse no-lo garantio a Constituição (1824).

⁸ Corcundas → Funcionários do governo.

Pela Maior parte o pardos. Corcovados⁹, é composto de gente dependente do governo, que exerce funções mais ou menos importantes; mais ou menos bem desempenhados; o que por consequencia sempre teme que os seus desvarios apparecerão e de suas prevaricações¹⁰ lhe tome restrictas contas, a opinião pública” e encerravam o editorial conclamando “jornalistas do mundo, despi-vos dos preconceitos nacionaes: denunciai os crimes, nomear os criminosos”. (JORNAL O BRASILEIRO, op. cit., p. 6)

As idéias liberais eram rechaçadas pelo poder imperial e esta “pequena opinião pública” sofria os desmandos através de leis criadas contra a liberdade de imprensa, e os jornais oficiais como o “Semanário Official” de 1830, era oficial do Estado, redigido por Manoel Monteiro de Barros, depois foi substituído pelo “Publicador Official” segundo Celeste Amância Aranha, da Typografia Nacional, e nele foi publicado em 22 de dezembro de 1830, no editorial de primeira página, leis contra a imprensa, de âmbito nacional, sancionada pelo poder vigente.

Art 2º - Parágrafo 1º Ataques dirigidos a destruir o Systema Monarchico Representativo, abraçado e jurado pela Nação e seu chefe; os responsáveis incorrem na pena de Prisão de 3 a 9 annos e na pecuniária de 1 a 3 contos de réis.

Parágrafo 2º - Provocação dirigida a exata rebelião contra a pessoa do Imperador e seus Direitos ao Throno, os responsáveis incorrem na pena do parágrafo primeiro.

Sob a pena dessas sanções de repressão ideológica, muitos redatores se utilizavam de codinomes para escrever satiricamente dos momentos políticos, dos mandos e desmandos, da corrupção, da parentela, do clientelismo, principalmente dos que ocupavam cargos oficiais públicos.

Os textos impressos nos jornais do período de 1830 foi uma tentativa de divulgação das idéias liberais, que foram coibidas pelo governo monárquico, mesmo assim, intelectuais como João Francisco Lisboa conseguiram divulgar idéias liberais e ao mesmo tempo criticar a formação partidária local, como efêmera, voltada para os interesses pessoais, esta construção literária se encontra nas publicações de “Jornal de Tímon”.

⁹ Corcovados → partidos aliados ao governo local, conservadores e repressores das idéias de liberdade.

¹⁰ Prevaricações → Para o significado da época poderia ser falta ao dever público do seu cargo, torcer a justiça, agir ou proceder mal, ou prática do adultério.

O significado desse título, Timon, João Lisboa escreve no Prospecto de sua publicação a mais intensa sangria sobre as organizações políticas do período:

O estudo e o exame da nossa vida política, ou antes da vida dos nossos partidos pretendidos políticos, e o da sua influência sobre os costumes e a moral pública e privada já é de si um assunto tão vasto como elevado, e para o qual se requeria uma capacidade e experiência, e sobretudo, um ócio e folga que o pobre Timon não tem à sua disposição; mas sem lisonjear-se de que há de desempenhar, não diz já cabalmente, mas ao menos de um modo tolerável, esta grande tarefa, ousa todavia o arriscar a promessa de fazer algumas considerações acerca das diversas raças em que se divide a população, sobre a sua condição, índole, costumes, sobre o seu passado, e o seu provir enfim. (LISBOA, 1981, p. 11)

É um suposto personagem ou codinome criado por João Lisboa para desferir seus ataques sobre os seus adversários e a sociedade maranhense, e segue desmascarando o Timon:

Será talvez oportuno explorar então alguns pontos da história antiga e moderna deste povo, pequeno e obscuro sim, se o compararmos com tantos outros, porem o maior e o mais celebrado que pode haver para um grupo nascido e criado nas históricas margens do solvente Itapicuru. (LISBOA, op. cit., p. 11)

A naturalidade de quem descreve a si mesmo e o que faz e ao mesmo tempo que documentação utiliza para tal:

Certas variedades acomodadas ao espírito geral da publicação, e algumas curiosas notícias estatísticas, colhidas de documentos esparsos onde, sobre as dificuldades de se acharem, pouco desafiam a atenção, completarão o trabalho e encherão os derradeiros números do jornal de Timon [...] O leitor perguntará agora naturalmente a que propósito este nome de Timon? Que sei eu? Esse nome, ilustrado por um dos mais belos talentos da literatura moderna, pertence na antiguidade a um homem singular e estranho que, azedado pela injustiça e ingratidão que com ele usaram alguns dos seus contemporâneos votou um ódio tão entranhável ao gênero humano, e de maneira o reputava entregue aos crimes e aos vícios, que se pagava mais do desprezo que da estima dos homens. (LISBOA, op. cit., p. 11)

Mostra toda a descrença no homem público, e nutria um sentimento de injustiça, frente a ociosidade e a apatia dos condutores do poder do Estado do Maranhão e as formações partidárias desejosas em busca desse poder.

3 CLUBES E PARTIDOS POLÍTICOS ENTRAM EM AÇÃO

Os clubes e partidos políticos serão os condutores do pensamento ideológico e poder político, na transição do governo imperial para o republicano. Estaremos abordando as revoluções liberais (Revolução Francesa e os Clubes) e sua influência ideológica nas classes sociais instruídas do Brasil e no Maranhão entre 1840 e 1860.

A filósofa Marilena Chauí nos afirma que um dos:

[...] traços fundamentais da ideologia, consiste justamente, em tomar as idéias como independentes da realidade histórica e social, de modo a fazer com que tais idéias expliquem aquela realidade, quando na verdade é essa realidade que torna compreensíveis as idéias elaboradas. (CHAUI, 1989. p. 11).

A autora destaca também, que a ideologia serve para atender os interesses de uma classe e que só pode fazê-lo transformando as idéias dessa classe particular em idéias universais.

A manipulação do pensamento de indivíduos denominados “sábios” e intelectuais sobre populações não instruídas às vezes passiva, outras sedentas de mudanças sociais significativas, é uma prática das ideologias reinantes definidas pelos aparelhos ideológicos do Estado e suas instituições, independente de serem públicas ou privadas. O que importa para Louis Althusser em *Aparelho ideológico do Estado* é o funcionamento desta ideologia, através da violência (repressora) e a ideologia, tanto para garantir coesão e reprodução, como para divulgar os valores por eles propostos. (ALTHUSSER, 2003, p. 69-70)

As crises políticas em uma determinada sociedade são supostamente momentos significativos de transformações sociais, ou porque a minoria política deseja impor-se diante de uma maioria, cujos seguimentos políticos defendem os menos favorecidos, os opositoristas e os que têm o controle do Estado, o situacionista. Enquanto Foucault abandonou o conceito de ideologia, para o discurso, mais capaz de subestimar a capacidade de

compreensão de um povo.

O historiador Georges Duby na obra intitulada. “História Social e ideologias da Sociedade” coloca a sua percepção sobre as ideologias sociais:

“A articulação das relações sociais, o movimento que faz com que sejam transformadas, verificam-se assim no quadro de um sistema de valores e as pessoas comumente pensam que esse sistema orienta a história dessas relações”. (DUBY, 1976, p. 131).

Porque o que é propagado, pode não ser significativo quando ocorre como realidade que se contrapõe ao conjunto de anseios de mudanças de um povo. O mesmo autor revela que “efetivamente, há sistemas que governam o comportamento de cada indivíduo com relação aos outros membros do grupo que participa”.

Assim o sistema que orienta, ordena e delimita o devir da sociedade civil¹¹ é consolidado nas expectativas de uma liderança política, estabelecida em qualquer regime político de cada nação, muitas vezes consolidando uma ideologia que sustenta o poder político de grupos e líderes, por muitos anos, como as oligarquias brasileiras na gestão da República.

Que grupos políticos na historiografia européia revelaram-se contraditórios entre o uso das idéias e a prática da liberdade do ser humano? Os grupos políticos são pertinentes às agremiações políticas como os partidos políticos que dão suporte a máquina estatal e ao contexto da Revolução Francesa, os clubes republicanos.

¹¹ Para caracterizar Sociedade Civil ler BOBBIO, Norberto. *Estado, governo e sociedade*. Para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 36. Conceitua como lugar onde surgem e desenvolvem os conceitos econômicos, sociais, ideológicos, religiosos, que as instituições estatais têm o dever de resolver ou através da mediação ou através da repressão. E explicita, que os sujeitos desses conflitos e, portanto da sociedade civil exatamente enquanto contraposta ao Estado são as classes sociais, ou mais amplamente os grupos, os movimentos, as associações, as organizações que as representam ou se declaram seus representantes; organizações de classe; grupos de interesses políticos ou não, mas afirma que os partidos políticos tem um pé na sociedade civil, e outro nas instituições.

Em seu artigo intitulado “A Revolução” (1787 a 1789) Anne Bernet constata que não houve revolução na França, mas, sim, um conjunto de circunstâncias, resultado de uma série ininterrupta de inúmeros movimentos de origens diversificadas, contraditórias e que surpreendera as expectativas dos seus interlocutores. Concordo com Anne Bernet que a violência cometida por Robespierre e seus servidores contrapõe-se aos métodos democráticos dos direitos do cidadão

Entre o emaranhado de interesses políticos e econômicos, estão as dificuldades financeiras da coroa francesa; o povo na miséria, desempregado e com fome se organiza e se arma; neste jogo, a nobreza encontrava-se com seu poder reduzido, enquanto a burguesia, segundo Bernet, joga seu próprio jogo, ela quer ascender ao poder.

Então, a partir da dissolução da monarquia francesa, nas Assembléias Nacionais, a esquerda revolucionária se impõe intensamente, e Bernet afirma ainda, que esses movimentos se encontravam nos clubes ou nas ruas e seriam mais rápido do que a ação real.

Com a realza guilhotinada pelos idealistas das luzes e das revoluções inglesa e americana, “a jovem República mergulha na Guerra Civil e o terror estará em breve no centro dos acontecimentos” (BERNET, 2004, p. 7). Os instrumentos dos novos “republicanos”, a imprensa, a organização dos clubes são os mesmos dos governos absolutistas, pois, alguns clubes como dos jacobinos, aparecem como partido de massa; outros, ao contrário, como assembléias eletistas.

Portanto, as ideologias políticas liberais da França, influenciaram jovens idealistas brasileiros, no século XVIII que não passaram da força, e no século XIX essas idéias penetraram no pensamento dos ilustrados. São os partidos políticos; clubes republicanos e a imprensa, instituída após a vinda da família real para o Brasil, que irão divulgar essas idéias, mas vejamos como Olivier Cocquard concebeu os clubes republicanos na França:

As correntes ideológicas da França foram impulsionadas pelas agremiações

políticas, criadas para estimulação do debate político e que Olivier Cocquard conclui em seu artigo “Os clubes franceses em ação”: os “revolucionários desempenharam papel fundamental na formação dos cidadãos e teceram a liberdade com sangue, palavras e idéias. (COCQUARD, 2004, p. 67)¹²

As facções, os grupos organizados em clubes, segundo Coquard (2004, op. cit.), ideologicamente não eram apenas clubes liberais republicanos, mas, monarquistas, revolucionários e contra revolucionários, uns sobrevivem a uma longa duração, enquanto outros, o tempo de uma insurreição.

Eram instituições legais, com associados e contribuições. Elas percebem a importância e o papel da imprensa na orientação da opinião pública francesa. Cocquard comenta que o antigo regime temia estes espaços de discussões políticas.

Tardiamente os clubes republicanos se tornaram instituições legais e de propaganda republicana. No Maranhão, uma recente pesquisa realizada pelo Professor Luiz Alberto Ferreira, cujo tema é “Os clubes republicanos e a implantação da República no Maranhão – 1888 – 1889”, mostra um avanço da propaganda republicana nos sertões maranhenses, especificamente, o clube republicano de Barra do Corda, principal fomentador, segundo Meireles, de ideais republicanas do sertão maranhense para a capital São Luís.

Os periódicos antimonárquicos deram ênfase a formação dos clubes republicanos no Brasil e no Maranhão. Mostravam editoriais de outras províncias e expressavam a visibilidade do sistema político em lenta derrocada. Eram instituições organizadas, regidas por Estatutos, assim estava transcrito no Jornal “O Novo Brasil”, principal representante dos clubes do Maranhão; eis alguns artigos nos estatutos:

Estatuto do Clube Republicano da Bahia
Paragrafo 1º - O club, assim que estiver em condições fundará um jornal, com uma secção especial em jornaes da capital.

¹² Olivier Cocquard é formado pela Escola Normal Superior, agrégé e doutor em História. Professor nos cursos preparatórios literários no Liceu. Henri – IV publicou Marat (FAYAR, 1993).

Parágrafo 3º - Podem ser sócios cidadãos maiores de 21 anos [...] estrangeiros devem ter mais de dous annos de rezidência no paiz.

Art. 1º O Club Republicano Federal, fundado em 27/05/1888 tem por fim aggremir os cidadãos republicanos da capital, promover a propaganda da doutrina professada pelo partido republicano brasileiro e estimular a fundação de novos grêmios na província, a fim de iniciarse e o congresso Republicano análogo aos que já existem. (JORNAL O NOVO BRASIL, 1888)

Os clubes eram restritos aos sócios que mantinham colaborações mensais, segundo o periódico. No estatuto ainda determinava:

Artigo 2º - a propaganda será feita pela imprensa e pela tribuna.

Artigo 6º - A contribuição de cada sócio será de mil reis mensaes, ficando proibido de tomar parte nas deliberações da Assembléia aquelle que não estiver quite.

Parágrafo único: Fica fundada uma caixa de contribuição espontanea para publicações avulsas. (JORNAL O NOVO BRASIL, 1888)

O sistema de arrecadação dos fundos de participação de seus sócios estava regulamentado diante da participação do sócio, ou não, nas sessões do clube. A composição dos clubes também estavam subordinados a lei, conforme o disposto nos artigos a seguir.

Artigo 7º - A diretoria composta de um presidente, um vice presidente, dois secretários, um tesoureiro, um orador e quatro directores será eleita semestralmente.

Artigo 8º - São deveres da dictoria:

Parágrafo 1º - Admittir os cidadãos que forem propostos para sócios por qualquer memebro do Club.

Parágrafo 2º - Convocar a Assembléia quando julgar necessário.

Parágrafo 3º - Zelar pelos estatutos e mais deliberações da Assembléia Geral.

Parágrafo 4º - Apresentar no dia da eleição dos seus substitutos um relatório do que se passou durante sua adminsitração. (JORNAL O NOVO BRASIL, 1888).

Diante do documento podemos, atestar sua veracidade e tecer comentários, por um lado a forma de coerção dos sócios do não pagamento das mensalidades e por outro lado a transparência de um mandato de diretor terá que ser exposto num relatório de trabalho. Cito ainda a crítica do Novo Brasil sobre a “Monarchia”:

Perdidas todas as esperanças deste pobre povo para quem a monarchia há sido uma logração constante, extincta e confiança nos poderes públicos. A princesa regente que será uma senhora de virtudes apreciáveis tem um espirito mystico e fraco; falta-lhe aptidão para o governo e deixa-se dominar pela avareza do seu esposo. (O NOVO BRASIL, 1888)

Neste editorial a estratégia jornalística é atingir o Conde D’Eu, esposo da Princesa Isabel, muito criticado em sua recente viagem ao norte do Brasil (e Maranhão).

Um eleitorado livre é o maior sustentáculo de felicidade de uma nação. Onde não houver, pois, essa liberdade reinará a desgraça em toda a sua plenitude. No Brasil esse liberdade ainda não existe, e eis a razão por que vemos os maiores algozes do povo feitos representantes da nação e flagelando-a. (O NOVO BRASIL, 1888)

O instrumento dos letrados maranhenses para impor suas idéias acerca do novo sistema estava na imprensa, se coloca imensa expectativa na República, mas alguns membros dos clubes do interior, a exemplo do Club Republicano de Codó, sentiam-se “perdidos”, não sabiam se eram seguidores da monarquia ou aliavam-se ao novo:

Nunca fui sr. Redactor, republicano, sempre respeitei, como ainda respeito os princípios constitucionais, porém o estado anarchico que estamos atravessando, o esphacelamento dos velhos partidos monarchicos, e sobretudo a indiferença atroz e mesmo cruel com que tem ultimamente tratado o governo, os dous irmãos siamezes – a lavoura e o commercio – fazem-se inteiramente descrer de todos e de tudo e acreditar ainda melhor que uma Constituição já tão gasta e desrespeitada. (O NOVO BRASIL, 1988).

Os problemas se atulhavam pelos sertões, diante da pouca produtividade e do não reaproveitamento do solo, e as queixas constantes da escassa mão-de-obra escrava.

Os clubes republicanos no Brasil se iniciaram por volta de 1870, mas em outras regiões, se construíram muito próximos da República. E no Maranhão (Barra do Corda, 1888) anterior ao de São Luis.

O historiador Luiz Alberto cita em sua tese três clubes em São Luís, Cururupu (1887) e outro em Caxias. *O Novo Brasil*, como publicava editoriais de várias províncias, citou também: Clube Republicano da Bahia; Clube Republicano do Rio Grande do sul; Clube Republicano do Pará, Clube Republicano de Bragança; Clube Republicano de São Paulo. E, no Maranhão, outras formações constam no periódico: Clube Republicano de Barra do Corda (começou através de Isaac Martins, Dunshee de Abranches, Frederico Figueira, Rocha Lima – era transcrito a mão e remetido aos vizinhos: Loreto, Pastos Bons, Chapada (Grajaú), entre outros); o Clube republicano de São Luis era direcionado por Paula Duarte considerado um líder sem carisma pelos outros dirigentes de clubes; Clube Republicano de Codó; Clube

republicano de Guimarães, entregues a distância dos vizinhos, mas corajosos na ação que empreenderam para a construção embora lenta e mal formada República.

Enquanto as idéias liberais da França migram para o Brasil, no século XIX, são travadas discussões no seio do império, nas quais alguns defendem o radicalismo liberal, a descentralização do poder político, o federalismo com uma organização confederada; ou seja, a organização dos estados e eleição presidencial. Todas essas propostas confrontavam-se com a estrutura oligárquica existente no império.

A Monarquia brasileira ruiu segundo, Emilia Viotti, porque não conseguiu absorver as idéias de República, e por suas próprias contradições. Um novo regime se instaura, o republicano, no qual o poder político ficará sob jugo das oligarquias regionais, através dos partidos políticos locais.

Os extremos partidários vão conceder relevantes discursos no campo político nacional e maranhense com a vinculação das ideologias impressas nos jornais e folhetins do período em estudo.

As propagandas de cunho liberal foram reiniciadas melancolicamente após a assinatura do Manifesto Republicano, em 1870, no Rio de Janeiro, cuja ideologia seria a República federalista. Segundo Carlos Dalmiro da Silva Soares na tese: “Evolução Histórico – sociológica dos Partidos Políticos no Brasil Imperial”, o debate com relação à liberdade civil trazia reivindicações antigas, editada pelo Jornal “A República”, atribuída a Quintino Bocaiúva, Salvador Mendonça e Saldanha Martinho.

O privilégio, em todas as relações com a sociedade – tal é, em síntese, a fórmula social e política de nosso país – privilégio de religião, de raça, soberania; isto é todas as distinções arbitrárias e odiosas que criam no seio da sociedade civil e política a monstruosidade de um sobre todos a de alguns sobre muitos.

O nosso Estado é, em miniatura, o Estado da França de Napoleão III. O desmantelamento daquele país que o mundo está pressionado com assombro, não tem outra origem, não há outra causa explicativa.

A autonomia das províncias é, pois, para nós mais do que um interesse imposto pela solidariedade dos direitos e das relações provinciais, é um princípio Cardeal e solene que inscrevemos na nossa bandeira. O regime de federação baseado, portanto, na independência recíproca das provinciais, elevando-as à categoria de Estados próprios, unicamente ligados pelo vínculo da mesma nacionalidade dos grandes interesses da representação e da defesa exterior. (SOARES, [s.d.], p. 46)

No tocante aos partidos, Carlos Dalmiro considera que o Brasil, mesmo no período imperial passou por uma conciliação entre 1853 a 1862, pois liberais e conservadores formaram um único ministério imperial surgindo daí a frase “não há nada mais parecido com um Saquarema¹³ do que um Luzia¹⁴ no poder”. Na opinião do mesmo autor:

Os estudiosos que tratam do tema mencionam uma preponderância de membros com interesses agrários no Partido Conservador, grupos economicamente poderosos ligados à lavoura e a pecuária plantadores de cana-de-açúcar, cafeicultores, criadores de gado. (SOARES, [s.d.], p. 7)

Embora defendessem os mesmos interesses, o outro Partido oposicionista:

O Partido Liberal, mesmo havendo nele grandes proprietários de terras recebia o apoio da maioria dos profissionais urbanos e comerciantes. Era a burguesia urbana (comerciantes e bacharéis). (SOARES, [s.d.], p. 7)

Mas, no Império a existência de uma ala partidária muito radical seria coordenada por Zacarias de Góes e Vasconcelos. Seu desejo era a mudança do regime pela revolução. Este grupo fundou o jornal “A Reforma” em 1871, enquanto os republicanos “A República”, que foi fechado pelo governo imperial.

O que Carlos Dalmiro Soares e outros autores que estudam a construção lenta da República brasileira só havia mudanças de denominações, por isso o baile dos partidos no poder, que a partir de 1840 alternaram no poder sem mudanças circunstanciais do sistema,

¹³ Saquarema – nome do município fluminense onde se localizava as propriedades agrícolas de uma dos seus principais líderes José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí).

¹⁴ Luzia – os liberais foram chamados de Luzias, derivado da Vila Santa Luzia do rio das Velhas em Minas Gerais onde se travou a batalha em que a revolta liberal mineira de 1842 foi sufocada pelo General Luis Alves de Lima e Silva, à época, Barão de Caxias.

enquanto os conservadores permaneceram 26 anos no poder os liberais 13. Vejamos o baile dos partidos e a formação dos gabinetes do império na Tabela 1.

Tabela 1 – Gabinetes e Partidos no Segundo Reinado

Os Gabinetes	Partido	Data da Posse
Antônio Carlos, Antônio Limpo Paulino de Abreu (Visconde de Abaeté), Martins Francisco, Aureliano Coutinho (Visconde de Sepetiba), Holanda Cavalcanti (Visconde de Albuquerque), Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Suassuna)	Liberal	24/07/1840
Araújo Viana), Paulino de Souza, Aureliano Coutinho, Miguel Calmon, Francisco Vilela Barbosa (Marquês de Paranaguá), Clemente Pereira Silva Maia, Carneiro Leão, Joaquim Francisco Viana, Salvador Maciel e Rodrigues Torres	Conservador Conservador	23/03/1841 1843
Almeida Torres, Manuel Alves Branco, Ferreira França e Jerônimo Coelho Marcelino de Brito, Fernandes Torres, Bento da Silva Lisboa, Holanda Cavalcanti, João Paulo dos Santos Barreto Manuel Alves Branco, Visconde de Caraveles José Carlos Pereira de Almeida Torres (Visconde de Macaé) Francisco de Paula Souza e Melo	Liberal Liberal Liberal Liberal Liberal	02/02/1844 1846 22/05/1847 08/03/1848 31/05/1848
Pedro Araújo Lima (Visconde depois Marques de Olinda)	Conservador	29/09/1848
José da Costa Carvalho (Marques de Monte Alegre)	Liberal	08/10/1849
Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí) Honório Hermeto Carneiro Leão Luís Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias) Pedro de Araújo Lima (Visconde, depois, Marques de Olinda) Antônio Paulino Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté) Ângelo Muniz da Silva Ferraz (Barão de Uruguaiana) Luís Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias)	Conservador Conservador Conservador Conservador Conservador Conservador	11/05/1852 06/09/1853 03/09/1856 04/05/1857 12/12/1858 10/08/1859 02/03/1861
Zacarias de Goes e Vasconcelos Pedro de Araújo Lima (Visconde, depois Marques de Olinda) Zacarias de Goes e Vasconcelos Francisco José Furtado Pedro de Araújo Lima (Visconde, depois Marques de Olinda) Zacarias de Goes e Vasconcelos	Liberal Liberal Liberal Liberal Liberal Liberal	24/05/1862 30/05/1862 15/01/1864 31/08/1864 12/05/1865 03/08/1866
Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí) José Antônio Pimenta Bueno (Visconde de São Vicente) José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco) Luís Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias)	Conservador Conservador Conservador Conservador	16/07/1868 29/09/1870 07/03/1871 25/06/1875
João Lins Vieira C. Sinimbu (Visconde de Sinimbu) José Antônio Saraiva Martinho Alvares Silva Campos João Lustosa da Cunha Paranaguá (2º Marques de Paranaguá) Lafayette Rodrigues Pereira Manoel Pinto de Souza Dantas José Antônio Saraiva	Liberal Liberal Liberal Liberal Liberal Liberal Liberal	05/01/1878 28/03/1880 21/01/1882 03/07/1882 24/05/1883 06/06/1884 06/05/1885
João Maurício Wanderley (Barão de Cotejipe) João Alfredo Correia de Oliveira	Conservador Conservador	20/08/1885 (39) 10/03/1888
Afonso Celso de Assis Figueiredo (Visconde de Ouro Preto)	Liberal	07/06/1889

Fonte: SOARES, Carlos Dalmiro da Silva. Tese de Doutorado em Direito e Ciências Sociais da Universidad del Museo Social Argentino (UMSA)

Na questão nacional, os partidos políticos emergiram nas províncias. Segundo Carlos Dalmiro foram fundados vários partidos em Ouro Preto (MG), o Partido Republicano, em 1882, Porto Alegre, o Partido Republicano Rio Grandense em 1884, por Júlio de Castilho.

O sistema federalista foi implantado na estrutura republicana, tão almejado pelos clubes, partidos, jornais liberais, porém, desmoronou na organização institucional e hesitante dos governos republicanos. Vejamos o que Silvio Meira replica sobre a descortinada nação:

O período de 15 de novembro de 1889 a 3 de outubro de 1930 foi rico em ensinamentos, precisamente pelos aspectos negativos que apresenta. Saímos de um Estado Unitário para um exacerbamento federalista desde o Império, afirmava que já não havia federalismo que nos bastasse. A comissão, nomeada pelo Governo Provisório a 3 de dezembro de 1889 elabora projeto, executado temporariamente pelo Decreto nº 510 de 22.06.1890, Constituição Provisória da República dos Estados Unidos do Brasil. A Constituição de 24 de fevereiro de 1891 adotou a federação e a República, como formas de Estado e de Governo, o sistema representativo (Câmara dos deputados e Senado Federal), separação e harmonia de poderes, democracia liberal, regime presidencialista e eleição direta, com sufrágio universal para deputados, senadores e Presidente da República. A política dos governadores e a descentralização deram origem as perniciosas oligarquias estaduais. (MEIRA, [s.d.], p. 21)

A dissensão republicana das idéias que gestaram o novo modelo de governo brasileiro, estariam rumando gradativamente a perder-se, exemplo dessa preocupação, 1926, Artur Bernardes tentou fortalecer o poder central permitindo à União a intervenção no Estado, poderes dados aos chamados interventores.

Muitos congressos foram realizados, líderes republicanos, como o paulista, Joaquim Saldanha Marinho, fundaram Clubes e partidos republicanos nas províncias.

Carlos Dalmiro se refere a estas instituições com propagadoras “do ideal Republicano, fazendo assim, com que a atenção popular se polarizasse entre os conservadores e o crescente movimento Republicano” (SOARES, p. 18). Os ideais foram propagados de norte ao sul do país, lentamente, no entanto, a ação foi persistente, apoiada pela imprensa liberal e pelos partidos políticos.

No tocante à evolução partidária do império para república Silvério Meira observa que:

O centro econômico, que durante o segundo Reinado fora no Nordeste (em 37 primeiros-ministros, 23 foram nordestinos) em virtude da produção açucareira e de cacau (principalmente Pernambuco e Bahia) se deslocou, na República, para a zona cafeeira. A política dos governadores, a que se referiu Campos Sales, domina a nação. De 1889 a 1930 não tivemos partidos nacionais. Reivindicações de toda ordem se levantaram contra a ordem social legal, eclodindo em movimentos armados de 1922, 1924 e 1930. (MEIRA, op. cit., p. 20)

A peleja do voto secreto e feminino, reforma eleitoral, segundo Meira ainda se encontravam em debates muito tímidos, sem a força partidária presente e atuante.

O movimento da imprensa maranhense desde a década de 20 do século XIX foi intenso, com a chegada das tipografias em São Luís, todavia, a discussão ideológica e partidária perpassaram os folhetins e penetraram em povoados do sertão maranhense.

Vários autores maranhenses confirmam em suas teses a propaganda sertaneja de uma República precoce no sul do Maranhão. O primeiro que escreve, em memória, é Dunshee de Abranches “A esfinge de Grajaú”; Eloy Coelho Neto “A história do Sul do Maranhão”; Maria do Socorro Coelho Cabral, “Caminhos do gado”, Carlota Carvalho “O sertão”, Mário Martins Meireles “Dez estudos históricos”. Estes autores vêem os sertanejos como bravos lutadores armados em busca de seus objetivos, ou seja, mudanças nas condições de sobrevivência naquelas distantes paragens, mas com uma minoria dominante intelectualizada e participante das notícias do cenário nacional.

Que objetivos mais profundos desejavam alcançar os sertanejos do sul do Maranhão? Segundo a Prof^a Maria do Socorro Cabral, o sertão foi o refúgio para dissidentes de outras províncias, que foram influenciados por discursos liberais, e difundidos em meio aos líderes locais. Essas idéias fundamentaram as elites do sertão durante o século XIX, período em que a expansão do gado e as novas rotas comerciais trouxeram mudanças no panorama social e político da região.

Os autores ainda discorrem sobre o poder local atuante, com a criação de várias vilas: “Pastos Bons – 1820; Carolina – 1831; Riachão e Grajaú – 1854; Porto Franco – 1855;

Imperatriz – 1856; Loreto – 1873; Alto Parnaíba – 1891; Santo Antonio de Balsas – 1892” (CABRAL, 1992, p. 182).

Com a fundação dos vilarejos, há uma institucionalização dos poderes locais. Cabral define esse movimento como “uma organização do poder local, em que o domínio dos fazendeiros tornou-se mais acentuado, e as disputas entre as principais famílias, agrupadas em torno dos partidos políticos, na busca do controle do poder, dominaram todo o cenário político da época” (CABRAL, 1992, p. 182).

Havia indignação nos discursos de líderes liberais maranhenses do interior, pois, os mesmos sentiam-se discriminados e abandonados, esquecidos e oprimidos, achavam que os políticos da capital os viam como incapazes, ignorantes, bárbaros, sem percepção política nenhuma.

“Para eles, os que vivem nestas esquecidas paragens não são criaturas humanas, são animais menos tratáveis e mais ferozes do que os índios que vegetam mais ou menos domesticados por essas bandas” (CABRAL, 1992, p. 184).

Ainda retumbante no seu pronunciamento é o descontentamento dos líderes locais aliados dos fazendeiros:

Ignoravam inteiramente as nossas origens e tradições.... (Para eles) a Barra do Corda foi uma povoação fundada por traço de retirantes cearenses, fustigados da terra natal pela miséria e fome... [...] da mesma forma a Chapada (Grajaú) e todos os povoados do Alto Sertão tiveram seus bandeirantes, constituídos por assassinos, ladrões, bandidos de toda a sorte, fugidos das cadeias de Caixas e do Piauí, Ceará, Pernambuco e Bahia. (CABRAL, 1992, p. 184).

O descontentamento aparentemente não abrange todos os sertanejos, de maioria sobrevivendo da pobreza descabida (ainda hoje) eram lastimações de uma minoria letrada que às vezes andava armada.

Na sua abordagem sobre os sertões, mostra as freqüentes visitas dos chefes de polícia oriundos da capital, São Luís, que subjugavam os inimigos da ordem e da lei, estes do sul do Maranhão.

Desde os primeiros movimentos separatistas do Brasil, os líderes locais do Maranhão já discutiam em Pastos Bons, idéias liberais. De lá também, foram divulgados ideais de uma República para o Maranhão, que é justificada na tese de Cabral quando afirma:

“A República de Pastos Bons foi um movimento sedicioso eclodido em 1827, na Vila de Pastos Bons, e inspirado, como o próprio nome diz, em ideais republicanas”. (CABRAL, 1992, p. 186).

Este movimento de uma minoria, os letrados maranhenses, largados pelos povoados sem estradas, onde só caminhos¹⁵ permitiam a comunicação com a capital. Cabral os vê com discursos bem redigidos de bom nível cultural, incitando o povo a Proclamar a República de Pastos Bons, e diz mais, os sediciosos chegaram inclusive a proclamar, o regime republicano naquelas paragens.

3.2 O “teatro” dos jornais de São Luís

Para os “letrados” que iniciaram o movimento Republicano, em São Paulo, a “salvação” da monarquia seria o sistema republicano. Que publicações da imprensa maranhense representaram as idéias liberais nas décadas de 40, 50 e 60 do século XIX em São Luís? A “realidade política” era mostrada através das manchetes de jornais. O espaço reservado, também, divulgou personagens políticas em busca de ascensão pessoal. Que discussões são travadas nos jornais da capital? E os partidos políticos, atendiam aos anseios de toda a sociedade civil? Que soluções para os problemas brasileiros, ou parte deles, eram pensadas durante o período pré-republicano? E após essa construção republicana, ainda é uma

¹⁵ Os “caminhos”, chamados assim pelos sertanejos do sul do Maranhão, também sob o nome “varêdas”, eram estreitos e tortos, geralmente abertos na mata para a orientação das boiadas do norte brasileiro e para que a população se deslocasse para os povoados mais distantes e até mesmo a capital. O único meio de transporte era a cavalo ou embarcações. Mesmo assim os sertanejos “mais avançados” em sua instrução como os de Grajaú, Barra do Corda, Pastos Bons, entre outros, se comunicavam e partilhavam dos ideais de República, embora distante.

utopia, e se entranhou na sociedade sobrevivente dos percalços da politicagem, o sentido de uma política institucionalizada e mal resolvida.

As publicações dos jornais maranhenses de cunho liberal tiveram a forte presença de João Francisco Lisboa que inicialmente centralizou a discussão sobre as idéias liberais, principalmente, no jornal “O Farol Maranhense” do qual era redator e que circulou entre 1829 e 1845, cujos artigos influenciaram um desfecho revolucionário: a Setembrada, movimento urbano que na edição do Argos da Lei de 22.03.1825, que de acordo com Mario Meireles, contido no relatório do almirante Lord Cochrane estava posto “poria termo à sangueira começada com a ‘Guerra dos três Bês’, no Maranhão ninguém brigava pela República e sim pela ambição de governar” (MEIRELES, 1994, p. 98)

As compilações de Celeste Amância apontam que o mesmo jornalista foi redator de “O Brasileiro” em 1832, e o “Echo do Norte” de 1834 a 1836. João Lisboa era respeitado como líder liberal.

Além de publicar nestes jornais, João Francisco Lisboa foi proprietário da “Chrônica Maranhense”, onde publicou entre 1838 a 1841, este sim era órgão do Partido Liberal Maranhense. Em oposição a Chrônica havia “A revista”, do Partido Conservador, cujo proprietário era Sotero dos Reis.

João Lisboa foi reconhecido como principal líder liberal da Província, e também representante na Assembléia Provincial, onde legislou entre 1835 a 1837 e 1838 a 1840. O seu desejo de concorrer a Assembléia Geral do Império foi frustrado pelas manobras políticas dos conservadores. Desgostoso, acabou se retirando da vida política, mas não da vida pública.

Tornou-se diretor do jornal “Publicador Maranhense”, caracterizado como oficial e situacionista, circulante entre 1842 e 1886, porém só até 1855 foi seu redator. Após sair dos jornais, segundo a nota introdutória de Jomar Moraes no “Jornal de Tímon”, cuja reedição foi possível na série *Documentos Maranhenses*, João Lisboa “deixa a política para dedicar-se aos

estudos histórico-literários e às atividades forenses” (LISBOA, 1981, p. 5).

Mas o líder retornou à vida política, quando o novo Presidente da Província Franco de Sá assumiu o poder.

Costa Ferreira que criou a Tesouraria da província, organizou a Secretaria do Governo e instituiu a Polícia Rural e o Corpo de Polícia da província, foi o primeiro da história do Maranhão, a promover eleições livres, que lhe valeu uma derrota nas urnas pelos liberais, quando eleito Senador passou o cargo a Joaquim Franco de Sá 1º vice-presidente, em 1841. (MEIRELES, 2001, p. 230)

E volta a publicar, em “O Progresso” (1847 a 1857), que segundo as informações dos jornais maranhenses pregava idéias liberais. Este jornal era redigido inicialmente por Fábio Reis Theófilo de Carvalho, Pedro Leal e Antonio Rego. Porém, em 1848 ficou ao encargo dos Drs. Carlos Rubens e Ferreira Vale, conhecido pelo título de *Visconde do Desterro*. (JORNAIS MARANHENSES, 1981, p.14).

O porquê da vida opinativa de João Lisboa neste estudo é uma amostragem da versatilidade do editor em ser liberal ou estar compondo o governo, tornando-se mais brando em suas alocações, ou mais veemente quando liberal.

Nos anos de 1848 e 1849 João Lisboa elegeu-se novamente como deputado provincial, mas terminou o mandato sem partido político, daí então, em definitivo, sai do “teatro” político Maranhense.

Ainda segundo Jomar Moraes, João Lisboa foi nomeado substituto de Gonçalves Dias em Portugal, onde copiava arquivos portugueses de interesse do Brasil, em 1862 e dispensado dos serviços, pois se encontrava muito doente. Falece em Lisboa, em 1863. Experimentou a frustração de um político que não conseguiu unir partidos, numa coesão ideológica liberal para o Estado. Lisboa acabou decretando a morte do partidarismo, pois tece artigos de extrema franqueza da sua visão partidária, e os chama de intoleráveis e insaciáveis, que se desviavam dos seus fins naturais e legítimos.

A crítica aos partidos políticos enquanto instrumentos de representação da sociedade maranhense, não são considerados como uma verdade política na década de 40 e 50 do século XIX no Maranhão. Vejamos a crítica de João Lisboa:

“Os nossos partidos provinciais quase não são dignos deste nome, na larga verdade acepção política do termo; porque quais são os princípios, as idéias, e os interesses gerais que os distingam e dividam seriamente uns dos outros?” (LISBOA, 1981, p. 175).

As críticas de João Lisboa são em referência aos partidos políticos maranhenses, os acusa de personalistas, egoístas, não possuem interesses legítimos, nem princípios, são mesquinhos, procuram assegurar o presente e captar no futuro uma proteção mais forte.

Consta na severa e revoltada opinião sobre os reais objetivos dos partidos um questionamento de suas intenções um tanto efêmeras e que se aprofundam:

“Na ausência de motivos sérios de divisão, e de um verdadeiro antagonismo de idéias e princípios, os nossos partidos os inventam copiando e arremedando os estranhos, com toda a exageração própria de atores locais e mal-ensinados”. (LISBOA, 1981, p. 179)

Mostrava também que outras instituições políticas eram semelhantes:

[...] daí toda essa fantasmagoria e palavrório de poder, oposição, coalizão, revolução, clubes, jornais credos, propagandas, sistema parlamentar, a que a pobre província se há de moldar como a vítima no leito de procusto, contraindo, distendendo e deslocando os membros macerados, embora a sua índole, atraso, ignorância política, e pouca população a inabilitem para tão ambiciosas experiências. (LISBOA, 1981, p. 179)

Lisboa conduz uma discussão desanimadora acerca da ideologia partidária maranhense, pois caracteriza essa “pequena população” como apática, indiferente e não participante em sua totalidade das eleições provinciais, controladas através de fraudes.

E nas Assembléias Provinciais como o povo maranhense era representado? Segundo Lisboa as galerias estavam desertas, em silêncio, um “trabalho” legislativo em segredo, para o povo. E repetia sempre que não interessava aos políticos opinião pública e sim

a carreira política e os empregos públicos. De onde vinham esses políticos? Das classes “superiores”, formadas nas academias jurídicas de Olinda e São Paulo, seguidas das de Medicina da Bahia e de Lisboa, embora até a década de 50 do século XIX os burgueses se deslocasse para a Europa, a partir daí tornou-se atração principal estas faculdades já citadas.

A formação acadêmica, na opinião de João Lisboa, estava notoriamente voltada para a vida pública. O deputado, o senador, o presidente de província, um emprego vindo da providência das famílias tradicionais e abastadas do Maranhão.

As permanências do perfil ideológico dos partidos e seus elementos constitutivos são discutidos também por Flávio Reis na tese “Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão” (1850-1930) como emblemática, pois os cargos públicos serviam como trampolim político utilizado como moedas de trocas na construção das alianças partidárias.

Os resultados das urnas não funcionavam no Maranhão imperial. As causas eram a corrupção e fraudes, pois grupos da oposição e situação praticavam segundo Reis, as famosas “derrubadas”, as demissões, nomeações e transferências dos políticos inviáveis para a reorientação política dos partidos.

As idéias construídas por Flávio Reis mostram as dissidências se estruturando nas décadas de 60 e 70 através das facções e da nova geração partidária com a competitividade intra-oligárquica e da ascensão dos políticos de carreira, como Gomes de Castro (castrista) liberal e Silva Maria (maísta) chamados de políticos profissionais.

A formação partidária é discutida amplamente pelo autor citado, mas a ideologia positivista está mascarada quando as manchetes, nos textos apontam para o discurso da ciência e do progresso, mas ao mesmo tempo há um entrelaçamento liberal e positivista sob o ponto de vista da ciência. Vejamos o jornal “Ordem e Progresso”:

Este jornal, que esteve em circulação em São Luís entre 1860 a 1862, era órgão da liga entre liberais e conservadores, com um programa partidário progressista, os artigos eram

redigidos por Gentil Braga, Belfort Roxo e Joaquim Serra, e neste jornal contém a seguinte afirmação:

“Se consideramos por um momento o nosso Systema Político, convencer-nos-hemos da necessidade de uma completa regeneração, que salve-nos de perigoso marasmo, cuja causa eficiente é a mal entendida personalidade” (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, nº 03, 26.12.1860).

Sob o ponto de vista da manchete desse jornal, os partidos estimulam a ação dos seus partícipes da mesmice partidária, contra, ou a favor da permanência da monarquia constitucional.

No cenário nacional deste período da década de 60 do século XIX, ainda estavam ocorrendo a “dança partidária”, entre conservadores e liberais e no Maranhão, o marasmo dos políticos, como diz o artigo necessita a priori de regeneração, de ação, ocorrerá, mais lentamente no sistema republicano.

Podemos afirmar que apesar das críticas e divergências, a ideologia positivista do progresso da humanidade permeia os partidos e os discursos da época. “A sciencia e a indústria estão entre si tão estreitamente ligadas, como a alma com o corpo, idéia e ação, theoria e prática ambas concorrem para o progresso da humanidade” (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, nº 03 26.12.1860).

Entende-se como suporte da ideologia positivista quando completam criticando: “O idealismo obsoleto carece muitas vezes de ser corrigido pela experiência, mas é innegável o aperfeiçoamento devido a aplicação das invenções scientificas as artes manufactureiras” (JORNAL ORDEM E PROGRESSO, nº 3 26.12.1863).

O reconhecimento das idéias de progresso defendidas nas publicações do jornal *Ordem e Progresso*, também são encontradas no jornal *Porto Livre* que tinha características políticas e comerciais, com tendências conservadoras, publicou o seguinte:

Não seremos nos que condenemos o progresso neste século de tantas luzes, para longe de nos vão essas vaãs e más suspeitas; porém alto e bom som declaremos, que somos da escolha d'aquelles, que preferem o preciso, o necessário ao útil ou agradável. (JORNAL PORTO LIVRE, nº 47, 10.07.1862).

A relevância das discussões sobre a ciência, o avanço tecnológico, referência às revoluções burguesas européias, aparecem no debate em consonância com as idéias iluministas e que ao mesmo tempo influenciou camadas sociais intelectuais para o “mundo do positivismo” e liberalismo no Brasil.

Este processo ideológico encontrava-se na denominação do jornal, “Ordem e Progresso”, consolidado como tema da futura República brasileira nas duas décadas seguintes, ideologicamente constituída pelos intelectuais e na ação política dos militares.

Assim, em resumo, acabamos por trazer uma rápida abordagem sobre os modelos da política francesa e americana. O papel das agremiações francesas, (os clubes), os levantes e os movimentos intelectuais do sertão maranhense; a crítica voraz de João Lisboa acerca dos partidos políticos e o “teatro” dos jornais, dos políticos conservadores e liberais, num debate de acusações ao poder local constituído e ao Central, bem como as intrigas partidárias divulgadas pelos jornais, citados neste texto, que vinculavam as discussões de São Luís e dos seus distritos.

4 O CENÁRIO DA REPÚBLICA

No plano nacional, os momentos que antecedem a república no Brasil geraram inúmeras expectativas quanto às mudanças políticas, relacionadas à queda da monarquia e com um objetivo mais abrangente para a sociedade brasileira, de uma “República”¹⁶ para o povo.

A pluralidade das representações políticas estaduais estavam amarrados aos interesses próprios, diante da crise instalada na monarquia, com a iminente formação do Estado Nacional Republicano, gestada ideologicamente através dos partidos políticos da oposição, mas construída pelas oligarquias locais, que tentavam ampliar estrategicamente seu espaço político em suas localidades.

Outro campo de idéias que não foram postas em prática foi o da destituição do modelo imperial para o republicano, com as significativas mudanças nas estruturas sociais, como: o analfabetismo, a pobreza e o mais enfático, o das estruturas políticas.

A “liberdade política” que ainda percorre caminhos foi tratada amplamente na imprensa nacional. Assim como os dias que sucederam a libertação dos escravos e lamentava “O País” nas palavras de Penna na obra “República Brasileira”.

“Em sucessivas editoriais denunciava o governo imperial como responsável direto pela violência desencadeada pela repressão aos adeptos da República.” (PENNA, 1999, p. 44).

E ainda constrói hipóteses que são lançadas sobre a ex-escravidão. “A abolição que serviria de instrumento de exploração política do regime monárquico, mascara a questão do regime do governo, [...] é um problema social herdado, a inevitabilidade da adoção do trabalho assalariado, em pouco tempo emudeceu os ecos da Lei Áurea”. (PENNA, 1999, p. 44)

¹⁶ Para Bobbio (2004, p. 36) “República originariamente, originariamente monarquia é o governo de um só, e república, no sentido maquiaveliano da palavra, é o governo de muitos, e mais precisamente de uma assembléia, que para os gregos *res publica* significava “coisa pública”.

Segundo Penna, era inevitável o assalariamento de ex-escravos, mas os problemas imediatos trazidos pela abolição desestruturaram por algum tempo a economia.

Mas a monarquia reage combatendo com violência os republicanos com a Guarda Negra, criada através do governo imperial, de um recrutamento forçado de ex-escravos libertos, mas é dissolvida no início de 1889, por seus próprios componentes.

Diante desses momentos que antecedem a “Proclamação da República”, algumas províncias como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Penna identificou como os mais organizados com relação ao papel desenvolvido pelo Partido Republicano.

Embora não tivessem chance quanto às eleições diante do voto censitário no processo eleitoral, as pregações partidárias republicanas contribuíram para o desfecho da República.

O poder político republicano a ser conquistado no Brasil necessitaria de alianças, daí o pseudo-pacto dos militares com os republicanos, alguns não mais positivistas ortodoxos, como Benjamim Constant e mais uma vez a imprensa concluía, através da versão do jornal “Província de São Paulo”, o seguinte:

O quinze de novembro, não contou com a participação das lideranças políticas do movimento republicano na operação que derrubou a monarquia, [...] a existência de um motim iniciada pela segunda brigada, e o general Deodoro ao tomar conhecimento do fato, mesmo enfermo, dirigiu-se a São Cristóvão, e voltando ao Campo de Santana, viu um incidente envolvendo um oficial chamado Ládaro, que recusava atender a ordem de um oficial, chegando ao quartel, forças militares ali reunidas aclamaram Deodoro como chefe do movimento golpista. (PENNA, 1999, 52)

Esta é uma das versões da Proclamação da República em que militares e letrados participaram. Então, pergunta-se: as hesitações de Deodoro e sua renúncia do poder precocemente fragilizaram a construção da utopia republicana? Ou essa construção não foi organizada conscientemente pelos seus idealizadores (os republicanos, liberais, positivistas)? Ou o medo de possíveis levantes que necessitaria de amparo militar?

Houve uma apropriação de ambas as partes, os militares se utilizaram dos ideais republicanos para ganhar confiança da “população”, no entanto os atos dos mesmos, após a proclamação, causariam oscilações de opiniões dentro da recém-nascida República.

Mas para Roberto Lopes, o contexto Republicando estava nos militares, adotando uma República moralizadora e ordeira, onde teria o aconchego do autoritarismo ladeada pelo patriotismo.

Enquanto sedimentava essas idéias, ampliava dizendo o mesmo Roberto Lopes: “Os positivistas queriam uma República Socialista, ou seja, autoritária, voltada para os problemas sociais e uma modernização de cima, dirigida por uma elite competente, seus representantes seriam Benjamim Constant, Teixeira Mendes e Miguel Lemos.” (LOPES, 2002, p. 14)

Outro dissenso estaria nos Jacobinos (os chamados radicais da Revolução Francesa) preocupados com a massa desfavorecida, seguidores de idéias de uma República Popular e amplamente democrática, seus representantes foram Silva Jardim e Lopes Trovão.

O pensamento de Roberto Lopes na culminância do ato republicano recaiu naqueles letrados que “triunfaram” os chamados republicanos históricos, descendentes do Manifesto de 1870, como Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva, Ruy Barbosa e outros. E os objetivos de República dos históricos foram alcançados?

Uma República “Liberal”, federalista, sem leis sociais e representativa da oligarquia rural, principalmente cafeeira, preconizando o destino da República como sendo “o da espada”, mas logo cederia lugar à “cartola”, concluiu Lopes.

E os partidos políticos na capital republicana estariam coesos diante da responsabilidade de mover as ideologias liberais para a prática governamental?

Segundo Murilo de Carvalho, era emblemática a situação dos partidos do Rio de Janeiro, pois, Saldanha Marinho “não conseguia disciplinar dadas as divisões entre várias

correntes – evolucionistas, revolucionárias, civilistas, militaristas”. (CARVALHO, 1998, p. 49)

Dai a preocupação de Campos Salles quando escrevia ao Saldanha Marinho em 1887 dizendo: “O atraso da idéia republicana no Brasil é devido, quase totalmente à falta de uma boa organização na capital do império”. (CARVALHO, 1998, p. 49)

A organização não é de fato, o melhor que a república representou e ainda agoniza frente a seus representantes partidários.

4.1 Os liberais do sertão

Com a República proclamada discretamente, tendo a frente os militares e a exclusão popular, se destacou Aristides Lobo, na frase proferida: “O povo assistia a tudo bestializado, sem compreender o que se passava, julgando ver talvez uma parada militar”.

A transação “pacífica” do poder político no Brasil, suscitou uma outra frase do francês Louis Couty, quando diz: “O Brasil não tem povo”(CARVALHO,2002,p.66).

Segundo a sua concepção a indiferença do que se chama “povo brasileiro” é que não se organizou ativamente como os franceses, frente as crises políticas na França.

Entende-se que a realidade histórica ocupa outra sociedade europeia, cujo campo das idéias e das mentalidades se encontrava em outro patamar, o da consolidação política francesa.

José Murilo de Carvalho inclui ainda em sua obra “Os bestializados, o Rio de Janeiro e a República que não foi”, a situação do Rio de Janeiro diante da República mínima.

“Como a maior cidade e a capital econômica, política e cultural do país, o Rio de Janeiro não poderia deixar de sentir, em grau mais intenso do que qualquer outra cidade, as mudanças que vinham fermentando durante os últimos anos do Império e que culminaram na

abolição da sua escravidão e na Proclamação da República”. (CARVALHO, 2002, p.16)

O Rio de Janeiro será o centro das atenções, das novas mudanças que estavam implícitas nas propagandas republicanas. Carvalho completa dizendo que grande parte dos fluminenses foi pela primeira vez envolvida nos problemas da cidade e do país.

No nordeste brasileiro, as notícias da Proclamação da República chega aos poucos, trazidas pelos batelões e companhias de navegação, meio de transporte mais rápido e utilizado no final do século XIX, no Brasil.

E no Maranhão, as principais informações são dirigidas a Francisco de Paula Belfort Duarte, denominado o chefe do “discreto” Clube Republicano de São Luís, assim dizia o telegrama de 16/11/1889:

“A República proclamada. Ministério prêso. Grande entusiasmo. O exército e o povo confraternizados. Viva a República”. (VIVEIROS, 1960, p.19)

A partir deste momento o Maranhão seria governado por uma junta provisória, até a Assembléia Constituinte e as eleições nos novos estados confederados que se concretizaria em 1891.

A aceitação da proclamação da República não foi um ato simplista e muito menos recatado no que diz respeito a ação de parte da sociedade maranhense. Esta ação é transparente quando o professor Luiz Alberto em sua obra “Os Clubes Republicanos e a implantação da República no Maranhão (1888-1889)”, fala sobre o povo e o trabalho.

“[...] quando o ‘povo liberto’, insuflados pelos ‘monarquistas liberais’ começaram a se aglomerar já no dia 16, culminando com uma grande manifestação, em que saíram em passeata pela cidade”. (FERREIRA apud COSTA, 2004, p. 222)

Os mais humildes de profissão são os que destoaram do novo momento político, os ex-escravos se sentiram ameaçados de perderem seus direitos de alforriados.

Os “novos policiais republicanos” trataram de extinguir qualquer movimentação

que se relacionasse com a volta da monarquia, e os boatos da “volta da escravidão” fervilhava na cidade, instalando desconfiança no novo regime.

Segundo Luís Alberto, o agravamento dessas manifestações foi a repressão violenta aos pobres e pretos, no chamado “fuzilamento de 17 de novembro”, no qual deixaram de saldo mortos e feridos no embate entre a ignorância das informações dos humildes e a despreparação da polícia local.

O diferencial na abordagem de como foi construída e aceita a República maranhense nos sertões, foi legitimada através de autores da historiografia maranhense.

O centro-sul maranhense esteve na condução crítica e operante, frente à monarquia, cuja principal base republicana foi Barra do Corda, segundo Galeno Brandes.

Ainda sobre a República Maranhense, Clodoaldo Cardoso discute a idéia de que os panfletos e pasquins incentivaram a instalação da República de Pastos Bons, seria um Estado dentro de uma província, tentativas que não lograram sucesso nesses lugares distantes do sertão, no início do século XIX (1827).

Sob o ponto de vista de Brandes, Barra do Corda não aderiu simplesmente à Proclamação da República, pois os líderes idealistas e propagandistas mantinham-se ligados a outros centros urbanos do país, e ainda recebiam orientação direta dos republicanos da sede da monarquia brasileira.

E estas idéias estavam em efervescência, anterior à abolição da escravatura em 1888, as expectativas libertárias ainda não configuravam autonomia da classe política, somente a da escravidão (com a alforria de todos os escravos).

Adjacente a esta localidade (Grajaú), fervilham os conflitos entre liberais e conservadores. Galeno Brandes mostra os momentos mais relevantes desses embates políticos que eram “resolvidos” a bala de rifle:

Em Grajaú nos anos de 1888, o presidente da província, Moreira Alves, fora obrigado a mandar João Dunshee de Abranches Moura, como Promotor Público de Barra do Corda, com o objetivo de apurar os crimes, lá praticado e dentro do possível promover a paz em Grajaú (BRANDES, 1994, p. 215).

Ainda sobre a emblemática política do sertão de Grajaú, em 1888, as duas agremiações políticas daquela localidade, segundo Brandes; eram os Liberais e Conservadores que não ficavam no campo das idéias, confrontavam-se no corpo-a-corpo, empunhando armas pelas ruas e não escapavam, ainda segundo Brandes, nem as autoridades locais.

A liderança dos liberais era representada pelos intelectuais Leão Leda e o Coronel Moreira, denominados “os campeões da liberdade”, que digladiaram com o conservador Araújo Costa, chamado “Cristo da Chapada¹⁷”, o qual mantinha boas relações junto ao governo maranhense.

Os sertanejos de Grajaú e adjacências representaram para o Maranhão, o foco de dissensão, e não de conciliação ou passividade política, foi uma disputa peculiar e alastrante, as falácias e as ações praticadas pelos políticos locais ecoaram naqueles sertões do centro-sul maranhense e nos jornais da capital, e o que se comentava, que eram um bando desordeiro.

Isto preocupou o Governo Provincial maranhense, pois, para não aumentar as mortes naquele sertão, enviou um Promotor Público de sua confiança, Dunshee de Abranches. Seria o apaziguador dos conflitos de Grajaú, mas, se tornou o homem da República.

Em busca dos líderes republicanos nos sertões encontra-se a célula propulsora do movimento republicano no “Clube republicano de Barra do Corda”, tendo como redator principal Isaac Martins dos Reis.

No início das propagandas em prol da república, Brandes esclarece:

¹⁷ Chapada: de acordo com o Dicionário histórico e geográfico da província do Maranhão de César Augusto Marques – denominação de povoação, freguesia e vila, quando Antonio Francisco dos Reis, 1811 navegou pelo rio Grajaú e fundou sobre a povoação do Porto da Chapada ou freguesia do Senhor do Bomfim da Chapada e hoje município de Grajaú.

Na rua Tiradentes, n. 16, todas as noites, reunidos, programavam a difusão dos seus ideais, que queriam sair do papel e ir a prática. Não haviam máquinas e equipamentos para os impressos. Eram feitos manuscritos e encaminhados aos lugares e vilas sertanejas: Loreto, Riachão, Grajaú, Carolina, Balsas, e muitos outros, onde mais tarde foram fundados clubes republicanos difundindo os mesmos ideais e promovendo a propaganda revolucionária. (BRANDES, 1994, p. 219)

Esta propaganda estaria vinculada ao jornal “O Norte”, fundado por Isaac Matins, Dunshee de Abranches, Rocha Lima e tantos outros republicanos, cujo início de sua distribuição escassa, já no primeiro número, fortalecia a desestruturação do sistema escravistas.

O manifesto histórico dos republicanos é reproduzido textualmente por Galeno “nos abaixo assinados, declaramos deixar o império aderindo ao nobre Partido Republicano, chefiado por Quintino Bocaiúva, manifesto escritos também por Abranches no jornal O Norte”, como sendo Barra do Corda, Capital do movimento republicano no Maranhão.

A distância entre as povoações e a ausência de estrada, dificultavam a ligação partidária entre a capital e o interior. O isolamento desses articuladores ganhava terreno nas adjacências, como tentativa de liberdade política desses sertões.

Os viajantes percorriam os “caminhos” que poderiam ser os das boiadas vindas do Pará, Goiás, atingidos pela distância e munidos de um sentimento de serem percebidos como parte integrante de um sertão que possuía suas riquezas, mas era renegado ao esquecimento pelo governo da capital.

Essas distâncias também marcaram a discrepância do 15 de novembro de 1889, o que se confirma com o relato de Eloy Coelho Neto na obra intitulada *História do Sul do Maranhão*: “Mas somente a 20 de novembro na cidade de Barra do Corda chegou a notícia que segundo Dunshee de Abranches eletrizara toda a população em que incontestavelmente a idéia republicana já conseguira empolgar os corações partidos” (COELHO NETO, 1979, p. 208).

O seu representante estava ausente da frente comemorativa desse novo movimento, Isaac Martins, que segundo o professor Mário Meireles nos *Dez Estudos*

Históricos explica a ausência do líder: “Comprometeu-se com Quintino bocaiúva a elegê-lo Deputado Geral pelo Maranhão e que não poderia realizar tal promessa, mas que se fizesse necessário, iriam ao extremo, a luta armada”. (MEIRELLES, 1994, p. 108)

E destacava a posição do Clube Republicano de Barra do Corda:

Os sertões de Pastos Bons concorreriam com um contingente de 1.200 homens, para demonstrar que o Clube de Barra do Corda, se ainda não dominava toda a província já tinha sob seu controle metade dela pelos Clubes afiliados que se espalhavam desde Caxias, no Médio Itapecuru-Mirim até Carolina, às margens do Tocantins, no extremo sul. (MEIRELES, 1994, p. 108)

Isaac Martins não concretizou sua proposta, pois em viagem foi proclamada a República. Para o Clube Republicano da capital, os Clubes dos sertões foram irrelevantes ao propósito republicano?

O centro ideológico republicano dos sertões esteve em evidência e despertou nos republicanos da capital uma ação mais efetiva de oposição ao governo e criação de um Clube Republicano, tendo sob sua direção Paula Duarte. Por essa razão, recebe críticas nos editoriais do jornal *O Novo Brasil* de 17 de dezembro de 1889, como partícipe da Junta Provisória, pois mostrou um republicanismo exagerado e ridículo, autoritário e repressor, mostrando ao Governo Central, em tais ações de violência contra ex-escravos da capital, a repressão de um republicano, que foge aos objetivos dos ideais da república tão desejada.

4.2 “A dança das Juntas Governamentais”

Na capital se formava a primeira junta governamental do governo republicano que assumiria por um mês, mas que causou estranheza à oposição pois, segundo Viveiros na obra *Benedito Leite um verdadeiro republicano*, relata ações contraditórias da Junta: “Formada de elementos sem coesão por sua heterogeneidade como os militares e civis, republicanos e monarquistas, conservadores e liberais” (VIVEIROS, 1960, p. 21).

O que progrediu ainda mais a insatisfação de alguns membros da Junta como **Viveiros** e **Milanez** que não aceitaram gratificações e a extinção da Casa dos Educandos Artífices, casa de instrução de tradições no Maranhão.

Assume o Governo Provisório do Maranhão de 17 de dezembro de 1889 a 03 de janeiro de 1890, Pedro Augusto de Araújo Tavares Júnior, maranhense, mas desconhecedor da política maranhense.

O governo Tavares Júnior é efêmero, apesar de ser um republicano histórico e incentivador das idéias positivistas, tomou decisões que deixou insatisfeito o representante de Deodoro, o Tenente Coronel João Luis Tavares.

Mas, o ato que definiu a sua demissão foi, segundo Viveiros, o Decreto de 23 de janeiro de 1890, permitindo a liberdade de culto e extinguindo as dotações à Igreja Católica. Ou seja, mandou suspender as formas de pensão que o Estado pagava aos cléricos.

O Marechal deu ordem para revogação deste decreto, mas, não foi atendido. Tavares Júnior, segundo Viveiros, respondeu com um pedido de demissão.

A sucessão provisória cabe a José Tomás de Porciúncula, que assume em 22 de janeiro de 1890 e permanece por sete meses, nos quais criou o Conselho de Inteligência para organizar a Capital, administrativamente.

Foi recomendado pelo então Ministro do Interior Aristides Lobo a formar pacto com o conservador da Monarquia, Gomes de Castro. Este, que já presidira o cargo de Presidente da Câmara no Império, ganhou a 1ª vice-governadoria do Estado.

Enquanto se “tentava” a consolidação dos governantes provisórios, Meireles fala do republicano dos sertões: “Isaac Martins, de volta ao Rio de Janeiro, chega a Barra do Corda. Regressa desiludido e desanimado; Quintino Bocaiúva, [...] agora ministro não encontrara em sua agenda uma hora sequer para recebê-lo em audiência” (MEIRELES, 1994, p. 118)

Esta desilusão se acentuará, mas, por enquanto, Isaac Martins percebeu que foram as instituições corruptoras, mas ficaram os mesmos homens corruptos e corrompidos. Para o novo sistema político, as alianças partidárias teriam que ser amarradas com a iminência das eleições da Assembléia Nacional Constituinte e local.

Com a renúncia de Aristides Lobo, muda novamente o governo provisório do Maranhão e desta vez, interino. Gomes de Castro passa o cargo ao Tenente Manuel Inácio Belfort Vieira em 25/07 a 23/07/1890.

Segundo Meireles, caberia a este providenciar a eleição e realizar convocação das Constituintes Estaduais, pois assim dizia a Carta Magna Federal, em seu artigo 64: “Cada Estado reger-se-á pela Constituição e pelas leis que adotar, respeitados os princípios constitucionais da União” (MEIRELES, 1994, p. 119). As oscilações do poder central provocavam uma “dança” de governantes no Maranhão. Vejamos os momentos de cada um até 1895:

José Vieira Vaz e Tarquínio Lopes governaram entre 4 a 14 de março de 1891. O primeiro foi convocado por Benedito Leite para fazer parte da Comissão de Juristas para formalizar o Projeto da Primeira Constituição do Estado.

Costa Rodrigues, nesse período, ganha espaço político como republicano, diante do ostracismo e do favorecimento dos ex-monarquistas na política local e com Gomes de Castro fora do Estado, sendo Presidente do Banco de Crédito Móvel no Rio de Janeiro.

A partir de março de 1891 Lourenço Augusto de Sá e Albuquerque não atinge a consolidação política (a coesão), mas consolida-se como o quarto governador provisório do Maranhão.

No seu governo foi criada a primeira Constituição do Estado do Maranhão, em 04 de julho de 1891, mas é Carlos Andrade Peixoto termina o seu mandato.

A última junta governamental seria instalada no Maranhão diante de tantos contratemplos políticos; três civis tomariam posse e, que, segundo Meireles seriam:

Francisco da Cunha Machado, o presidente pelo Partido Constitucional, Raimundo Joaquim Ewerton Maia, Partido Católico e Benedito Pereira Leite do Partido Nacional; este último passaria a ser dono da política do Estado, os três partidos fundiriam em um só – O Federalista. (MEIRELES, 1994, p. 121)

A segunda Constituição estadual ficaria a cargo de Urbano Santos e Benedito Leite, promulgada em 28 de julho de 1892.

É o início das oligarquias maranhenses, com a Constituição de 1892, nesse ínterim, Belfort organizou internamente o Estado através do Serviço de Segurança Pública, dos Municípios e do Serviço da Administração da Justiça Civil e Penal, aos moldes da época.

E os partidos políticos no governo provisório e juntas governamentais do Estado como se comportavam diante do novo sistema político? E os debates nos jornais foram relevantes para a possível consolidação ou coesão partidária? E quanto às eleições? A transparência fazia parte do pacote eleitoral?

Durante o governo provisório maranhense, os partidos políticos sofrem modificações com as alianças partidárias em busca de votos para as eleições, segundo Viveiros, as quatro agremiações políticas que buscaram se eleger na capital:

Clube Republicano, formado por moços sem expressão eleitoral, exceto seu presidente Paula Duarte, e seu secretário Casemiro Dias Vieira. No Partido Liberal em substituição pela morte do Barão de Grajaú, estava Manuel Bernardino da Costa Rodrigues, a Facção Conservadora Maísta dirigida por José da Silva Maia; Partido Conservador guiado por Augusto Olímpio Gomes de Castro. (VIVEIROS, 1960, p. 23)

Este dirigente partidário segundo o mesmo autor, Gomes de Castro, era o mais credenciado junto ao Governo e o menos Republicano dos grupos partidários, por isso se aliou ao governo provisório de Tomás Porciúncula, que se instalou no governo provisório do Maranhão por pouco tempo, sem ampliar o grau de representatividade perante a sociedade civil.

4.3 Benedito Leite – O Articulador

A conciliação partidária no Maranhão estaria ligada aos interesses pessoais e posições oficiais no governo provisório e à formação dos Constituintes para a escolha do próximo governante.

Benedito Leite compôs o Cargo da Inspeção do Tesouro Público do Estado e, participou de cinco governos maranhenses.

Também foi nomeado Promotor da Comarca de Brejo entre 1884 e 1885, São Bernardo, Barreirinhas, Itapecurú e Vargem Grande e, por último, Coroatá, em 1889.

Segundo Viveiros, com a República, para este jurista formado na Faculdade de Direito de Recife, seguidor do filósofo Augusto Comte na ideologia positivista implantada na República brasileira, a ordenação política seria inevitável.

Preocupado com o problema educacional da população escreve:

Para êle a criação de escolas, são da instrução pelo povo, era o centro da convergência, a que deveriam encaminhar todos os esforços, tanto dos governos, como de quem quer que sentisse pelo futuro do país um interesse real. Sem isso, nada haveria de proficuo e duradouro, tudo seria castelo-de-cartas, que se desmoronaria ao menor choque. (VIVEIROS, 1960, p. 15)

Benedito Leite, segundo Viveiros, travou conhecimento com o pensador francês Auguste Comte, de cujo sistema filosófico se tornou sectário mas, Barbosa de Godois comentava, não era este seu assunto favorito nas palestras com os colegas.

A discussão sobre a consolidação de um governo que instalasse projetos de transformações sociais concretas para a sociedade ainda deixava lacunas.

No campo político mostrou-se articulador no processo de união partidária, conforme a ascensão de Floriano Peixoto ao governo Republicano. O Estado estava representado por uma nova junta.

Esta junta formou partidários como Benedito Leite, Cunha Machado e Ewerton Maia, pois ali estavam membros de três partidos do Maranhão: Nacional, Constituinte e

Católicos.

No intuito de ganhar força através de seu Partido, o Nacional, Benedito Leite convoca uma reunião para discussões da consolidação dos partidos, conforme transcrição do artigo do jornal Federalista de 1/9/1892 da sessão:

Aberta a sessão, tomou a palavra Benedito Leite, que expôs o fim da reunião e pediu permissão para expor seu pensamento depois que se manifestassem seus amigos [...] vamos correligionários manifestarem-se favoráveis à fusão e com eles a Assembléia, com exceção de dois que preferiam uma simples aliança [...] um destes Inácio Parga, dizendo que não criaria obstáculos [...] Benedito Leite explicou-lhe que os três partidos não deixariam cair suas bandeiras, que ao contrário, estas se haviam encontrado no mesmo plano de luta terrena comum e se uniriam construindo uma só bandeira tricolor. (VIVEIROS, 1960, p. 46)

A coesão partidária era formada pelo partido Nacional, Constitucional e o Católico, a nova denominação seria o Federalista.

E ficava assim composto o novo partido, com diretório único, o ex-Nacional: Benedito Leite, José Francisco Viveiros e Antonio Lima; o ex-Constitucional: José Rodrigues Fernandes, Cunha Machado, Francisco Carvalho; o ex-Católico: João Guedelha, Luis Domingues e Ewerton Maia.

A dissidência partidária parte de Gomes de Castro que noticia nos jornais locais, a ressuscitação do ex-Partido Nacional, tecendo severas críticas a seu inimigo político Benedito Leite.

A partir daí o Partido Federalista entrou em crise, pois seus principais membros se desligavam do partido como Ewerton Maia. As acusações de preferências e negociatas de empresas públicas eram postas nas manchetes de jornais, ora do Católico ora do Constitucional.

Viveiros, quando escreve sobre Benedito Leite e Costa Rodrigues diz: foi uma “luta titânica que durou anos a fio”, de 1892 a 1906.

Através da publicação do “Pacotilha” Costa Rodrigues, Agostinho Reis, Luso Torres, Clodomir Cardoso e Fran Pacheco, sem piedade, combateram a orientação política de Benedito Leite, que por sua vez escrevia no seu artigo do “Federalista”: a imprensa deveria

caminhar nos moldes da moral e não perder de vista seus propósitos. A oposição sem limites e apologias sem termos, sem princípios e não preocupado com o bem geral, deveria ser banido. E completava: a imprensa serve como orientação verdadeira da opinião pública.

Que opinião pública? Do povo com certeza não, mas dos feitores maranhenses, os instruídos, e vem a resposta do “Pacotilha”, três meses após a fusão do Partido Nacional, tendo à frente Costa Rodrigues.

No artigo “Ainda bem” publicado em 25/11/1892:

Falais no Governo do Barão de Lucena, Dr. Lourenço de Sá – é demais – nisto vai ali uma miséria, uma infâmia, pois apoiastes esses governos, fostes deles aqui sustentáculos, contribuístes para a sua existência e só contra ele erguestes queixas, uma condenação depois da prova dos empregos prometidos – da organização da magistratura e bem cheia de sacola do pedinte esfamiado ... (VIVEIROS, 1960, p. 67)

A resposta do Federalista vem no dia seguinte e são reiniciadas as acusações: “Só respondemos ao virulento artigo da Pacotilha de ontem depois que o mesmo jornal justificar o seu partido e o seu chefe dos seguintes atos que enobrecerão a sua situação”. (VIVEIROS, 1960, p. 67), são debates constante dessas publicações, eram políticos e por vezes pessoais.

Sobre o apoio político que Costa Rodrigues concedeu ao Marechal Deodoro da Fonseca, quando dissolveu o Congresso, este aplaudiu-o descreve a traição do mesmo, ao prometer eleger Lourenço de Sá, mas votou no seu cunhado Carlos Peixoto.

E, ainda discorre o jornal “Federalista” sobre os aumentos abusivos dos empregos públicos e somente um ganhar 150% a mais, atacar tipografia dos adversários e difamar impiedosamente a posse de Floriano Peixoto em seu Jornal.

O Federalista finaliza: “Depois que o nosso colega nos explicar o que acima ficou descrito, dar-lhe-emos resposta cabal ao que ontem escreveu contra nós” (VIVEIROS, 1960, p. 68)

Os debates são incisivos no campo político do Estado, através dos jornais durante décadas. Benedito Leite em 1892 foi eleito para compor a Câmara Federal, e no seu primeiro

discurso, mostrava a sua contrariedade diante de um projeto do Ministro de Justiça que dava direito de aposentadorias a magistrados que não exerceram a função da magistratura.

Mandou à Câmara um projeto para aposentadorias de juizes e desembargadores com somente 30 anos de serviço. Em 1895 compõe a Câmara Federal e ainda sobre Costa Rodrigues dizia:

“Sem dúvida, devo dizer à Câmara, preferíamos que, em vez do Sr. Costa Rodrigues, se elegeisse outro adversário nosso que tivesse melhor orientação política e seguisse a mesma política tortuosa a que S. Ex^a está costumado”. (VIVEIROS, 1960, p. 68)

Trata-se do discurso de Benedito Leite na morte do General Cunha Júnior seu opositor e amigo de Costa Rodrigues, sendo ocupante deste cargo o próprio Benedito, no Senado Federal em 1897.

A realidade histórica dos governantes oficiais do Maranhão foi marcada por disputas partidárias, tentativas da manutenção do poder através de facções, e essas permanências são construções da primeira oligarquia maranhense, a de Benedito Leite, que por volta de 1893 já presidia o Partido Republicano maranhense em substituição ao Federalista, enquanto opositor de Costa Rodrigues, representando o Partido Republicano Federal.

O controle de Benedito Leite foi estratégico na bancada maranhense, segundo Reis, que durante os anos de 1892 a 1898: “Benedito Leite exerceu, ao mesmo tempo, mandatos de Deputado Federal e Estadual [...] exercendo uma verdadeira tutela sobre o Governador em exercício (Cunha Martins) e estabelecendo-se como líder na política maranhense”. (REIS, 1992, p. 51)

Sob o ponto de vista de Reis, os problemas de reordenamento político na afirmação do Federalista, na qual Benedito Leite manifestou o cenário político dos governos de João Gualberto Torreão da Costa (1898 a 1902) e também Lopes da Cunha entre 1902 a 1906 e ainda diz:

Benedito Leite e as formas de convívio entre as novas lideranças, se utilizou com maestria a distribuição estratégica de cadeiras na Câmara Federal e no Senado para conter os focos de dissensão. A recomposição da oligarquia se verifica, pois, entre 1893 e 1897, onde os problemas principais foram a quebra do faccionismo e a definição da hierarquia de lideranças, estabelecendo novos interlocutores da oligarquia estadual frente ao governo central. (REIS, 1992, p. 51)

O estrategista político acompanha ainda segundo Reis a recomposição da Oligarquia em 1893 a 1897, quando as facções se distenderam e a escolha de um novo interlocutor da oligarquia local frente ao Governo republicano.

E os mecanismos para esta consolidação foi a organização das eleições não mais distrital, mas a chapa completa, ou seja, o mesmo número de vagas e candidatos disponíveis sob forma nominal.

Outro aspecto abordado para a recomposição oligárquica foi a autonomia financeira das Câmaras Municipais através da Lei Orgânica Municipal em 1892.

E por último, Reis afirma que o poder executivo se fortaleceu frente aos outros poderes do Estado; Legislativo e Judiciário, determinando também critérios para a Magistratura, ou seja, as relações entre os poderes públicos são regulamentadas ficando o Judiciário sob ordens do Executivo.

Para formalizar a oligarquia, o Estado era “pai” das instituições enquanto os municípios estavam agregados ao domínio dos “coronéis”.

As eleições para composição dos administradores locais, eram distritais antes da proclamação da República, fraudulentas e criticadas pela imprensa. A característica do sufrágio universal foi limitado aos letrados, homens alfabetizados que já fizessem parte do conluio político, o voto era disputado através das concessões de cargos públicos, e cadeiras na Câmara e Senado Federal.

Antes, durante e após a proclamação da República as mesmas políticas de barganha, fraude, são permanências, que são reconstruídas conforme os atores políticos e o tempo histórico a qual pertencem.

4.4 Positivismo e o liberalismo fragmentado, mas operante na República

Instrumentalizamos a construção do objeto de estudo com sociólogos, geógrafos e filósofos com Henry Beer, o primeiro dos contrários à Escola Positivista (ou Metódica) diante do que escreve na Revista de Síntese da década de 20 do século XX, e reassumia a sua postura defendendo a história como uma coisa muito diferente de um exercício de erudição, a base de uma ciência dos progressos da humanidade que privilegiava a dimensão política, procurando dar grande ênfase ao acontecimento.

Sob influência do positivismo de Augusto Comte nos passos lentos da República, o liberalismo é uma pretensão emblemática para a construção do novo sistema, pois João Ribeiro discute da seguinte forma, juntos o pensamento liberal e o positivismo quando diz:

O século XIX marca não só o triunfo do liberalismo europeu, ligado ao direito natural, que considera a natureza humana como base da própria lei natural, cuja única realidade é a liberdade do homem, marca também o triunfo do cientificismo, que reconhece uma só natureza material, que engloba e explica o mundo dos valores e o mundo dos fatos. (RIBEIRO, 1982, p. 11)

A profundidade do liberalismo afirmava que o desenvolvimento moral, cultural, econômico e político da sociedade, só seria alcançado pelo livre desenvolvimento do espírito e das faculdades do indivíduo.

O liberalismo sofre transformações, segundo João Ribeiro, quando numa tentativa de conciliar sua estrutura racional apriorística com o empirismo, é nessa concepção e na contestação ao realismo abstrato que dos adeptos do liberalismo, surgem os defensores do cientificismo, seduzidos pelo progresso contínuo, propondo que os fatos só são conhecidos pela experiência e que a única válida é a dos sentimentos.

E esta sedução pelo “progresso” é que:

Passa então o positivismo a dominar o pensamento típico do século XIX, como método e como doutrina. Como método, embasado na certeza rigorosa dos fatos de experiência como fundamento da construção teórica; como doutrina, apresentando-se como revelação da própria ciência, ou seja, não apenas regra por meio da qual a ciência chega a descobrir e prever (isto é, saber para prever e agir) mas o conteúdo natural de ordem geral que ela mostra junto com os fatos particulares, como caráter universal da realidade, como significado geral da mecânica e da dinâmica do universo. (RIBEIRO, 1982, p. 13)

Este novo método do exame científico dos problemas sociais, substituíra as interpretações metafísicas e estabelecia autoridade à ordem pública contra os “abusos” do individualismo da Escola Liberal daí que:

Em todos os domínios, cuidava-se de não procurar o porquê das coisas de não indagar-lhes a essência. A palavra de ordem era desprezar a inacessível determinação das causas, dando preferência à procura das leis, isto é, das relações constantes entre os fenômenos. Em suma, observa-se por toda parte o mecanismo do mundo, ao invés de inventá-lo. (RIBEIRO, 1982, p. 14)

O conservadorismo da instituição imperial permitia um completo monopólio nas decisões a serem tomadas no contexto da política econômica-social e a partir das articulações entre conservadores e liberais que:

A oligarquia rural, através do processo político irá tentar estruturar um sistema de reações sociais que lhe permitirá impor ao conjunto da sociedade um modo de produção próprio, ou pelo menos, tentar estabelecer alianças ou subordinar os demais grupos ou classes com o fim de desenvolver uma forma econômica compatível com seus interesses e objetiva. (RIBEIRO, 1982, p. 60-61)

A discussão permanece em como o positivismo vinha expor de maneira sistematizada a confiança da burguesia em seu próprio impulso transformador de estruturas.

Para João Ribeiro Junior é relevante apresentar os subterfúgios de uma agregação de ideologias, que importados são mascaradas e reeditadas na nação como européia, vejamos quem as apresenta:

Enquanto na Europa o positivismo servia para justificar as novas atitudes da burguesia em sua fé no progresso retilíneo e da humanidade nas Américas se apresenta de maneira diversa daquela como era compreendido no conjunto europeu, trazendo em seu bojo um acentuado caráter político. É assim que no Brasil, galvanizando as aspirações revolucionárias da classe média urbana assenta suas bases nas cidades e sobretudo nas academias de Direito, na pretensão de se criar e definir uma nova consciência da realidade nacional, frente a ordem política dominante. (RIBEIRO, 1982, p. 56)

E o liberalismo no Brasil? Como doutrina individualista, política e econômica, deu ênfase ao racionalismo, que na concepção de Ribeiro consistia na lei natural, na igualdade, liberdade e na democracia, sofria modificações em sua fundamentação, de forma que: “De um lado, apareciam os liberais românticos da Escola do Direito Natural empenhados em deduzir o Estado e o direito de certa maneira imutável do homem; e de outro, os cientificistas inspirados nas conquistas das ciências positivas” (RIBEIRO, 1982, p. 56).

Esse romantismo intelectual da aristocracia que dominava, permitia os rumos a serem seguidos, deixando de lado a diversidade real e mais:

[...] as condições econômicas, sociais e políticas não são as mesmas da Europa. Aqui a expansão da cafeeira determinou as transformações na sociedade, ensejando que a oligarquia rural alcançasse sua hegemonia sobre o Estado. (RIBEIRO, 1982, p. 56)

A visibilidade filosófica das ideologias, mostra as permanências dos instrumentos da ordem, repressão, e outras artimanhas utilizadas legalmente pelo Estado brasileiro nos anos da implantação da República.

Ainda sobre o liberalismo como uma ideologia presente nos discursos dos intelectuais, que traziam das escolas européias tais “programas políticos” frente ao sistema imperial, que pelejava entre as elites que para Emilia Viotti:

O liberalismo brasileiro, no entanto, só pode ser entendido como referência à realidade brasileira, pois importaram princípios e fórmulas políticas, mas as ajustaram às próprias necessidades, considerando que as mesmas palavras podem ter significados diferentes em contextos distintos, devemos ir além de uma análise formal do discurso liberal e relacionar a retórica com a prática liberal, de modo que possamos definir a especificidade do liberalismo brasileiro. Em outras palavras é preciso desconstruir o discurso liberal. (COSTA, 1999, p. 132)

Na Europa o liberalismo teve sua origem como ideologia na burguesia envolvida com o capitalismo e a crítica do mundo senhorial. Para Costa, as lutas eram travadas entre a burguesia e os abusos da autoridade real, os privilégios do clero e da nobreza, e para destruir os privilégios corporativos e o convertimento em direitos universais a liberdade, a igualdade perante a lei e o direito de propriedade.

E os problemas se precipitavam para as barganhas econômicas do antigo regime quando diz: “Por isso o liberalismo levou a burguesia inglesa a reforçar sua posição no governo, à nobreza russa para lutar contra o Czar, e ao povo francês para mandar Luis XVI, Maria Antonieta e alguns nobres para a guilhotina” (COSTA, 1999, p. 133)

As críticas ao liberalismo surgiram na matriz européia ainda na primeira metade do século XIX, quando as contradições se tornaram visíveis pois uma oligarquia do capital estava substituindo a oligarquia de linhagem, entre os grupos aristocráticos tradicionais e privilegiados que segundo Costa dizia, os demais basearam-se na experiência das classes dos trabalhadores. E no Brasil:

Os principais adeptos do liberalismo foram os homens cujos interesses se relacionavam com a economia de exportação e importação. Muitos eram proprietários de grandes extensões de terra, elevado número de escravos e ansiavam por manter as estruturas tradicionais de produção ao mesmo tempo que se libertavam do jugo de Portugal e das restrições que este impunha ao livre comércio. (COSTA, 1999, p. 134)

Como os donos do poder poriam em prática o liberalismo? A teoria se praticou e a República nasceu sob a batuta da força deodorista e florianista, exemplos do exército e não da teoria liberal, se aconchegou um pouco mais ao positivismo.

A doutrina positivista germinou entre os atores republicanos, na qual é percebida na condução política do país, evidenciado no autoritarismo do governo militar, erroneamente seguido pelos governos estaduais.

Embora a hegemonia ideológica desse positivismo hipoteticamente se entranhou no poder, este, que dominava o pensar, o agir de uma “sociedade”, a brasileira, no decorrer

dos períodos republicanos.

Após a proclamação da República, a preocupação dos positivistas, segundo o historiador Rafael Augusto Segá, no artigo¹⁸ *Ordem e Progresso*, é que a sociedade é foco da investigação e a fase positivista será caracterizada pela passagem do poder político para os sábios, ou seja, o mais importante é a instrução do homem, social e moral, pois o conhecimento destina-se a organizar e não a descobrir.

O positivismo,¹⁹ como ideologia, teve maior visibilidade no decorrer da década de 90 do século XIX, no Rio Grande do Sul, quando da eleição de Júlio de Castilhos para Presidente do Estado pela Assembléia Legislativa.

Na concepção positivista de Castilho, Rafael Sêga mostra a face do autoritarismo do processo do governo positivo:

Fez aprovar quase que integralmente a nova Constituição Estadual em 1891, atribuindo poderes extraordinários, tais como: nomear o vice-presidente, reeleger-se, atribuir papel meramente deliberativo ao legislativo estadual e o voto descoberto (artigo Ordem e progresso, 05/03/2004. Revista História Viva, p. 76).

A penetração dessa corrente do pensamento entre os militares brasileiros moldaram este soldado a obedecer ordens e ao mesmo tempo manter a ordem, sem questionamentos, através da força brutal, ou de mecanismos que minimizassem o afloramento de idéias revolucionárias contra o poder no Brasil Republicano.

¹⁸ Ordem e Progresso = artigo de Rafael Augusto Segá, História viva n. 5 março 2004.

¹⁹ O positivismo corrente de pensamento que chegou ao Brasil por volta de 1850 por brasileiros que estudavam na França.

O positivismo tem várias fases a científica, encontrou na Escola Militar seu refugio; o positivismo de vertente religiosa, atestado pelo apostolado positivista em 1881 por Miguel Lemos e Raimundo Teixeira.

O positivismo ainda segundo o Dr. Rafael Augusto Segá, tem uma significação moral e social maior, a fim de organizar a sociedade, com a supremacia do amor e da sensibilidade sobre o nacionalismo preconiza também uma teoria de reforma da sociedade e uma religião. Foram numerosas as influências do positivismo na organização formal da República brasileira, entre elas o dístico Ordem e Progresso da bandeira; a separação da Igreja e do Estado; o decreto dos feriados; o estabelecimento do casamento civil e o exercício das liberdades religiosas e profissional; o fim do anonimato da imprensa. Rafael Augustus Segá é paraense, Doutor em historia pela Universidade Federal do Rio Grande do sul e professor do Centro Tecnológico de Educação Federal do Paraná.

Aliado a essa formação de pensamento, o jornal *Aurora Maranhense* questiona em publicação nº 01 de 28.01.1890:

Quem proclamou a República? A espada, o resto da nação aderiu, porém não foram os paisanos que se pozeram à testa do movimento revolucionário. Aqui no Maranhão, o quartel foi o ponto obrigado de todas as manifestações populares, e os próprios que hoje andam a murmurar contra 'o governo da espada' não cessavam de exaltar os méritos do Tenente Coronel Tavares e de seus briosos companheiros d'armas como tão depressa mudam de parecer e sentimentos?

O liberalismo democrático da Revolução Francesa e da Independência Americana, caiu no desuso pelo novo poder constituído, inferiorizado e não utilitário para a formação do modelo republicano brasileiro, que foi uma cópia obituária republicista de outros países.

Para João Ribeiro Júnior, em "O que Positivismo", a partir de 1870 abres-se então um novo período na história do pensamento brasileiro, que Silvio Romero como "um bando de idéias novas", acompanhando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, começam a impregnar a vida intelectual, determinando um notável progresso do espírito científico.

Essas orientações eram antagônicas segundo o mesmo Ribeiro Junior:

Como o monismo evolucionista de Haeckel e Norré, o materialismo de Buchner e Vogt o individualismo de Stuart Mill, de Laboulaye e de Lastarria, o positivismo dissidente de Emily Littre e Taine, as concepções políticas e sociais aplicadas à Psicologia de Le Bon, o determinismo de Foyllé e de Buckle, as teorias do governo constitucional de Guizot, o experimentalismo de Leon Donnat, o federalismo de Pi Y Margal, os programas liberal- democráticos de Tocqueville, os novos métodos de pesquisa sociológica de Lilienfeld e as teorias sociológicas de Roberty. (RIBEIRO, 1982, p. 63)

Essas teorias chegaram ao Brasil como uma miscelânea, embora como o mesmo autor revela:

[...] de modo atenuado, a influência dos primeiros socialistas utópicos franceses Fourier, Saint-Simon, Louis Blanc e outros, bem como sentiram a repercussão da revolta comunista ocorrida na segunda República francesa, do aparecimento do manifesto comunista de Marx Engels, da fundação da Primeira Internacional e ainda da Comuna de Paris, em 1871. (RIBEIRO, 1982, p. 63).

São importações intelectuais que se defrontaram com o despotismo do antigo regime e foram renegadas à teorização.

O Doutor Rafael Augustus Segá, no seu artigo “Ordem e Progresso” diz que na primeira fase de seus trabalhos Comte teve como mentor Saint-Simon, mas “as raízes do positivismo são atribuídas ao empirismo absoluto de David Hume (1711-1776) que concebia apenas a experiência como matéria do conhecimento e também a Ilustração, ou iluminismo que apregoava razão como base do progresso da história humana”. (SÊGA, 2004, p. 74)

Este mesmo autor completa seu estudo dizendo que o Brasil se tornou a segunda pátria do positivismo, cujos alicerces teóricos estão assentados na norma de três estados do desenvolvimento e do conhecimento: o teológico, o metafísico e o positivo.

No primeiro, o ser humano entende o mundo a partir dos fenômenos da natureza, dando-lhe caráter divino e monoteísta; no segundo, o mundo é interpretado em conceitos abstratos, idéias e princípios e por último, o ser humano limita-se a expor os fenômenos e a fixar constantes semelhanças e sucessão entre eles, nesta fase as causas e as essências dos fenômenos são deixadas de lado, pois o conhecimento destina-se a organizar e não a descobrir.

Na segunda fase houve uma separação do pensamento positivista e os seguidores também se dividiram em duas correntes:

Os ortodoxos que se seguiram Comte em seu período religioso, e os heterodoxos, que se conservaram perseverantes ao período científico e filosófico do positivismo. O líder dos heterodoxos, Emili Littré, autor de Fragmento de Filosofia Positivista e a Sociologia contemporânea (1876), concebeu o período religioso de comte como um atraso. Já o ortodoxo Pierre Laffite chegou a sacerdote máximo da chamada religião da humanidade. (SÊGA, 2004, p. 74)

O positivismo chega ao Brasil por volta de 1850 trazido por alunos que estudaram na França. A focalização dessas idéias apareceu na:

Na escola militar, no colégio Pedro II, na Escola da Marinha, na Escola de Medicina e Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Já o positivismo de vertente religiosa pode ser atestado no apostolado positivista a partir de 1871, fruto da iniciativa de Miguel lemos e Raimundo Teixeira Mendes. (SÊGA, 2004, p. 74)

O positivismo se iniciou no Rio de Janeiro e foi transferido para Recife, iniciativa de Tobias Barreto, Silvio Romero e Clovis Bevilacqua. Para Segal, o positivismo se contrapôs às reflexões intelectuais e confessionais da Igreja Católica, daí as dissidências:

Os ortodoxos e os dissidentes, o primeiro imposto por Miguel Lemos e Teixeira Mendes e o segundo, o número de políticos com visão monárquica positivista junto com Luis Pereira Barreto, Tobias Barreto e Silvio Romero buscavam em comete a fundamentação teórica para a República. (SÊGA, 2004, p. 75)

Embora a influência dessa corrente filosófica tenha se inserido na República, no primeiro momento o Partido Republicano estava mais:

[...] preocupado com o combate objetivo ao império do que com querelas doutrinárias. Nessa fase destacam-se os nomes dos chamados republicanos históricos como Silva Jardim, Aníbal Falcão e Demétrio Ribeiro. A atuação doutrinária levada a cabo por Benjamin Constant (1833-1891), professor da Escola Militar e defensor do princípio positivista da valorização ensino para alcançar o estado sociocrático. (SÊGA, 2004, p. 75)

Comete pregava que o ensino deveria atingir a população pobre da Europa e no Brasil como seria possível? Contraditório, pois o nível de instrução da população era baixíssimo, então o propósito positivista atingiria as escolas militares. Após a proclamação da República a maior parte desses militares barganharam cargos públicos no novo regime, podemos citar Benjamin Constant e Aristides Lobo.

O instrumento filosófico do positivismo, apesar de lento na construção de um novo pensamento para a República esteve contaminado pelo conservadorismo. Enquanto Miguel Lemos rompia com Littré, percebeu que a classe que podia absorver seus pressupostos não fazia parte da elite política do Império, José Murilo de Carvalho em sua obra “A formação das almas” especula que os problemas não eram só religiosos, pois os seguidores destes princípios eram orientados a não aceitar empregos do Estado e mais:

A posição de Comte era clara, ele dissera ao apelo aos conservadores que durante a fase de transição para a sociedade normal, tanto os positivistas teóricos quanto as práticas deveriam limitar-se a influência consultora, mesmo quando postos de direção lhes fossem oferecidos. (CARVALHO, 1998, p. 138)

Miguel Lemos segundo Murilo de Carvalho:

Pisava em terreno sólido. Num país em que a visibilidade do governo era grande, em que a procura do emprego público era intensa, em que o favor e a proteção dos amigos determinavam a ascensão política, não aceitar posições de poder era quase um ato de heroísmo cívico [...] a aceitação de cargos públicos, segundo Lemos poderia comprometer os positivistas, expô-los às bajulações e às seduções do poder e, por consequência afasta-los do objetivo supremo de sua ação, que era a incorporação do proletariado à civilização, carta de 24 de março de 1833 a Laffite. (CARVALHO, 1998, p. 138)

Este último, Laffite, líder dos ortodoxos da Escola Positivista Francesa com Taine e a inglesa de Stuart Mill e Herbert Spencer²⁰.

Os principais representantes do positivismo no Maranhão faziam parte da elite intelectual como Celso Tertuliano da Cunha Magalhães, tendo ofício de advogado e adepto do positivismo e abolicionista; Joaquim Serra, parlamentar, obteve destaque na imprensa através do seu jornal “Ordem e Progresso”, onde propagou as primeiras manifestações da filosofia positivista no Maranhão; Raimundo Teixeira Mendes, o principal apóstolo do positivismo no Brasil e discípulo fiel de Comte, escreveu várias obras como republicano positivista, feros nas suas convicções, era doutrinador do ser positivo, suas obras são: A pátria brasileira (1881), Culto positivista no Brasil (1881), A questão do nativismo (1886), Nossa iniciação ao positivismo (1889), entre outras obras.

É notório os instrumentos utilizados pelos positivistas maranhense, nem sempre abertos publicamente em suas convicções filosóficas, pois se utilizavam de codinomes e signos para detectarmos suas posições políticas, e a que mais se identifica ao analisarmos o

²⁰ Ainda sobre Herbert Spencer é sob influência dessa visão organicista do Estado, somada ao individualismo liberal predominante em seu tempo que Herbert Spencer (nascido em 1820 e falecido em 1903) irá lançar bases do Evolucionismo social, através de suas obras fundamentais: Princípios de Sociologia, em três volumes (1853 e 1896), Primeiros Princípios (1860-1862), Estática Social (1851) e, Homem contra o Estado (1874), vai advogar segundo João Ribeiro Junior em “O que é o Positivismo”, um individualismo extremado.

jornal “Ordem e Progresso” é o “progresso da ciência” ou “desenvolvimento industrial ou científico” são conotações próprias dos centros urbanos não abrangente ao proletariado rural.

4.5 “O norte a República solapada”

A primeira República em seu primeiro quinquênio foi abalada por instabilidades políticas do norte ao sul do Brasil.

E autores como Lima Barreto em sua obra *Triste fim de Policarpo Quaresma*, também chamado de romancista da primeira República, foi crítico, de cunho popular e rebelde, com relação à vida miserável dos excluídos da pátria.

Pois rejeitava as receitas éticas e estéticas impostas de cima para baixo, o falso refinamento, enfrentou dificuldades para publicar seus livros.

Mas, sua obra prima “Policarpo Quaresma”, traça o destino tragicômico ingênuo, em um homem tomado pelo patriotismo, em quixotesca luta contra a corrupção dos políticos, o personagem mostra o amor ingênuo as coisas do Brasil, confiando prontamente no governo Florianista, no qual, o mesmo, o julgou e condenou-o como traidor, por expressar seu pensamento nacionalista em prol dos pequenos agricultores da pobreza e em busca de uma identidade nacional.

A frustração das expectativas geradas pelas idéias republicanas não estavam consumadas apenas no cenário nacional. Essas frustrações da não implantação de mudanças significativas na estrutura da sociedade brasileira e maranhense é amplamente veiculada nos meios de comunicação elitista, os jornais, portando podemos concluir que a maioria da população ludovicense e dos seus povoados não tomavam conhecimento, pois eram analfabetos.

O debate recairá sobre as publicações do jornal sertanejo “O Norte” de Barra do Corda-MA entre 1892 a 1895 com redação de Isaac Martins seu fundador, e Frederico Figueira.

A crítica voraz do jornal “O Norte” com relação ao “Federalista” motivadas por divergências de opiniões, estas, de mudanças nos conchavos da política maranhense e ainda reclamava:

Si não poder viver o illustre Dr. Isaac Martins Reis, Juiz de Direito de Barra do Corda, como diz a illustre Redação d’ O federalista, quem faz thema de discussão do seu nome? (Isaac Martins) [...] não são por certo os seus amigos, não é por certo o próprio Dr. Isaac, mas os seus adversários, a própria gente federalista, que o denunciou por um crime imaginário [...] é um adversário político que defende a causa da liberdade do direito e da justiça. (O NORTE, 04/12/1892).

As discussões entre Isaac Martins e o governo da capital são freqüentes, pois este não aceitava tantos governantes no Estado e pouca ação administrativa e por esse motivo é destituído do cargo público que ocupava em Barra do Corda.

Diante das eleições fraudulentas, o jornal ironizava, questionando em seu texto: “Para onde foram as normas que devem regularizar os princípios republicanos?” e, ainda, completava dizendo que os partidos sem princípios falseavam a base e as normas da democracia republicana.

Nas eleições municipais, o Norte, no seu editorial de 27 de novembro de 1892, consta indignação testemunhal da tosca organização da República sertaneja consumada, através do desprestígio moral do povo cumpridor de seus deveres, diante dos interesses da politicagem, sem ideal e nem programas de governo.

As discordâncias são veementes com a posse de Floriano Peixoto ao poder e percebem que só restava apelar para o tempo, pois mesmo patriotas não cessarão de combater o despotismo e defender a liberdade da pátria, e explicita a situação nacional com o tema do editorial de 05/02/1893: “Como vão as couzas em nossa infeliz Pátria?” A partir daí discorre o caos político em vários estados recém-federados.

No Rio Grande do Sul grande número de brasileiros não reconhecem a legalidade do atual governo e se alojam nas repúblicas vizinhas, e mostrou os relevantes motins pelo Brasil:

“Em Pernambuco há meses lavra uma guerra intestina, que vai cada vez mais se alastrando e tomando proporções assustadoras [...] em suas comarcas combates em que tem sido derrotadas as forças do Governo”.

“Em Goiaz, há mais de anno reina a mais deplorável anarchia, [...] Theatro de muitas mortes, roubos, saques, defloramentos e toda série de horror”.

As forças federais estavam tratando de por ordem nessa comarca mesmo que as despesas financeiras fossem elevadas. E ainda no nordeste:

“No Piauihy, além de desordens, da hecatombe da cidade da União estão sendo perseguidos e processados os chefes da oposição”. (O NORTE, 05.02.1893)

Assim como os órgãos da imprensa escrita estavam suspensos nesse Estado. Enquanto que no Rio de Janeiro é deposto o Governador Tomaz Porciúncula (2º Governador do Maranhão) que sai do poder mediante a intervenção das forças federais.

Os movimentos conturbados são reconstruídos pelo jornal “O Norte” com total descrédito da República brasileira e ainda pontua tal dissensão, legitimando os movimentos:

Na Bahia, rivalidades e questiúnculas entre as forças estaduaes e as federaes, deu em resultado o mais bárbaro e atroz espaldeiramento do povo, sem exceptuar senhoras e creanças que transitavam nas ruas.

No nosso infelicíssimo Maranhão reina há um anno a mais deplorável anarchia, para cumulo de infelicidade nossa, vivemos sob o jugo de uma tyrania nascida da hybrida união da espada e da sotaina, nos mais estados, ao menos reina o militarismo puro, no nosso, para cumulo de desgraças impera o militarrismo clericarisado. (O NORTE, 05.02.1893).

A instituição republicana, segundo O Norte, governava pelo absolutismo militar e não pelo regime republicano.

Os instrumentos de repressão estavam estrategicamente montados para ordenar “o povo”, e convencê-los a “partilhar” o sistema federalista.

A decepção sobre este sistema está no tema do jornal O Norte que diz: “Saturno comendo os filhos” que diz:

O federalismo é a imagem desse deus da mitologia, que comia os próprios filhos. Este aborto que se originou da força ridícula e criminosa [...] sem coesão de princípios, sem unidade de vistas, sem base no direito sem u ideal, inspirado pelo patriotismo e pela moralidade. (O NORTE, 05/03/1893)

Construiu-se uma imagem do federalismo como sendo a salvação dos problemas estruturais e conjunturais da sociedade brasileira, nasceu a República desfalcada de organização de ideais mais abrangentes, para as camadas sociais desarticuladas pobres e ricas.

A escola democrática para *O Norte*, ainda não se espalhou sobre a massa popular, pois aqueles que por heroísmo ou providências de seus direitos conclamavam mais liberdade, serão denominados segundo a publicação do mesmo jornal como os “inimigos da República”.

A justificativa é;

“Brasileiros desnaturados chama essa turba muita de inconsciente aos invictos patriotas que não sabendo tolerar um momento de tyrania, ergueram o brado de indignação contra o despotismo que solapas novas instituições”. (O NORTE, 14.01.1894)

A redação ainda nessa perspectiva ironiza aqueles que batem palmas, cantam hosana, quando o ditador passa, e que as garantias de liberdade de um povo, estaria atrelada ao ‘carro’ do tirano, e os desnaturados?

Não: brasileiros desnaturados são os que consentem no arcabuzamento de seus irmãos, sem erguer uma palavra de indignação, temendo incorrer no desagravo dos regulos. inimigos da República chamão os assalariados, aqueles que não dobrão a cerviz aos satrapas, estadoaes [...] inimigos da República, são os que, dominados pela ambição de mando, pactuam com os desvarios de uma situação nefanda, que tem levado a última degradação a dignidade da República [...] Inimigos da República são os covardes que, não querendo arcar contra o nepotismo. (O NORTE, 14/01/1894)

Os inimigos da pátria são aqueles que fazem desacreditarem os intuitos e a generosidade daqueles que lutam heroicamente pela democracia, e destaca clamando a consolidação dos direitos, da lei, e da justiça.

Os números da publicação do jornal *O Norte* se sucederam sob a égide também de Antonio Rocha Lima e que a impressão do jornal sobreviveu até a década de 30, do século XX.

Em todas as publicações do jornal *O Norte*, mostravam uma insatisfação contundente, um esfacelamento ideológico dos mentores republicanos dos sertões, pois analisando as falas dos editoriais, percebe-se uma profunda frustração dos editores quanto a uma provável consolidação política republicana, mas utópico para estes sertanejos, Isaac Martins, Frederico Figueira e Antonio Rocha Lima.

O recorte temporal pesquisado nas publicações é concentrado até 24 de novembro de 1895 (em publicações avulsas), quando representam os sertanejos e brasileiros, a redação de “Brademos”, quando mais uma vez relembra que o Brasil como República, não se estruturou ainda:

Brademos! É esta a senha dada pelo patriotismo aos apóstolos da liberdade de pensamento. As atrocidades praticadas em nome da lei pelos régulos estaduais que dirigem pelo terror os seus domínios, não conseguiram ainda intimidar o animo varonil dessa pléiade gloriosa que dirige a imprensa brasileira por entre as bayonetas ameaçadoras da sua liberdade e o terror espalhando pelos espirros do jacobinismo desenfreado. (O NORTE, 24/11/1895).

Não se restringiria somente ao público leitor estes direitos individuais, mas uma repercussão marcante da constituição democrática relevante para a sociedade brasileira, este consenso seriam permanências, orientadas por um contexto ideológico da organização estadual, liberdade religiosa, eleição para presidente, organização federativa, discriminação de rendas e regularização dos magistrados.

Os representantes dos sertões bradavam contra a inconsistência do sistema republicano brasileiro e especificamente do Maranhão (nos sertões), mais isolados e distantes da capital, carência de estradas viáveis para trocarem notícias, toda essa problemática não suscitou no chamado “povo”, o desejo à revolução.

Para os redatores do jornal *O Norte*, sobrou a frustração para os que fomentaram idéias de República, por todo o sul do Maranhão, apesar da precariedade dos instrumentos de locomoção e de impressão das publicações.

Analisando ainda os letrados do sertão, percebe-se uma indignação por estar numa luta sem retorno da busca utópica da pátria “sonhada” e “desejada” como a ideal, a perfeita, a igualdade de direitos, seria possível o início da República brasileira?

Por outro lado, as frustrações estariam concentradas somente na concessão desses editores em barganhar cargos públicos, na capital, nem na Câmara ou Senado Federal, como ocorreu com o ex-promotor público de São Luís Dunshee de Abranches. Estariam motivados também pela ascensão política local ou estadual? Assim demonstrariam mais empenho para a República, ou estariam no mesmo campo das idéias tradicionais de Dunshee de Abranches, que compôs o quadro administrativo da República no cenário nacional, mas ao mesmo tempo, seus antecedentes como defensor republicano no sertão foram inquestionáveis perante as instituições que auxiliou em sua criação, partidos e clubes republicanos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pensamento liberal europeu teoricamente esteve presente no Brasil no final do século XVIII com as tentativas dos movimentos de Conjuração Baiana e Mineira para a emancipação política do país, as idéias liberais postas em prática pelos insurretos influenciados pelo iluminismo da independência dos Estados Unidos e da Revolução Francesa, na qual a metrópole portuguesa condenou a força por traição, os insurgentes da América portuguesa enquanto o poder constitucional da nobreza estavam estruturados no Brasil.

O liberalismo político penetrou no Brasil através de parte de uma elite dona do poder econômico e político, cujos postulados positivistas caracterizavam um país condenado a ser subdesenvolvido, pois a maior parte da população era “bárbara” (negra) portanto a nossa história estaria empiricamente composta por indolentes ociosos, não teria o país, melhores perspectivas de desenvolvimento científico.

Diante dos pressupostos, o liberalismo político fragmentou-se, enquanto a corrente positivista ganharia corpo na instalação do novo sistema republicano, no qual foi construído através da aristocracia dominante intelectual que impunha normas e traçava rumos deturpando a realidade nacional impondo uma visão nacionalista e romântica do contexto nacional, impregnado de pseudo-idealismo frente a complexidade de uma reeuropeização na oligarquia rural que ficou restrita as camadas letradas.

O ofício do pesquisador neste trabalho não recorre em colocar os fatos históricos numa totalidade, mas indagar a documentação e tomar como objeto de estudo a influência do positivismo e liberalismo na conservadora sociedade brasileira, desde os primeiros movimentos separatistas que percorreram o Brasil, à formação do governo provisório da República.

A importação de idealismos da Europa encontrou um Brasil monárquico e

repressor, mesmo independente politicamente, um monarca se perpetuava no poder e sob forma jurídica, amparado por uma Constituição que lhe dava plenos poderes de desmandos, tanto nas instituições legais como nas revoltas de cunho popular que ocorriam nas províncias.

Os conluios políticos neste país são permanências ou continuidades? Posso concluir que os dois, pois os partidos políticos que seriam originariamente representantes dos anseios da “massa” popular, clamavam por “liberdade”, mas segundo João Lisboa eram personalistas e estavam preocupados em barganhar cargos públicos e indagava no Jornal de Tímon: quem presidia a Assembléia Legislativa desse Estado (Maranhão)? Os deputados e um plenário vazio, o “povo” não possuía consciência política e crítica de uma sociedade participativa do poder.

Estes partidos que no primeiro reinado estiveram lado a lado com a monarquia mostraram um serviço insignificante às mudanças estruturais da nação.

No período regencial se fez tentativas de posicionamento dos contrários, os atores partidários se dividiram em jurujubas chimangos, farroupilhas ou caramurus, estavam auxiliados pelo Ato Adicional e Código de Processos, foi um passo no sentido Federalista, pois ampliou a autonomia das províncias, extinguiu-se o conselho de Estado e as Assembléias e não legislariam sobre impostos.

Mas os áulicos trataram de por ordem na monarquia, decretando a maioria do Imperador, para retocar opiniões e montar alianças entre liberais e conservadores, enquanto focos isolados de revoltas eram instaurados no norte e sul do país sem nenhuma unidade e organização, pois a ignorância de conhecimento esteve cerceada sempre, como labutar contra os letrados no poder?

Outros instrumentos de mobilização “popular” foram citados na imprensa local e nacional como os clubes republicanos, denominados de agremiações políticas, cuja a problemática eram os estatutos reguladores de inserção de novos sócios, pois impunham

pagamento mensal para a manutenção de uma propaganda republicana que se intensificou com o Manifesto Republicano a partir de 1870 poucos tinham acesso a estas propagandas contra a monarquia, para por em evidência mobilizações consistentes.

Na província maranhense, nos registros documentais pesquisados observou-se que, a criação dos clubes que se proliferaram a partir de 1888 em Barra do Corda, fundados por funcionários públicos Dunshee de Abranches e Isaac Martins, insatisfeitos com a condução hierárquica da administração pública maranhense e conseqüentemente dos “esquecidos” sertanejos da província, enquanto na capital Paula Duarte como condutor do Clube Republicano de São Luis se alinhara ao sistema republicano, praticando ações extremamente autoritárias, posição esta, considerada positivista e defendida por Augusto Comte, com uma visão de Estado autoritário e ordeiro para encontrar o progresso.

Na transição do Império para República prevaleceu um liberalismo conservador em que o exército buscou sustentação ideológica no positivismo comtiano cujos adeptos eram republicanos, que não perceberam ou não compreenderam a situação dos desiguais, e portanto não promoveram profundas mudanças nas desigualdades sociais. Houve apenas uma adaptação dos novos atores sociais para as funções hierárquicas da República em que o centralismo do poder republicano intervinha nos estados mesmo munidos de uma constituição instaurada pelo poder local.

No Maranhão, com a imposição das juntas governamentais a partir de 1890, analisando os inúmeros governadores provisórios nomeados tanto pelo deodoristas e florianistas, foram ingerentemente em número de doze(12), desde Pedro Augusto de Araújo Tavares Júnior 1889, até a elaboração da primeira Constituição do Estado do Maranhão em 1891, cujos governadores que assumiram após a segunda Constituição em 1892, deram sustentáculo para a recomposição das oligarquias estaduais sob a batuta de Benedito Leite até 1906, que influenciou e manipulou os partidos políticos locais com o objetivo de obter para si e seus aliados, vagas no

Senado e Câmara Federal. Promoveu também embates políticos intermináveis nos jornais locais, como o “Federalista” frente ao “Pacotilha”, cuja discussão girava em torno da moralidade política do Estado, idéias muito próximas da ideologia positivista, em que a hierarquia (o poder central) e a ordem estabelecida não deveriam ser questionadas.

O faccionismo partidário e editoresco não intercederam aprioristicamente na construção de uma República ideal, pois a “opinião pública” frente a situação econômica, política e social, estava culturalmente estruturada ao longo da colonização e dos impérios brasileiro, numa “massa” passiva e incondicional da servidão ao senhoriato.

As perspectivas republicanas ideais não concretizadas deixaram derrotados os precursores e idealizadores dos clubes republicanos no sertão, especificamente o de Barra do Corda, o solitário Isaac Martins Reis que não foi eleito para nenhum cargo no governo republicano maranhense, escrevia nos editoriais do então jornal “O Norte” sua insatisfação e frustração de uma república brasileira, sem princípios democráticos em que partidos políticos praticavam a politicagem, fraudavam eleições e taxava o aparelho ideológico (repressor) do Estado Republicano a um militarismo clericalizado.

A linha de pesquisa ao longo da construção desse trabalho esteve voltada para a história política, esta, muito criticada pelos *Annales* na década de 30, como uma história positivista, na qual procuraram combater, anterior a este período através de Henri Berr, contrário à Escola Metódica e dominante da Escola Positivista.

Percorremos várias correntes de pensamento e a priori, o objeto seria mostrar as ideologias dos partidos e dos clubes republicanos maranhenses, através dos jornais da segunda metade do século XIX e do pós-república conjuntamente a esse processo, as expectativas geradas por essas idéias republicanas no interior da província maranhense e a inegável frustração dos sertanejos que não perceberam a lentidão que ainda decorreria essa construção a passos lento da república “democrática” brasileira.

REFERÊNCIAS

- JORNAL O NORTE. Barra do Corda-MA. 04 dezembro de 1892.
- JORNAL O NORTE. Barra do Corda-MA. 27 novembro de 1892.
- JORNAL O NORTE. Barra do Corda-MA. 05 fevereiro de 1893.
- JORNAL O NORTE. Barra do Corda-MA. 12 de fevereiro 1893.
- JORNAL O NORTE. Barra do Corda-MA. 05 de março de 1893.
- JORNAL O NORTE. Barra do Corda-MA. 14 de janeiro de 1894.
- JORNAL O NORTE. Barra do Corda-MA. 24 de novembro de 1895.
- JORNAL AURORA MARANHENSE. Anno I, nº 01, 26 a 28.01.1890.
- JORNAL ARGOS DA LEI. São Luís, 03 de maio 1825.
- JORNAL O BRASILEIRO. São Luís, 15 fevereiro 1830.
- JORNAL O CENSOR. São Luís, 26 de fevereiro 1825.
- JORNAL O CONCILIADOR DO MARANHÃO. São Luís, 06 de abril 1821.
- JORNAL O SEMANÁRIO OFICIAL. São Luís, 22 dezembro 1821.
- JORNAL PORTO LIVRE, Nº 47 10.07.62
- JORNAL ORDEM E PROGRESSO, Nº 03 26.12.1860.
- ABRANCHES, Dunshee de. **A esfinge de Grajaú, memória.** Rio de Janeiro: Editorial Jornal do Brasil, 1959.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelho ideológico do estado.** Notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Ed.Graal, Rio de Janeiro, 2003.
- AMANCIA CELESTE(org.) **Jornais Maranhenses 1821-1879.** São Luis, Fundação Cultural do Maranhão, 1981.
- BARRETO, Lima. **O triste fim de Policarpo Quaresma.** Coleção obra prima de cada autor.São Paulo: Martins CLaret, 2002

BERNET Anne. "A Revolução" (1787 a 1789) IN: **Revista História Viva**. n.02. Ano 2004.

BIRARDI, Ângela; CASTELLANI, Gláucia Rodrigues e BELATTO, Luis Fernando. **O positivismo, os anais e a nova história**.

www.klepsidra-net/klepsidra7/anales.html.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, sociedade**. Para uma teoria geral da política. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 2004.

BRANDES, Galeno Edgar. **Barra do Corda na história do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1994.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do Gado, conquista e ocupação do sul do Maranhão**, SIOGE, 1992.

CARVALHO, Carlota. **O Sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil**. ed. 2ª Imperatriz: Ética, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COCQUARD, Oliver. "Os clubes entram em ação" IN: **Revista História Viva**. n.02. Ano 2004. p.

COELHO NETO, Eloy. **História do sul do Maranhão: terra, vida, homens e acontecimentos**. Belo horizonte: Editora São Vicente. 1979.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Unesp, 1999.

COSTA, Wagner Cabral da(org.) **História do Maranhão: novos estudos**. In: FERREIRA, Luiz Alberto. **Os Clubes Republicanos e a Implantação da República no Maranhão (1888-1889)**. São Luís, Edufma, 2004.

DUBY, Georges. "História social e ideologias das sociedades." In: LEGOFF, Jacques e Nora, Pierre. **História: novos problemas**. RJ: Francisco Alves, 1970.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma ideologia**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista / Ed. Boitempo, 1997.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder II: a formação do patronato público brasileiro**. São Paulo: Editora Globo, 1995.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 8. ed. fundação para o Desenvolvimento da Educação. Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

FUNDAÇÃO CULTURAL DO MARANHÃO. **Jornais Maranhenses, 1821-1979**. Compilado por Celeste Amância Aranha e Silva. São Luís: SIOGE, 1981.

GALVES, Marcelo Cheche. **Pequena imprensa e poder político**. Pensando os jornais locais como fonte de pesquisa, São Luís, 2005.

[http://www.uema.br/revista em foco/artigomarcelo htm](http://www.uema.br/revista%20em%20foco/artigomarcelo.htm).

JUNIOR, Tércio Sampaio Ferraz. **Constituição brasileira e modelo de estado: Hibridismo e condicionamentos históricos**.

[http://www.pge.sp.gov. br/centrodeestudos/revista pge/revista6.htm](http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/revista%20pge/revista6.htm).

LISBOA, João Francisco. **Jornal de Tímon**. Eleições na Antiguidade e eleições e partidos políticos no Maranhão.

LOPEZ, Luiz Roberto. **Uma história do Brasil: República**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MARQUÊS, César Augusto. **Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão**. Coleção São Luís: Cia Editora Fon-Fon e Seleta. Rio, março, 1970.

MEIRA, Silvio. Art. **Os partidos políticos**.

MEIRELES, Mário M. **Dez estudos históricos: coleção documentos maranhenses**. São Luís: Alumar, 1994.

MENDES, Raimundo Teixeira. **Resumo cronológico da evolução do positivismo no Brasil**. Tomo I.[s,1]: [.s.e], 1892.

MORAES, Nascimento **Vencidos e Degenerados (crônica maranhense)**. Centro Cultural Nascimento de Moraes, São Luís, 2000.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **A questão nacional da Primeira República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

PENNA, Lincoln de Abreu. **República brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

REIS, Flávio A. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão (1850-1930)**. Campinas. 1992. Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas, Universidade Estadual de

Campinas.

SCHWARTZ, Roberto. **As idéias fora do lugar**. Da introdução ao ensino sobre Machado de Assis “ ao vencedor as batatas”.

www.culturabrasil.pro.Br/schwartz.html

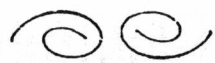
SÊGA, Rafael Augusto. **Revista História Viva**, nº 05 / março 2004. p. 72 a 76.

SOARES, Carlos Dalmiro da Silva. **Evolução Histórico-sociológica dos Partidos Políticos no Brasil Imperial**. Argentina. (Tese de doutorado em Direito e Ciências Sociais na Universidad Del Museo Social Argentino (UMSA)Jus Navigandi, Teresina, a.2, n 26, set.1998.

<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1503>>

VIVEIROS, Jerônimo de. **Benedito Leite, um verdadeiro republicano**. Departamento de Imprensa Nacional, 1960.

ANEXOS



Maranhão—Quarta-feira 26 de Dezembro de 1860.

ORDEM E PROGRESSO.

O VOTO LIVRE

Se considerarmos por um momento o nosso systema politico, convencer-nos-hemos da necessidade de uma completa regeneração, que salvenos de perigoso marasmo, cuja causa eficiente é a mal entendida personalidade.

A ideia deve substituir ao individuo: as opiniões á conveniencia; a opinião aos idolos.

Nos governos representativos é á priori reconhecida a utilidade de partidos, que fillos e uma ideia, sustentem principios, cujo resultado immediato seja plantar a opinião, e assim resolver o importante problema social.

Se cumpre-nos reunir bons esforços para dar força e prestigio aos verdadeiros partidos politicos, assiste-nos tambem o dever de minar pelas bases o edificio das facções politicas a fim de que, á semelhança de castellos de cartas que ao mais leve sopro aluem, se derroquem facilmente.

Os bens d'uns aparecem na razão inversa dos da outra.

FOLHETIM.

Bem nos determina essa differença um moderno publicista assim pensando:

« Um partido he um corpo d'homens reunidos para favorecer, por esforços communs, o interesse nacional seguindo algum principio particular sobre o qual estão todos de accordo.

Os homens que pensão livremente podem em alguns pontos não ter o mesmo pensar: todavia, como a maior parte das medidas que tem lugar no curso dos negocios publicos tem uma relação ou independencia qualquer com *algum principio geral e motor no qual vivo*, um homem se fia singularmente infeliz na escolha de sua sociedade politica, se não concordasse com seus amigos ao menos nove vezes sobre dez.

E tudo o que se tem exigido para impunir a uma reunião o caracter de maior uniformidade é da constancia. »

Outro publicista, porém, analysando essa distincção, acrescenta com todo o criterio.

« Não é todavia assaz a sympathia politica para constituir um partido: para haver sympathia tanto no mal como no bem; a demissão de espirito de partido: *eodem velle atque eodem nolle* é de Catilina arengando aos conjurados. Convenem ainda que a sympathia se forme com um fim

como as antigas associações, e ali que o Natal ainda é uma festa com tanta semelhança ao tempo dos nossos avós.

legitimo, e sobre a base para a constituição do p

E' o que differença

Com effeito a facção principios das escolas pe que facilmente torção a c asmo para apregoar em

Proclama a igualdade, como prova de d que a Lei e dize a igualdade—e o direito a libe

Reciosa da sua pop bandeiras—voto livre—

— Sendo assim a inq quencia de premissas fi par em propria naturas

Procura o voto livi telmo que fiera La ha de da popularidade: com tera a virtude de dar b a semelhança da Pheniã seus proprios ossos.

Para que não usai quesa na emancipação de para que assestar later minio publico do qual

eloquentes indicadores da s: e comprovacione. Provi

ORDEM E PROGRESSO.

SAN'-LUIZ—18 DE JULHO DE 1861.

*O movimento
necessario, seria
o progresso.*

O estado critico da provincia, e o desanimo que parece augmentar cada vez mais, paralyção o movimento do necessario progresso e assim da riqueza social.

Os legisladores provinciaes, devem de estudar as necessidades que cada dia se manifestão, para cumprir a sua elevada missão; e, escolher os meios mais adequados para remedia-las.

A falta de dinheiro não deve tornar se um terrivel pesadello, e a solução facil para os mais deficeis problemas sociaes.

Comprehendemos que se economise afim de diminuir o enorme deficit com que a provincia se acha a braços; mas essa economia convem ser entendida em termos habeis.

Cortar todas as despesas que não são pela pratica reclamadas, e cujo fim tender a prestar favores, é o dever dos representantes. Mas cumprilhes marchar com calma e cautellã, para não abraçarem a nuvem por Juno.

Ha medidas cuja importancia é tal, que exigem o apoio da assemblêa, mesmo que tenha de spender grandes valores; e de assim augmentar o deficit.

Os resultados correspondendo a expectativa trarão taes beneficios que compensarão esse sacri-

estado deficitario e os meios para cobrir as despesas

conservando outro mal cujos effeitos são bastante perigosos.

O deficit não deve tornar-se causa para o marasmo social

Se ha deficit cortemos as nossas despesas, mas em todo caso attendamos aos reclamos da provincia.

Plantemos hoje para colhermos bellos fructos amanhã.

Toda vez que a assemblêa provincial tornar em decretos projectos, como o apresentado, sobre o credito rural e hypothecario, mesmo dispendendo capitães, tem satisfeito um nobre desideratum, e correspondendo assim as exigencias sociaes, cuja importancia a pratica attesta, receberá sinceros agradecimentos da provincia.

Aguardamos para outro numero algumas considerações sobre este projecto.

NOTICIAS DO INTERIOR.

SENADO.

Conclusão de discursos do senado sr Euzebio de Queiroz na sessão de 11 de maio.

O Sr. Euzebio de Queiroz:—Logo que cheguei a Santo Antonio, onde estava reunida muita gente em toda a mesa, esse grupo entrou por uma porta e... sahio por o outro (risadas), percorrendo todo o recinto da igreja, e então disserão a'guns votantes: « Isto é gente que veio de Sant'Anna.» Palavras não são ditas, quando levantou-se grande gritaria e alteração dentro da igreja...

O Sr. D. Manoel:—Que igreja?

O Sr. Euzebio de Queiroz:—A de Santo Antonio. A gritaria era por que um inspector de quarteirão se achava no...

de evitar a todo transe o em adquirir por este modo uma

O Sr. D. Manoel:—E aqui

O Sr. Euzebio de Queiroz

mesmas scenas se davão como por exemplo, na sacristia, e cidadãos respeitaveis que me ção; ha pouco tempo um ho repellido e teve de sahír res tumulto se protestava que ell

O Sr. D. Manoel:—Um ou

O Sr. Euzebio de Queiroz

grãu necessario para produzi

V. Ex. sabe que o partido

neiro, como em toda a parte

força principal consiste em h

calor nas questões politicas;

que quer manter o statu quo

mo indifferentes; os espirito

hendedores, mais ousados; e

encia ainda não tem arrefeci

dos esses tem uma tendenc

quer novidades ou innovação

agitação; os outros pelo cont

os separem desta linha de pr

ças dos partidos conservador

o ina, embora haja a crença

ordem publica, se ella for co

rição e o resultado moral es

Disse um pensador notavel

conservadores são em toda

coupos de reservas que nas l

a acção está quasi perdida p

E' uma comparação que me

servador é quasi sempre ina

pos ordnarios nem enthusia

seus adherentes não são cind

não disentem nos hotequins

fazem circular coficias falsas

culados em um momento da

Rio de Janeiro, mas em te

ORDEM E PROGRESSO.

S. LUIZ—7 DE MAIO DE 1861.

O jornal politico que consegue collocar se na bella posiçao de poder descutir com vantagem as questoes do dia, pela confiança de que opiniões presedidas pela mais accurada reflexão tendem a depurar as decisões, torna-se uma poderosa alavanca social.

Se, porem, faz pacto da mais compleeta aliança com as descompoturas e diatribes; e só, para satisfazer esse contracto vergonhoso, se apresenta na arena torna se o Protheo da mentira.

No primeiro caso serve de vigilante sentinella ao partido; no segundo, porem, só servirá de companheiro fiel a facção: se identificação na maneira de pensar, e assim vão sempre de accordo.

É pois o jornal politico e mais perfeito daguerreotypo do seu partido.

Compenetrados dessa verdade todos os esforços são poucos para conseguirmos o nobre desideratum de moralisar a imprensa, e soergue la do pelago no qual ja se vae aprofundando. Se tem generalisado o gosto para os insultos e diterios, a tal ponto que só por muita condescendencia ou interesse social se passa pelas vistas um artigo escripto em linguagem seria e comedida.

Protestamos contra essa influencia do máo gosto, e da indiferença, que quebra as pernas ao bem entendido progresso.

Dupliche é a missão do jornal politico—zelar nos interesses peculiares do patido, e desenvolver, se

colonisação de mais a mais manifestando a sua completa urgencia e assim imperiosamente aparece a obrigação de uma lei que desfaculte essa sahida continuada de braços, cuja consequencia immediata será o definhamento da agricultura. O mais facil meio porem de curar esse mal, encontramos na colonisação.

O commercio, para desenvolver toda a sua força natural exige, que se facilite as communicações, se baratei os transportes, e se dê a precisa animação ao credito, firmando a confiança, sua verdadeira alma. Só assim se realisarão grandes negociações, e continuadas: só assim marchará alto o navio na estrada do progresso.

Serias vistas exige a criação do gado vaccum, que constituindo hoje uma das principaes fontes de riqueza, não se acha todavia no pé, que fora para de-sejar: as suas vantagens especiaes são grandes, mas com difficuldade aproveitadas, *melhoramento*

As industrias fabris, a navegação fluvial, os templos e paramentos religiosos, pesca, obras do dique caes da sagração, canaes, estradas catechese e civilisação dos indiginas são melhoramentos cada qual mais palpitante, e que poderosamente promoverão o engrandecimento da provincia.

Não devemos recuar ante o terrivel fantasma—falta de dinheiro. Os melhoramentos de primeira necessidade podem ir realisando-se pouco a pouco, sem todavia, lançar a provincia no profundo abysmo do enorme deficit.

As medidas menos onerosas ao povo, podem dar um contingente valioso, ao progresso. O que convem sobre modo é a exacta e reflectida applicação das rendas provinciaes: não é de mister cortejar

apenas que narremos tal cedido no Rosario e que t 12 da Moderação sob a ver e providenciar.

Chamamos em auxilio o proprio snr. José Cesar Mach está a tão falso noticiador ponto da verdade. Eis o ca

No dia 24 de março pro do Rosario e snr. José Ce do ao snr. Raimundo de A policia, não encontrou no do poucas horas antes par chado dirigio-lhe então un esse até ali pois desejava urgente; teve em resposta na manhã seguinte sem f materialmente vir mais co rigio-se então ao supplen exercicio, o snr. tenente de Abreo, e communicou uma sua escrava, que pel punha estar n'um mocam poeira velha, em cujo mo mais duas escravas de sua diversos senhores. O juiz immediatamente requesito e mandou-os para a guard de que a deligencia fosse soldados de linha ali existi guio n'essa mesma noite g confiança do snr. Machado trazendo presos os libert indicados como acoutador Declarou o cabo que com

→ sobre os jornais politico

→ visulante do partido politico

→ a moralizaçao da imprensa e o que quebra as pernas do bem entendido progresso

ANNO I.

MARANHÃO—SABHAO, 5 DE OUTUBRO DE 1861.

ORDEM E PROGRESSO.

SAN LUIZ—5 DE OUTUBRO DE 1861.

Removidos os obstaculos, que tolhião a publicação da—Ordem e Progresso, pela compra d'uma nova typographia; antes de qualquer analyse aos actos do governo, devemos uma explicação ao publico; afim de bem comprehender o alcançe das rasões, que sobremodo, influirão para a interrupção desta publicação, e para que, mais uma vez, a verdade expandindo es seus beneficos raios, torne patente os planos de officioses amigos politicos, que, levando ao excesso o desejo de thurificar o poder, pouco se importão de cabir nas maiores inconsequencias.

Alhando má a marcha, que não toman-lo os negocios da provincia, resolvemos formar uma opposição, que, com franquesa e energia, discutisse os actos administrativos, conservando sempre uma linguagem conviniente.

Mas baldados ficarão os nossos desejos, pois que não encontramos um amigo caridoso, que nos prestasse os typos para formular as censuras que cumpria a actos, que não tinham o cunho da imparcialidade e justiça.

Feixarão-nos as pottas as typographias, porque ninguem queria arriscar-se a affrontar o despeito do poder.

As rasões manifestadas pelos donos de ty-

corrigitá. Se conseguissem derrocar os castellos levantados pela opposição, a administração firmaria o seu conceito; e cortadas as vasas da opposição, reuniria os titulos exigidos para um bom administrador.

Os amigos officiosos não comprehenderão que era essa a unica posição conveniente e sacrificarão a cauza do seu amigo; não procurarão enfraquecer os meios que tendião a sufocar as voses da opposição; reconhecendo culpas no cartorio não quizerão arriscar uma discussão para não passarem pelo dissabor d'uma manifesta condemnação publica.

Confiando pouco nos elementos de defesa, julgarão mais prudente um tal estado de cousas.

Se a presidencia tinha firme convicção de que nenhuma censura justa poder-se-lia fazer a sua administração, porque não tratou de tirar o fundamento das razoes que tanto actuarão sobre os typographos? porque não procurou inspirar-lhes toda a confiança prometendo garantir em sua plenitude o direito de liberdade da imprensa; e assim aliviar o terrivel peso do temor?

Estamos intiramente convencidos que empregados esses meios, os jornaes serião publicados; pois o receio de violencias ou ameaças era uma forte barreira que se levantava aos interesses dos typographos.

Se S. Exc. por seus emissaries não amea-

não satisfizessem tanto, resitos por nós apresentados.

Por mais tractos que de é nos impossivel comprehender esse trama politico. E' fo da que instamos com es t continuação da publicação o jo facto servem elles de lustrinas.

Como, pois, dizer-se que insta para que o seu jornal publicado; e, para esse fim, possiveis tenha-o feito cala politico? Não precisamos de ma, porque os typographos eloquente.

Se os amigos do Sr. Prisentaram, como documento carta, deverão dar-lhe uma cia, tanto na parte como n'um topico, deve tambem

Para fazer carga a reda Liga transerem no Public qual saptisfeitos notamos as sões:—sou a dizer que fui zos, para imprimir os meo o que não teve lugar pelo estou de não imprimir jori

Devem ter bastante con cordar que está demonstrad a idéa de trama politico é portanto, uma defesa base

ORDEM E PROGRESSO.

SAN'LUIZ—10 DE DEZEMBRO DE 1861.

Desorientada a presidencia pela manifestação favorável, que as urnas não dando a Liga, fantasiou logo em sua escaldada imaginação os mais impudentes meios de apresentar um triumpho; e os seus acolytos, no desespero de causa, ufanos, posarão em pratica esses planos civados de reconhecida immoralidade; e desprezando uma bella reputação encarrarão os fins sem se importarem com a natureza dos meios.

Gusta a crer que um Presidente se rebaixa tanto da posição de 1.ª autoridade de uma provincia para compartilhar esses artificios reprovados pelo bom senso, e pela dignidade de pensar; artificios só proprios a esses homens que, já perdidos na opinião publica, em tudo procurão tirar uma parte, por menor que seja, de lucro.

Com esses actos — seus verdadeiros denunciantes perante o tribunal da opinião publica — certamente que nem de leve modificar o prestigio de um partido; que por maiores esforços que empregue, não chegará a manchar reputações firmadas; nem abalar os solidos alicerces de um partido amparado na opinião sensata do paiz; e só conseguirá, como premio de sua degradação o chafundar-se profundamente no mais imundo total.

E' do dominio do Publico o resultado das eleições; e todos reconhecem que o mais bello triumpho conseguiu a Liga; triumpho que não tem por base actas falsas, eleitores calungas.

Os recursos administrativos postos em pratica; os meios immoraes de processo e demissões, servindo de aliciadores de votos, combinados com o resultado das urnas, demonstrão cabalmente o grão de força moral de uma presidencia, que tem por só alvo de suas aspirações o crime e a prevaricação.

Não satisfeitos com a acta falsa d'Alcantara, com os fantasmagoricos 88 votos, tratarão ainda de preparar uma acta que figurasse 46 votos em Vianna. Confiando assaz na dedicação da presidencia levarão a torpessa a ponto de fazer desaparecer votos depois de feita a eleição, e de desolvido o collegio eleitoral; a ponto de apurarem os votos, e não consentirem que apparecessem na acta.

Muito pode um governo prevaricador e desprestigiado!

A falsificação da acta d'Alcantara está exuberantemente provada pelos meios determinados na lei.

A perseguição que soffrem os amigos dos 8 eleitores de Menção, 2 de Penalva, e 1 de Vianna, e as demissões lavradas contra elles, são provas convincentes da divergencia d'opiniões, e do lado politico; e consequentemente uma satisfatoria prova da falsidade da acta de Vianna, esses eleitores jamais votarião nos seus inimigos, trahindo ao seu partido.

E' o que o bom senso comprehende com toda a facilidade.

Se não he falsa essa acta porque não quizerão dar a certidão logo depois da votação? não seria porque a trapaça ainda não se achava consumada, e convinha não patentear logo essa immoralidade? Nem mesmo dando a votação

mente dos nome e quantos, elle dava passar, isto que pillhou o liv não mandava pa

« Illm e Exm

Hoje 17, dia dos dos eleitores seguintes votos:

Dr. Belfort R ter votação de Leal e outros 4 da Cunha, e S que tive 8, pois que dessemos 1 pa, dando-me c lhe agradecem cer eu só com chapa.

Por aqui cor gydio de que esta noticia elle não acreditou t que elle queria de toda a repre Honorio Soeiro do acabou hoje todo o collegio dos eleitores, do a sua lista o rio que a fez

Os perseguidores e eleitores

falsificação de actas de eleitor

EXPEDIENTE

O «Norte» publica-se uma vez por semana

Numeros avulsos... 100 reis.
» anteriores 320 reis.

ANNUNCIOS.

O que se convencionar.

PUBLICAÇÕES.

60 reis por linha, com 20 o/o de abatimento nas repetições.
Pagamentos adiantados.

Publicam-se gratuitamente todos os artigos de interesse geral.

Os assignantes terão abatimento de 20 o/o para suas publicações.

tamente matando a liberdade em proveito do absolutismo que se vai radicando cada vez mais em nosso paiz; no dia em que cada cidadão comprehender que é parte integrante do governo que lhe dirige, porque de si nasce e a si deve a vida como ao creador a devem todas os seres organisados, o mandato legislativo representará a vontade popular, a realidade das urnas e não essa combinação de interesses politicos em detrimento da causa publica.

Si já livessemos bem organizado o nosso systema, o Maranhão não estaria a esta hora estorcendo-se nas garras de um orçamento que lhe mata a vida, no começo da precisa independencia.

Si o tivessemos não estaríamos a braços com mil difficuldades creadas pelo poder legislativo, que, sem a orientação necessaria para traçar a vida do estado no momento em que este lhe pede os meios de subsistencia pelo desenvolvimento das

vindo a dar-lhe vida feliz e prospera. Não suppoz, talvez, que accoitando submissamente a lista dos trinta illustres desconhecidos, viessem estes, tão cedo ainda, causar a ruina da patria maranhense, envolvendo a nas malhas do monstruoso orçamento, augmentando-lhe por esse meio as difficuldades.

Moralmente, os effeitos do mandato não subsistem; — condemnado o corpo legislativo pela opinião publica, os seus actos representam hoje o poder absoluto girando em esphera muito distante do mandato popular. Se de direito não estão cassados esses poderes, de facto elles o foram, porque a reprobção do acto legislativo envolve todos os partidos e enquanto não apparecer a manifestação popular matando a indignação geral, estão esses representantes exautorados perante o corpo eleitoral, que tacitamente condemnou-lhes o abitrio.

E' verdade que a indignação provocada pela lei do orçamento attinge a todos: na ver-

ramos de que se compõe o governo delegado pelo povo; — representa a vontade do dictador a cujo unico aceno se move.

O poder legislativo, aquelle onde mais se exercita a liberdade, não representa entre nós a forma republicana: esta foi absorvida pelo systema de governo mais commoda aos despetas, porem, prejudicialissima ao povo — o systema autocratico.

A Associação commercial do Rio de Janeiro communicou ao Paiz, do Rio, o seguinte sobre a elevação de algumas taxas no orçamento geral da Republica.

Em assembléa do conselho deliberativo, hontem verificada, revolveu-se representar contra algumas disposições do projecto de lei, que fixa a receita geral da Republica para o exercicio de 1893.

Como protecção ás fabricas nacionaes de tecidos de algodão é injustificavel, por ociosa, a elevação das taxas actuaes a mais

Publicam-se gratuitamente todos os artigos de interesse geral.

Os assignantes terão abatimento de 20 o/o para suas publicações.

NAS COLUMNAS LIVRES

Não serão acceptas publicações anonymas.

Não se devolvem originaes ainda que não publicados.

O NORTE

Barra do Corda, 12 de Fevereiro de 1893.

O MANDATO.

Mais tarde, quando o povo brasileiro comprehender perfeitamente os seus deveres, a responsabilidade que lhe cabe na gestão da vida publica; quando a escola democratica houver espalhado na massa popular a sua doutrina inculcando-lhe com ella o civismo bastante para acendrar em cada peito de patriota o interesse pela causa publica, afugentando assim es-

se um oppozição a vida, no começo da precisa independencia.

Si o tivessemos não estaríamos a braços com mil difficuldades creadas pelo poder legislativo, que, sem a orientação necessaria para traçar a vida do estado no momento em que este lhe pede os meios de subsistencia pelo desenvolvimento das suas fontes de riqueza, cortamos a senda do progresso por meio de leis absurdas, remontando-nos ás duras eras em que a iniciativa partia do centro para todos os raios do circulo nacional.

Se o tivessemos não consentiriam os que deram poderes aos membros do corpo legislativo estadual que estes continuassem a abusar tão ostensivamente d'esses poderes.

O mandato legislativo é um acto convencional entre o representante e os que o elegem; tem os seus limites, as suas restricções alem dos quaes não pode ir o mandatario. Desde que este exorbita de suas funcções e vae alem dos poderes conferidos, o mandante pode e deve cassar-lhe esses poderes. E' o que se está actualmente dando entre o congresso e o partido federalista.

Este, apoiando o governo de Belfort Vieira, acreditara que elle tivesse segura orien-

provação do acto legislativo envolve todos os partidos e emquanto não apparecer a manifestação popular matando a indignação geral, estão esses representantes exautorados perante o corpo eleitoral, que tacitamente condemnou-lhes o abitrio.

E' verdade que a indignação provocada pela lei do orçamento attinge a todos: na verberação a esse acto que feriu todos os direitos confundem-se os malizes sem distincção de cor politica. Mas a responsabilidade d'elle caha toda sobre o partido que, menos prezando as formas republicanas, consentio na violação do direito das minorias, acceptando submissamente a lista dos designatos do governo. Se esse partido tivesse vivido a sua responsabilidade com a opposição, dando-lhe entrada na representação estadual, não teria de ver nascer do seu seio a dissidencia infallivel nas camaras unanimes. A cooperação dos partidos da opposição na organização do estado, se a vontade popular fosse entre nós uma realidade, teria cortado os abueos inherentes aos governos absolutos, que tem de ceder a uma força superior a sua—a força do direito.

O congresso estadual não representa a opinião dos

Em assembléa do conselho deliberativo, hontem verificada, revolveu-se representar contra algumas disposições do projecto de lei, que fixa a receita geral da Republica para o exercicio de 1893.

Como protecção ás fabricas nacionaes de tecidos de algodão é injustificavel, por ociosa, a elevação das taxas actuaes a mais trinta por cento, conforme a proposição da camara dos Srs. deputados.

As fabricas nacionaes já estão sufficientemente favorecidas pela tarifa, competindo os seus productos vantajosamente com os similares de procedencia estrangeira.

Dir-se-hia que a medida é antes em prol dos artefactos americanos, e assim uma especie de prolongamento da tarifa Mc. kinley.

Não tem razão de ser a elevação das taxas actuaes sobre os phosphoros (accendalhos) importados, maxime quando o novo imposto de dez réis, por caxinha, deve abranger todos os phosphoros que entrarem no consumo, qualquer que seja a sua procedencia.

Torna-se iniquo e o dioso qualquer augmento sobre as taxas de armazenagem, na costancia da tremenda crise actual de transportes, quando

Barra do Corda, Maranhão 3 de Março de 1893

EXPEDIENTE

O «Norte» publica-se uma vez por semana

Numeros avulsos... 100 reis.
» anteriores 320 reis.

ANNUNCIOS.

O que se convencionar.

PUBLICAÇÕES.

60 reis por linha, com 20 o/o de abatimento nas repetições.

• Pagamentos adiantados.

Publicam-se gratuitamente todos os artigos do interesse geral.

Os assignantes terão abatimento de 20 o/o para suas publicações.

NAS COLUMNAS LIVRES

inspirado pelo patriotismo e pela moralidade.

Vai a cada dia o «federalismo» ou clericalismo, mesirando que o seu fim proximo, necessario e fatal e o de todas as unioes hybridas inspirada pela crime e pela violação da ordem, do direito e da justiça.

Formados pelos elementos dissolventes dos outros partidos, o federalismo só podia ter, o que vai tendo, uma vida ingloria e accidentada.

E se não vejamos.

O Coronel Francisco Xavier de Carvalho, caracter serio e, espirito de verdadeira tempera, que a aquiescência a principio com o pensamento revolucionario, deixando se illudir com o falso programma de uma «politica larga, economica, moral e generosa», apenas reconheceu o alcance dos planos de mystificação, desligou-se do monstro, rompendo com o Sr. Casimiro Junior que em uma serie de artigos, cada qual mais offensivo e insultuoso revelou-se tal qual é o

pital, rompo com o governador—sua creatura, com o Dr. Fernandes chefe de um dos elementos fundidos, e com o Dr. Cunha Machado—seu irmão Syamer, presidente da nossa junta acclamada, que acclamou o Capitão Tenente, e se divido a falta de lei costumeira, não se bateram no duello que este ultimo lhe offereceu. Disse o Sr. Ewerton Maya que, temendo não sobrobar em um naufragio de corrupção e de immoralidade retirava-se do partido Federalista, e rompia em franca opposição contra o actual governo que era um «governo illegal, anarchico, immoral e criminoso»!

O capitão Viriato Lemos, o antigo chefe conservador, o homem de mais serviços ao seu partido, depois do conselheiro Gomes de Castro, e que fez parte da fuzão como membro proeminente do partido «nacional», rompe em opposição no congresso estadual e apresenta a sua candidatura, á contra-gosto da grei federalista.

esse vulto saliente, «magna pars», na factura da nova politica e do novo governo, depois de escolhido para secretario d'aquelle a quem «acclamou,, e de lhe servir tão a contento e incondicionalmente, é enchotado e desherdado na partilha a que procedem nas multiplas organisações dos serviços estaduais; e não satisfeitos—com tanto rigor, dimittem ultimamente o seu irmão do cargo de Promotor publico que exercia na comarca do Baixo Mearim!

O Dr. Francisco da Cunha Machado, a cabeça pensante da junta «governativa,, que soube desorganizar e reorganizar tudo, nunca se esquecendo de seu eu, e de quem parte e reparte tem direito ao maior quinhão; esse juiz «a forciori,, da comarca do Brejo, e hoje membro do superior Tribunal de justiça do Estado, depois do duello offerecido ao seu collega de governo, trabalha, luta, vence, e hoje, lá da elevada posição em que collocou-se, lança ao maior des-

Publicam-se gratuitamente todos os artigos de interesse geral.

Os assinantes terão abalimento de 20 ojs para suas publicações.

NAS COLUMNAS LIVRES

Não serão aceitas publicações anónimas

Não se devolvem originaes ainda que não publicados.

O NORTE

Manchão 4 de Dezembro de 1892.

O FEDERALISTA.

Sob a epigrapha et cetera de Dr. Isaac publicada na folha da gente federalista ou Belflorianna na sua edição de 26 de outubro um artigo em que se procura a um tempo stilar o ridiculo sobre o nosso amigo Dr. Isaac Martins e lançar a injuria entre elle e os seus dedicados amigos e chefes da capital do Estado.

Si se tratasse somente do primeiro assumpto, daria-mos a mais eloquente de todas as

gente federalista, que o denunciou por um crime imaginario, que o accusa, que o insulta, que o injuria, que o calumnia, pelo facto de ver na sua pessoa um adversario politico intransigente, que com civismo defende a causa da liberdade do direito e da justicia. E como tive-se elle triumphado brilhantemente na questao a que o arrastaram seus inimigos, veem elles agora jogar com a intriga e lançar sobre elle a falta de coherencia por ter assumido o exercicio do seu cargo.

A maldade com que o «Federalista» pretende insinuar-se no animo dos amigos do Dr. Isaac, procurando fazel os acreditar que aquelle nosso amigo lançou sobre elles a responsabilidade da brilhante attitude que assumio não reconhecendo o governo do Sr. Belfort Vieira, morre forçosamente no conceito de todos quantos o conhecem.

A energia do seu caracter faz repellir qualquer idea de fraqueza em actos de sua vida publica. Não só nenhum de seus amigos da capital lhe escrevem affirmando a attitude que a magistratura iria tomar após a violação dos seus direitos, como tambem seria, e é, incapaz de lançar sobre outrem a responsabilidade de actos que o seu dever lhe imponha. Aquelle constata de que se serrio o «Federalista» e a noção absoluta da verdade.

Já nesta folha se demens-

sistencia) dando que o governo lançou mão d'aquella para depois de carga que exerceu, ceder ao convencido, mas veado pela mesma força.

Procedido pelo Tribunal de Relações sou do mais sagrado dos direitos: o direito da defesa; e fosse o não legal a entidade juridica que o processava, devia perante ella usar das recur sos que a lei lhe facultava obedecendo ao instincto de liberdade que nos obriga a desambraçarmos uns dos obices que se antepõem a essa vontade

Desobtreída, pois, a estrada da lei, assumiu elle, como lhe cumpria e cumpre lhe ordenava a mesma lei, o exercicio do seu cargo

Constituição do governo federal; pelo modo a uia dos trepadeiras de que se compo o nosso systema politico, pelas relações independentes e autonomas entre si, guardadas somente as leis que delectam a sua harmonia, não podia ouam devia o nosso amigo deixar de assumir o exercicio da seu cargo sob pena de vedarem os seus inimigos a via para uma processo, por não ter assumido como lhe cumpria em face da lei, o respectivo exercicio.

Aquello que cumpria o seu dever obedecendo a lei, não foi dada pelo direito, mas com notto incoherencias. Se ha uma lei que...

Questões de direito

so fizera fraudulentamente em casa do Sr. Fortunato Fialho na noite de 19 para 20 de novembro.

Si este escandalo se consummou não se pode dar maior vergonha no seio de um partido que se diz commungar das grandes ideas da liberdade. Onde está essa liberdade? Quo é fe to do direito de voto?

Para onde foram as normas que devem regularisar os principios republicanos?

E se julgará com direito á essência deste grande principio o partido que falseia pela base as normas democraticas?

Não esse partido é indigno de encaminhar a grande forma republicana o comicio popular.

Sem ideal que fortifica o patriotismo na vida da conquista da liberdade; sem intuição da grandeza desta palavra; sem a abnegação que exige a grande causa em que se empenha a soberania popular, o partido federalista converteu-se em corpo e espirito ás instâncias de um clericalismo dogmático, que hypocriticamente nos mostra o ramillete do céu e leva nos para o inferno!

A fraude de 20 de novembro é a morte da liberdade; e desespero de um povo que confiança na grandesa da causa que a assegurou, a vê derrota por os golpes da fraude na consummação do maior dos escandalos.

O nosso espirito foge em

Barra do Corda, Maranhão, 27 de Novembro de 1892

ENTE

blica-se uma
ma

... 100 reis.
res 320 reis.

CIOS.

vencionar.

ÇÕES.

, com 20 o/o
o nas repe-
diatados.

returamento
de interesse

tas impõem-nos a rigorosa tarefa de avivar esses sentimentos, que parecem abatidos a falta de espiritos fortes que lhe deem o necessario alento.

A nossa dignidade de povo livre que se quer emancipar das erroneas tradições de hypocrita politica, deve repellar essas mascaradas eleitoraes do tempo da monarchia.

Disemo-nos emphaticamente representantes da liberrima forma republicana; proclamamo-nos autores da revolução que trouxe-nos a livre democracia, e no entanto consentimos que farças como a de hontem, que representam o falseamento do mais sagrado direito do cidadão, se pratiquem em plena Republica! E' preciso que o povo comprehenda que esta palavra encerra o direito de todos e que o governo, por si e por seus agentes, não tem o direito de insultar os seus brãos, a sua dignidade, a sua honra, faltando ao compromisso do tracto que aceitou para expoliar ao ridiculo de far-

sugas malevolos de espiritos acanhados e indignos das idéas que fundam o progresso dos povos na direcção de sua vida politica, julgou encontrar na violencia do direito de voto a sahir da incommoda situação em que se collocou.

Somado se fraco para ferir o pleo, porque recejava ser moralmente derrotado; sen eialemente, alguns na segunda secção do districto onde nem mesmo um semulacro de eleição lhe salvara a reputação politica; sem orientação para poder sahir-se dignamente do grande embarço em que cabegas malignas de falsos mentores o fizeram cahir, recorreu á mais degradante das farças, ao mais ridiculo dos meios, ao mais torpe dos recursos: trancou ao eleito o direito de voto!

Malgrado o accordo, espi- lhara-se o boato de que não se faria a eleição; asserção que se corroborava com a permanencia aqui dos mesarios designados para as 2.^a e 3.^a seções, que de norim e se o trancou de distancia.

A certeza de que o partido federalista não tem elementos para combater seriamente a opposição deu a hontem trancando as portas ao eleitorado.

Aquillo que tem consciencia do que vale não teme medir as suas forças no terreno legal das idéas,

A farça de 20 do novembro só tem uma solução: a fraude.

Com tudo não acreditamos que haja neste municipio quem tenha a quantidade de cynismo sufficiente para representar o indigao papel de portador de um diploma falso e com elle querer empossar-se de cargos oriundos de uma farça ridicula, indecente e baixa!

Em todo caso julgamos conveniente lembrar aos acanhados espiritos que julgam enganar o povo com uma fraude indecente que elle não será tão falto de civismo, de brãos, dignidade e patriotismo que venha aceitar como representantes do municipio essa mascarada torpe que nem ao

Barra do Corda, (maranhão) 4 de Setembro de 1892

NTE

ica-se uma

100 reis.

320-reis.

OS.

acionar.

ÕES.

com 20 o/o

nas repe.

antados.

tuamente
interessa

ção abati-

para suas

lencio; mas visando clara-
mentê tal artigo os intuitos
maleficos da intriga, com que
se alimenta-se a baixa poli-
tica, entendemos do nos-
so dever, e em attenção ao
publico e aos nossos amigos,
responder-o.

Si não pode viver o illustre
Dr. Isaac Martins Reis, juiz de
direito da Barra do Corda,
como diz a illustre Redacção
d'«O Federalista», sem que o
seu nome sirva de thema para
conversa ou discussão a quem
deve elle essa tão subida honra,
essa tão grande distincção?

Quem tanto conversa sobre
o seu nome?

Quem faz thema de discus-
são do seu nome?

Não são por certo os seus
amigos; não é por certo o
proprio Dr. Isaac, mas os
seus adversarios, a propria
gente federalista, que o de-
nunciou por um crime imagi-
nario, que o accusa, que o
insulta, que o injuria, que o
calumnia; pelo facto de ver
na sua pessoa um adversario
politico intransigente, que
com civismo defende a causa
da liberdade do direito e da
justiça. E como tive-se elle
triumphado brilhantemente
na questão a que o arrasta-
ram seus inimigos, veem el-

lencia alguma em ter o Dr.
Isaac reassumido o exercicio
do seu cargo após as accor-
dadas do Tribunal da Relação.

Não tendo ele reconhecido
o governo do Sr. Balfort por
considêr-o legal, foi por
esse motivo suspenso e res-
ponsabilizado pelo Tribunal
Superior.

Todos sabem que o gover-
nador suspenso o Dr. Isaac,
mandou para aqui o Dr. Pa-
reira, acompanhada de for-
ça publica, pra forçá-lo a dex-
ar o exercicio, facto que se
consumou se não circum-
stanciadamente desenvolvido no
enredo roleta que lavrou
aquella magistrada.

A sua posição é illegali-
dade do governo do Sr. Balfort
Vista logo este estado da
ordem daquelle do ordena-
mento que oppor a força a re-
sistencia, de modo que o gover-
no lançou mão de quella para
depois de cargo que exercia,
cessar no seu exercicio, mas
vencido pela maior força.

Procedido pelo Tribunal da
Relação sou do mais sagrado
dos direitos: o direito do de facto;
e fosse o não legal a entidade
juridica que o processava, di-
via perante ella usar dos recur-
sos que a lei lhe facultava

se não; se essa lei, que não
pode ser desconsiderada do Fe-
deralista, eidera que os ma-
gis trados assumam os seus exer-
cios logo que cessem os impedi-
mentos, reção de que matu-
ressa serem, que os tenham pos-
to fora d'elles, sob pena de
responsabilidade, o Dr. Isaac
foi coherente assumindo o
exercicio do seu cargo.

O mais são backing de ad-
versarios.

ELEIÇÃO FALSA.

Duas versões correm a cer-
ca da força de 20 de novem-
bro. Dizem uns que não se
tendo procedido ao pleito,
será elle feito quando o go-
verno determinar; outros, po-
rem, affirmão que a eleição
se fizera fraudulentamente em
casa do Sr. Fortunato Fialho
na noite de 19 para 20 de no-
vembro.

Si este escandalo se consum-
mon não se pode dar maior
vergonha no seio de um par-
tido que se diz commungar
das grandes idéas da liberda-
de. Onde está essa liberdade?
Que é fe to do direito do vo-
to?

Para onde foram as normas

Publicam-se gratuitamente todos os artigos de interesse geral.

Os assignantes terão abatemento de 20 o/o para suas publicações.

NAS COLUMNAS LIVRES

Não serão acceitas publicações anonymas.

Não se devolvem originaes ainda que não publicados.

O NORTE

Barra do Corda, 5 de Fevereiro de 1893.

COMO VÃO AS COUZAS EM NOSSA INFELIZ PATRIA.

No Rio Grande do Sul grande numero de brasileiros notaveis, como Silveira, Mar Martins, Barros Cassal, general Silva Tavares e outros, reconhecendo a illegalidade do actual governo e sentindo-se sem garantias emigraram em milhares para as Republicas vizinhas, onde procuram organizar força para invadir as fronteiras d'aquelle Estado,

ta-se aos pés dos despotas, como vil escravo!

O nosso povo tem, e continuará a ter, o governo que merece.

—Em Pernambuco ha meses lavra uma guerra intestina, que vai cada vez mais se a-lastrando e tomando proporções assustadoras.

Nas comarcas do Triumpho, Flores e Iugazeiro tem se dado mortíferos combates, em que tem sido derrotadas as forças do governo.

—Em «Goyaz,» ha mais de anno reitua a mais deploravel anacchia, principalmente na comarca da Bôe-Vista, theatro de muitas mortes, roubos, saques, incendios, desfloramentos e toda sorte de harrar!

Depois de expedições de forças federaes para aquelle estado; depois de despendios de centenares de contos de reis; depois de mil outros sacrificios e quando se julgava restabelecida a ordem, eis que surgem novas escaramuças, tiroteios, mortes etc!

—No Piauby—alem das desordens, da hecatombe da cidade da União, est'o sendo perseguidos e processados os chefes da opposição, cujos jornaes— a Legalidade, o Legulista e o Democrata forão suspensos!

—Em Desterro (capital de Santa Catharina) o governador, e chefe de Policia, concitam' o povo, e oppõem se

puro, no nosso para cumulo de desgraças impera o «militarismo clericalisado!»

Descrever, com as cores que a verdade reclama, o quadro de desgraças que nos afflige é missão superior ás nossas forças!

O que temos presenciado: o que temos soffrido e o que lemos na imprensa de diversos Estados, é a prova mais que sufficiente de que não somos governados pelo regimen republicano, mas pelo absolutismo militar.

Collocados em todos os estados militares prepostos do Sr. Floriano, a cujo aceno se moverão sempre docilmente, invariavelmente, desaparecem de uma vez a liberdade e autonomia dos Estados.

Eis a que estamos reduzidos. Só nos resta appellar para o tempo.

O proprio militarismo se dividirá.

Essa divisão trará o enfraquecimento. E porfim desaparecerá como a divindade da fabula que devorava os proprios filhos.

Nós os patriotas não cessaremos de combater o despotismo e delenter a liberdade da nossa patria.

Quando não nos for mais permitida a liberdade de imprensa e da tribuna; usemos da liberdade da palavra em páleras, pois é a menos atacavel, e de que podemos usar mesmo com os pulso arroxeados pelos grilhões.

Clamemos, clamemos sem

trioticos Iycurgos se achavam a braços com a sua gestação.

Verifica-se, portanto, que tinha razão a Pacotilha quando dizia que a comissão do commercio havia sido mistificada pelos patriotas.

Cumpre-lhas, pois, tirar este negocio a limpo, reunindo o commercio extraordinariamente, para lhe dar contas do que se passou, affin de se fazer justiça a quem a merece.

O momento é opportuno; já se annuncia que a rede tributaria do municipio vai ser lançada, e diz-se tambem que ella é tanto mais monstruosa quanto mais nos estamos occupando.

Ora, sendo assim, é preciso reagir se, fazendo ver a quem tão mal nos governa, que ninguem tem o direito de nos esfolarem vivos.

A lei do orçamento, tal qual como se acha, não pôde ser executada, pois a sua execução importa no completo aniquilamento da nossa lavoura e nascente industria, que em caso algum poderão compellar com generos e manufacturas similares d'outras procedencias.

Cita a acerditar que houvesse homens no Maranhão que tão directa e profundamente ferssem de morte os mais victimas interesses da sua terra, porque não é concorrer para o bom publico atropellar as forças



Barra do Corda, Maranhão 5 de Fevereiro de 1895

EXPEDIENTE

O «Norte» publica-se uma vez por semana

Numeros avulsos... 100 reis.
» anteriores 320 reis.

ANNUNCIOS.

O que se convencionar.

PUBLICAÇÕES.

60 reis por linha, com 20 o/o de abatimento nas repetições.
Pagamentos adiantados.

Publicam-se gratuitamente todos os artigos de interesse geral.

Os assignantes terão abatimento de 20 o/o para suas publicações.



O grande patriota Dr. Silveira Martins contra quem ha naquelle Estado ordem de prisão, declarou em Montevideo, n'uma conferencia jornalística, que a revolução se fará appellando o Rio Grande do Sul para o resto da União Brasileira; que só uma revolução trará a redempção dos direitos populares contra o actual systema oppressor que domina em nossa patria; que se aquelle Estado não encontrar echo no Brazil, lutará sosinho, lamentando a prostração dos Estados seus irmãos e abandonando-os.

E' uma triste verdade! Sem uma revolução profunda não teremos liberdade e nem republica, mas esta revolução é impossivel, porque o povo brasileiro amamentado como disse Ruy-Barbosa, com o leite da escravidão, é corrompido e arrastado aos pés dos despotas, como vil escravo!

O nosso povo tem, e continuará a ter, o governo que merece.

—Em Pernambuco ha meses lava uma guerra intestina, que vai cada vez mais se alastrando e tomando proporções assustadoras.

Nas comarcas do Triunfo

ad desembarque do Dr. Paula Ramos nomeado Delegado das Terras pelo governo Federal!

—No Rio de Janeiro é deposto o governador Thomaz da Porciuncula, que vai reposto mediante a intervenção das forças federaes!

—Na Bahia — rivalidades e questiuiculas entre as forças estaduais e as federaes, deu em resultado, o mais barbaro e atroz espaldeiramento do povo, sem exceptuar seuhoras e creanças que franziavam nas ruas!

—No nosso infelicissimo Maranhão reina ha um anno a mais deploravel anarchia!

Para cumulo de infelicidade nossa, vivemos sob o jugo de uma tyrania nascida da hybrida união da espada e da botina! Nos mais estados, ao menos reina o militarismo puro, no nosso para cumulo de desgraças impera o «militarismo clericarisado!»

Descrever, com as côres que a verdade reclama, o quadro de desgraças que nos afflige é missão superior ás nossas forças!

O que temos presenciado: o que temos soffrido e o que temos na imprensa de diver-

pre pela liberdade e contra o despotismo.

De um negociante da nossa praça recebemos o seguinte bem traçado artigo sobre a lei ministro e para o qual chamamos a attenção do leitor:

LEI DO ORÇAMENTO.

Continúa a ser assumpto forçado de todas as conversas a lei do orçamento, cuja execução deve começar em janeiro do anno que se aproxima, denominada, com muita propriedade, lei monstro ou lei do esfolo vivo.

E é que, apurando-se as cousas diz se por ahí que fóra o «monstro correto e augmentado» graças à intervenção da Associação Commercial quando os patrioticos lycurgos se achavam a braços com a sua gestação.

Verifica-se, portanto, que tinha razão a Pacotilha quando dizia que a comissão do commercio havia sido mistificada pelos patriotas.

Cumpro-lhes, pois, tirar este negocio a limpo, reunindo o commercio extraordinariamente

Publicam-se gratuitamente todos os artigos de interesse geral.

Os assignantes terão abatimento de 20 o/o para suas publicações.

NAS COLUMNAS LIVRES

Não serão aceitas publicações anonymas.

—o—

Não se devolvem originaes ainda que não publicados.

O NORTE

Barra do Corda, 5 de Março de 1893.

SATURNO COMENDO OS FILHOS.

O Federalismo é a imagem desse deus da Mithologia, que comia os proprios filhos.

Esse aborto que si originou da farça ridicula e criminosa de 18 de Dezembro, vai cada dia mordendo a propria cauda e desfilando-se, como era de esperar de um ajuntamento sem cohesão de principios, sem unidade de vistas, sem base no direito com um ideal

revolucionario, deixando se illudir com o falso programma de uma «politica larga, economica, moral, etc» e generosa», apenas reconhecendo o alcance dos planos de mystificação, desligou-se do monstro, rompendo com o Sr. Casimiro Junior que em uma serie de artigos, cada qual mais offensivo e insultuoso revelou-se tal qual é o homem que na falta de razões não hesita em manejar a injuria e o insulto.

O Dr. Augusto Castro, que sobre alliar o talento ao bom senso, é o representante das verdadeiras idéas conservadoras neste estado, idéas que se havião concretizado no «Partido Nacional» reconhecendo que o «grande partido», que o sopro do Sr. Floriano Paixoto fez nascer dos quartéis do 5.º Batalhão, forte e armado como Minerva da cabeça de Juptor, era nada mais e nada menos do que a olygarquia de uma familia em menosprezo dos verdadeiros principios democraticos, retirou-se, licenciando-se por tempo indeterminado».

O Dr. Ewerton Maya, que foi um dos membros da junta governativa aclamada, que acclamou o governador capitão tonente, representante do grupo catholico, em longo manifesto publico de imprensa da

O capitão Viriato Lemos, o antigo chefe conservador, o homem de mais serviços ao seu partido, depois do conselheiro Gomes de Castro, e que fez parte da fuzão como membro proeminente do partido «nacional», rompe em opposição no congresso estadual e apresenta a sua candidatura, á contra-gosto da grei federalista.

O Dr. José Fernandes, o representante do outro grupo fundido—chefe do partido «Constitucional», combina na confecção da chapa para as eleições municipaes de 20 de novembro, e em seguida trama contra o triumpho d'essa chapa, conseguindo a sua derrota, e elegendo em lugar de dous candidatos officiaes, dous amigos de sua parcialidade!

O Tenente Coronel Antonio Joaquim da Silva, deputado ao congresso estadual, pela coragem que teve de fazer opposição franca e aberta ás medidas anti-patriotas e inoraes deste, foi agredido em plena sessão pelos seus proprios collegas e vio-se obrigado a repellir os empunhando um revolver! Em dia subsequente ainda agredido por outro collega seu, foi compellido a esboto-tear!!!

O Dr. Lopes Gonçalves—o orador revolucionario no «meeting» das aclamações

não teve, nunca se esquecendo de seu eu, e de quem parte e reparte tem direito ao maior quinhão; esse juiz «a forciori», da comarca do Brejo, e hoje membro do superior Tribunal de justiça do Estado, depois do duello offerecido ao seu collega de governo, trabalha, luta, vence, e hoje, lá da elevada posição em que collocou-se, lança ao maior desprezo as injurias e torpes diffações que lhe atira o «Federalista», órgão do governo que o nomeou recentemente para a magistratura estadual. E' que o governo e o Dr. Cunha Machado estão quites; se fiseram reciprocamente.

O proprio governador «acclamado», depois de procurar por uma segunda farça, a de 6 de maio, «legalisar», a de 18 de dezembro, depois de mil improficuos esforços para consolidar essa obra de que não foi causa nem eficiente e nem occasional, e em que, talvez de boa fé, entrou como Pilatos no credo, vendo sempre movediço sobre os seus pés o terreno em que o collocaram os seus amigos, entendeu acertado adoece», como o Dr. Castro, licenciar-se e seguir em procura de melhores ares lá para as partes da capital Federal:

Si elle foi realmente doente, ou se doente está o seu governo; si elle voltará a governar em nossa Barataria.

mento de 20 o/o para suas
publicações.

NAS COLUMNAS LIVRES

Não serão aceitas publi-
cações anônimas.

Não se devolvem originaes
ainda que não publicados.
Numeros avulsos... 100 reis.
« anteriores 320 reis.

ANNUNCIOS.

O que se convencionar.

PUBLICAÇÕES.

60 reis por linha, com 20 o/o
de abatimento nas repe-
tições.

Pagamentos adiantados.

O NORTE

Barra do Corda, 14 de Janei-
ro de 1894.

INIMIGOS DA REPUBLI- CA.

É esta a chapazempregada
quotidianamente pelos ado-
radores do poder em todos

tesa das instituições camadas
aos golpes da violencia. Bra-
sileiros desaturados chamão
esses vendilhões do templo,
que sacrificão a patria aos
sordidos interesses de uma
politica falha de patriotismo;
a essa legião de bravos que
vendo prostituida pelo arbi-
trio e pela violencia a arca
santa em que fora deposita-
da a liberdade da patria em
24 de fevereiro de 1891, er-
guêo-se impavida contra o
despotismo e hasteou a ban-
deira da liberdade.

Brazileiros desaturados cha-
ma essa turba multa de in-
conscientes aos invictos pa-
triotas que, não sabendo tu-
lerar um momento a tyran-
nia, ergueram o brado de in-
dignação contra o despotismo,
que solapava novas institui-
ções. Filhos espúrios da pa-
tria chamão os thuriferarios
do poder a todos os que não
se ajoelham, batem palmas
e cantam hosannas quando o
dictador passa atrellando ao
carro da tyranhia todas as
garantias e liberdades de um
povo.

Não; brasileiros desatu-
rados são os que consentem
no arcabuzamento de seus ir-
mãos sem erguer uma pala-
vra de indignação, temendo
incorrer no desagrad. dos
regulos; inimigos da Repu-
blica são os que consentem
na violação de suas institui-

na usurpação da nossa auto-
nomia pelo poder absoluto do
centro; inimigos da Republi-
cação os que, dominados pela
ambição de mando, pactuam
com os desvarios de uma si-
tuação nefanda, que tem le-
vado a ultima degradação a
dignidade da patria; inimigos
da Republica são os cobardes
que, não querendo arcar con-
tra o despotismo, deixam que
se agrilhoem nas bastilhas
do Rio os heroes da liber-
dade; inimigos da Republica
são os que, estipendiados
pelo poder, se encarregão de
desacreditar os intuitos ge-
nerosos dos que se batem
heroicamente pela democra-
cia.

Esses sim é que são os ver-
daderos inimigos da patria.

Nós não; nós os que pug-
namos pelo restabelecimento
da Constituição, que quere-
mos a livre democracia, que
depoemos sobre o altar da
patria o juramento solemne
de morrer pela Republica,
só queremos a consolidação
da mesma patria, o restabe-
lecimento do direito, da lei
e da justiça conculca los pela
peior das tyranhias.

COMO SE GASTA O SU- OR DO POVO I

Quem conhece a in tole do

para manter a sua ordem,
nunca alterada.

Hoje que nessa garantia
descansa a moralidade do
povo; que a nossa vida mu-
nicipal acentua-se pelo res-
peito à lei e à justiça; quan-
do não foram ainda quebra-
das as nossas tradições de
povo ordeiro e nos achamos
longe das futas que desgra-
çadamente agitam a patria, o
governo municipal entrega-
se à faina ingloria de armar-se
dos pés a cabeça, como se
cuidasse de premunir contra
os ataques de nação inimiga
o territorio limitrophe.

Ao passo que em diversas
localidades do sul o gover-
no municipal emprega em
melhoramentos uteis a sua
renda, difunde a instrucção
publica, abre as vias de com-
munições, fomenta as artes
e a industria, attraíndo por
essa forma proveitosa emigra-
ção, o do nosso cogita nos
meios de mobilisar a sua
guarda municipal, a exemplo
das nações armadas.

Em lugar de mandar vir
amostras dos especimens que
enriquecem as diversas cul-
turas pelo aperfeiçoamento
da industria, manda buscar
armamentos à Comblain, mu-
nições e despendiosos ape-
trechos bellicos, como se tra-
tasse de organizar exercitos
em pé de guerra.

O povo que contribue com
o suor de seu rosto para o
erario municipal, sabendo
que as economias retiradas

ORGAO DAS IDEAS REPUBLICANAS

FUNDADO PELO DR. IZAAC MARTINS EM 12 DE NOVEMBRO DE 1888.

Barra do Corda (Maranhão), 24 de Novembro de 1895

O NORTE

BARRA DO CORDA, 24 DE NOVEMBRO

DE 1895

BRADEMOS!

E' esta a senha dada pelo patriotismo aos apóstolos da liberdade de pensamento.

As atrocidades praticadas em nome da lei pelos regulos estaduais que dirigem pelo terror os seus dominios, não conseguiram ainda intimidar o animo varonil dessa pleiade gloriosa que dirige a imprensa brasileira por entre as bayonetas ameaçadoras da sua liberdade e o terror espalhado pelos esbirros do jacobinismo desenfreado.

A despeito mesmo das violencias, assassinatos e extorsões feitas a innumer

tyrannetes de Pernambuco obrigando um jornalista a engolir as palavras escriptas que lhe deluam no cadinho da opinião publica a alma embotada no crime; as prisões constantemente executadas contra jornalistas como ameaça á liberdade de pensamento; e empastelamento á mão armada das typographias de todos os que não commungão nas idéas dos Sarrapas estaduaes, vem engrossar consideravelmente o catalogo immenso das violencias feitas ás garantias individuais da grande collectividade brasileira.

Na esfera onde giram os altos poderes publicos parece ter ecoado já o brado da indignação publica, e si bem que frouxamente no horizon-te da patria vem despontando com a intervenção em Sergipe as primeiras irradiações do facho luminoso do direito, já se diz que mais longe do deserto vão ficando os brados da opinião pu-

tam restringidos principios igualitarios em prejuizo da salutar medida que o primitivo projecto em si encerrava.

O partidario intrinseco, enveredado na bandeira negra do jacobinismo, que tem como defensor as onzadas do Sr. Glycerio, um «Campista» que campeia sem rebuconas ante sala da camara, con-seguio triumphar da honra nacional, mareando a dos representantes da patria.

E' na profligação desses erros e violencias praticados pelos poderes dirigentes da nação que deve toda a imprensa unir se, assim como unida deve estar para com o seu poderoso influxo dirigir as massas na consolidação da patria.

O papel que lhe cabe na hora presente é de abnegação e heroismo; nem um só passo deve ceder aos falseadores do grande principio republicano sob pena de violen-

*Jacobinismo
desenfreado,
violencia,
extorsões*

TE
ES
ira.
ORES
duza.
Moreira:
o primeiro
la Repu
do Mara
se uma
na.
itamente.
interesse